

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROCHELI KORALEWSKI

TRABALHO DE JOVEM:
PRATELEIRAS ORGANIZADAS NA VERSÃO CAPITALISTA DO PARAÍSO
TERRESTRE

ERECHIM

2021

ROCHELI KORALEWSKI

TRABALHO DE JOVEM:
PRATELEIRAS ORGANIZADAS NA VERSÃO CAPITALISTA DO PARAÍSO
TERRESTRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a aprovação na disciplina de TCC II do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal da Fronteira da Fronteira Sul (UFFS) *Campus* Erechim.

Orientador: Prof.º Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

ERECHIM

2021

À Alice (*in memoriam*), o nome mais bonito
que já viveu em mim.

À memória de todas as que lutaram para que,
hoje, jovens mulheres como eu, desfrutem do
direito de estudar.

AGRADECIMENTOS

Antes de eu nascer, ao receber o Nobel de Literatura em 1993, Toni Morrison já afirmava que uma linguagem opressiva, mais do que representar a violência, limita o conhecimento. Ao admirar a feiticeira da linguagem, passei a insistir no potencial transformador das palavras. E, assim, despontou cada página desta pesquisa.

Na gramática, elas são unidades da língua escrita. Na vida, palavras são feitas de gente. Por isso, as várias letras que constituem este trabalho não foram articuladas de forma individual.

Aos da vida: Marli e Roberto, minha mãe e meu pai, pelas costumeiras palavras de apoio que, mesmo com a distância, vinham através das carinhosas ligações.

Ao da Betânia: Samuel, grande companheiro desde os primeiros passos enquanto universitária, pelas diárias palavras de irmandade. Sua existência na minha é sinal de autêntica e verdadeira amizade.

Às de casa: Isabel e Vivian, amigas do peito, pelas compreensivas palavras de cuidado, sobretudo quando vinham em forma de “vai dar tudo certo”.

Aos de todo belo e santo dia: Maurício, pelas palavras do cotidiano, vindas através de mensagens que expressam permanente presença - especialmente, quando diziam que eu já estava fazendo “hora extra” aqui. Edson, pelas palavras de ternura que cuidaram, revisaram e me alimentaram de carinho. Israel e Tainá, pelas palavras de companheirismo, especialmente por acolherem minhas ausências. Débora, pelas palavras de atenciosa partilha, que, mesmo na distância, seguem sendo fonte de força e inspiração.

Aos da Pastoral da Juventude: Rici, pelas palavras carregadas de amor pela juventude, as quais me conduziram gradualmente ao tema desta pesquisa. Luis Duarte, pelas palavras de incentivo, acompanhamento e pela amorosa revisão de cada uma das letras aqui escritas.

Aos da Diocese de Erechim: Pe. Jean, pelas palavras de complacência e paciência em relação à rotina laboral. Pe. Antoninho, pelas palavras de inquietação regadas com chá. Pe. Maicon, pelas palavras de amparo ao seguimento dos estudos através do curso de especialização em Juventude no Mundo Contemporâneo.

Aos pesquisadores e pesquisadoras das juventudes: Pe. Hilário (*in memoriam*), por cada palavra caligrafada a partir do mais genuíno amor às/aos jovens. Seus textos apareciam quando tudo estava embaralhado e me faziam recordar de seu olhar acolhedor e simpático questionando “e esse negócio no nariz, não dói?”. Sua vida inspira outras aqui. Ao corpo docente e colegas da FAJE, pelas palavras de desacomodação frente a realidade juvenil.

Aos da UFFS: comunidade acadêmica, sobretudo colegas e corpo docente do curso de licenciatura em Ciências Sociais, pelas palavras de desassossego que me orientaram não só à obtenção de conhecimento, todavia à construção de autonomia enquanto professora-pesquisadora. Prof. Luís Fernando, meu querido orientador, pelas palavras de reconhecimento que me impulsionam a ir sempre além. Todas e todos que proferiram palavras de ordem na luta para que a ampliação do ensino superior público fosse materializada na região do Alto Uruguai Gaúcho. Ser fruto da UFFS, além de um direito, é um grande privilégio.

Aos/às dos supermercados: jovens trabalhadores e jovens trabalhadoras, pelas sinceras palavras de desabafo que narram singularidades, dores, sonhos e vidas. Foi uma grande honra poder ouvir cada um e cada uma e perceber o quão importante o movimento de escuta é à construção do conhecimento científico.

A todas as pessoas que, como eu e Toni, acreditam no potencial transformador das palavras.

Se elas têm poder, é através delas que vamos resistir nesta conjuntura e construir um *outro mundo possível*: com vida em abundância para todo e qualquer ser, especialmente o *ser* jovem.

“Tranquilizar é tarefa de outros; a nossa é inquietar.” (GEERTZ, 2001, p. 65)

RESUMO

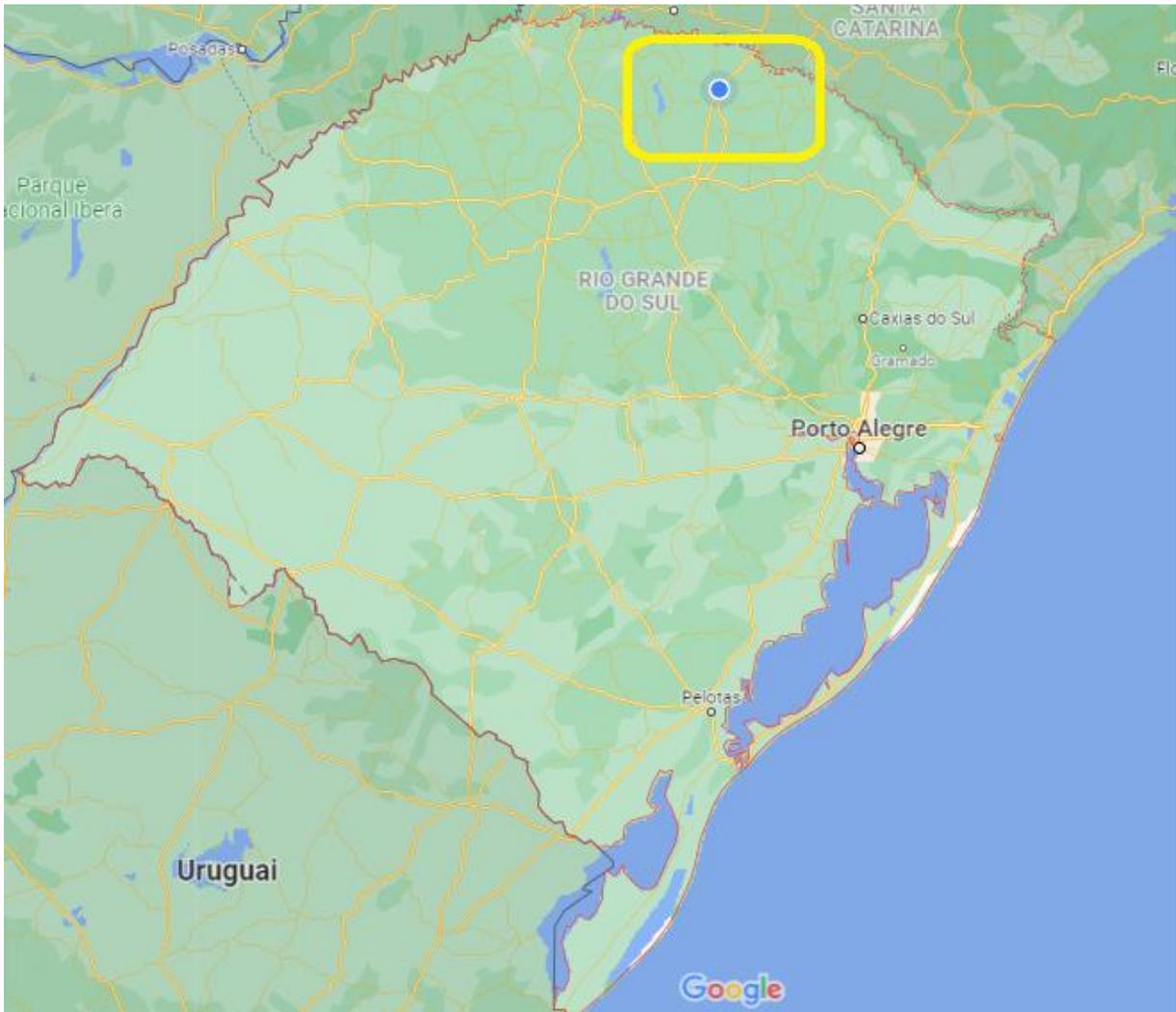
Esta pesquisa propõe investigar, através de uma etnografia, quais são as atribuições de sentido do trabalho mobilizadas por jovens trabalhadores/as de supermercados de uma cidade da região do Alto Uruguai Gaúcho. São, em maioria, mulheres, estudantes do ensino médio público na modalidade de ensino remoto, residentes no município em questão, experimentando o primeiro emprego assalariado, trabalhando há menos de um ano e cumprindo jornadas de trabalho extenuantes. Desenvolveu-se um estudo de campo etnográfico na “versão capitalista do paraíso terrestre” (CHAUÍ, 1989) com temporalidade de dois meses. O estudo é amparado, previamente, pelas contribuições teóricas de Nadya Araújo Guimarães (2004) e aprofundado sociologicamente através de Luís Antonio Groppo (2017). Apresenta-se o trabalho como fator estruturante da condição juvenil, portanto, afirma-se que há uma juventude trabalhadora que integra o que Ricardo Antunes (2015) nomeia de “classe-que-vive-do-trabalho”. Além de perceberem o trabalho como uma necessidade, sobretudo ao acesso à condição juvenil, os/as jovens vivenciam situações de precariedade que não são específicas. Todavia, constituintes de uma realidade abrangente que pode ser constatada através da discussão de Ludmila Abílio (2020) sobre “uberização”. A partir de tais elementos, é proposta uma reflexão que conduz a uma *juvenilização da precariedade*, produzida pelo *trabalho de jovem* e produtora da histórica precarização que incide sobre a juventude trabalhadora do Brasil.

Palavras-chave: Juventude trabalhadora; Supermercados; Precariedade; Etnografia.

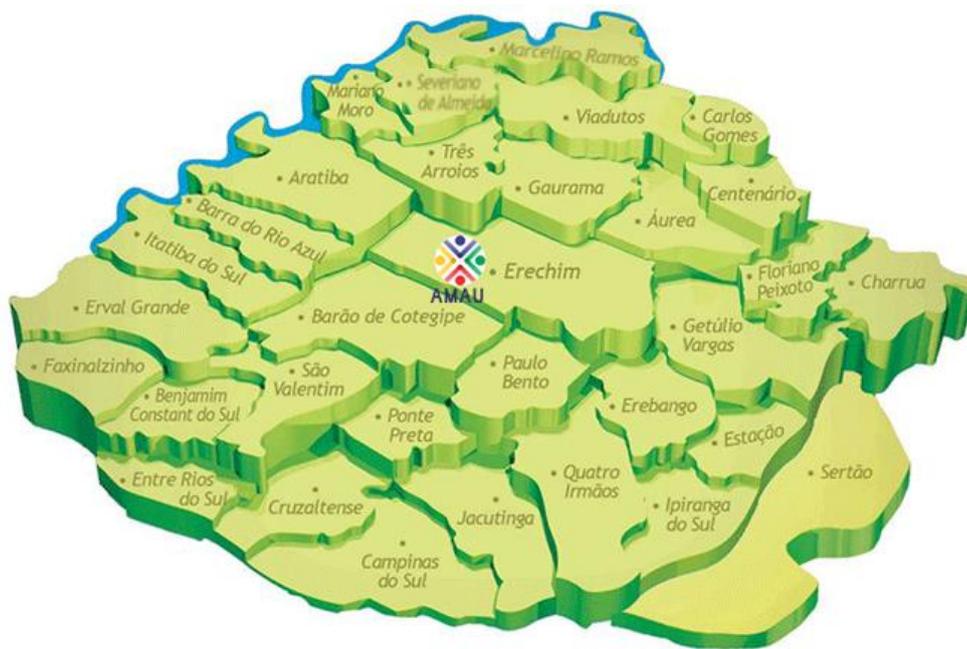
ABSTRACT

This research proposes to investigate, through an ethnography, which are the meaning attributions of labour mobilized by young supermarket workers in a city of the Alto Uruguai Gaucho region. They are mostly women, public high school students in the remote education modality, residents in the municipality in question, experiencing their first salaried job, working for less than a year and doing strenuous working hours. An ethnographic field study was developed in the "capitalist version of the earthly paradise" (CHAUÍ, 1989) with a two-month temporality. The study is supported, previously, by the theoretical contributions of Nadya Araújo Guimarães (2004) and deepened sociologically through Luís Antonio Groppo (2017). Labour is presented as a structuring factor of the juvenile condition, therefore, it is stated that there are a working youth who integrates what Ricardo Antunes (2015) names "Class-that-Lives-from-Labour". Besides perceiving labour as a necessity, especially to access the juvenile condition, young people experience precarity situations that are not specific. However, they are constituents of a comprehensive reality that can be verified through Ludmila Abilio's (2020) discussion on "uberization". Based on these elements, a reflection is proposed that leads to a juvenilization of precarity, produced by young work and a producer of the historical precariousness that affects working youth in Brazil.

Key-words: Working Youth; Supermarkets; Precarity; Ethnography.



Localização do Alto Uruguai Gaúcho no Estado do Rio Grande do Sul. Montagem da autora com base no Google Maps.



Localização das cidades que compõem a Associação de Municípios do Alto Uruguai (AMAU). Fonte: <https://www.amau.com.br/site/municipios/>

SUMÁRIO

1. ITINERÁRIO DA REFLEXÃO TEÓRICA PELOS CORREDORES DO SUPERMERCADO	10
VASILHAME.....	16
2. CESTA DE IDEIAS	17
2.1. LISTA DE COMPRAS: ELEMENTOS CONCEITUAIS FUNDAMENTAIS À CONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO	19
2.2. DESAFIOS ANALÍTICOS DE UMA CATEGORIA CALEIDOSCÓPICA	25
3. TRABALHADORA: ADJETIVO ELEMENTAR DA JUVENTUDE BRASILEIRA	29
3.1 JUVENTUDE: UM PRODUTO HISTÓRICO DA MODERNIDADE.....	31
3.2 TRABALHO: UMA CATEGORIA ONTOLÓGICA DO SER HUMANO.....	36
HORTIFRUTI COMO HORIZONTE À OBSERVAÇÃO	41
4. SUPERMERCADO: A VERSÃO CAPITALISTA DO PARAÍSO TERRESTRE.....	42
4.1 ETNOGRAFIA: UM EXERCÍCIO REFLEXIVO.....	46
4.2 IMPONDERÁVEIS POR ENTRE AS PRATELEIRAS: ALGUMAS PISTAS SOBRE O TRABALHO DE JOVEM	48
4.3 O FAZER ETNOGRÁFICO ENQUANTO PESQUISADORA-CLIENTE	55
4.4 ENTRE OS CORREDORES: PRODUTOS, JOVENS E O TRABALHO INVISÍVEL.....	59
“ENCONTROU TUDO O QUE PROCURAVA?”	68
5. TRABALHO DE JOVEM: A SEQUELA DO TRABALHADOR-CONSUMIDOR ..	69
6. JUVENILIZAÇÃO DA PRECARIIDADE?.....	73
7. FECHAMENTO DO CAIXA	80
REFERÊNCIAS.....	86

1. ITINERÁRIO DA REFLEXÃO TEÓRICA PELOS CORREDORES DO SUPERMERCADO

Para Rubem Alves, “todo pensamento começa com um problema” (1993, p. 167). Com os limites impostos pela pandemia do novo coronavírus, a presente pesquisa precisou se reinventar. Seu princípio se deu na seção de hortifrutigranjeiros de um supermercado. O *problema* foi a necessidade de repor os alimentos em um dos únicos locais que, ao ser considerado uma atividade essencial, permaneceu aberto. Através dos corredores, um supermercado pode se apresentar como um labirinto. Entre tantas cores, opções, preços, pacotes e produtos pode ser difícil a pretensão de encontrar a saída. Há sempre uma informação dissimuladamente preparada para captar a atenção daqueles/as que estão de passagem. O supermercado é o local das impermanências, todavia seu fluxo de funcionamento demanda força de trabalho à manutenção dessa ordem varejista.

Em algumas instituições, sobretudo na Igreja, é comum o questionamento acerca de *onde* estão os/as jovens. Nos bancos de uma capela, participando da celebração da Eucaristia é habitualmente incomum. Já nos corredores dos supermercados, acaba sendo tão banal que há certa dificuldade em ver além do corpo uniformizado. A/o jovem está por entre as prateleiras: repondo produtos, verificando a validade, operando o caixa, atendendo no vasilhame, recolhendo carrinhos, empacotando compras, organizando as cestas, transportando mercadorias e vendendo a sua força de trabalho. As funções não são super especializadas, entretanto fundamentais à organização do fluxo de funcionamento da empresa. Para além das repetitivas tarefas diárias, o objetivo geral do estudo quer investigar: qual é o sentido do trabalho na vida dos/as jovens trabalhadores/as dos supermercados em uma cidade da região do Alto Uruguai Gaúcho?

Com base em uma analogia, Karl Popper (1968) apresenta a teoria como um instrumento de pescaria e o cientista como um pescador: “o pescador faz suas redes com fios. O cientista faz suas redes com palavras” (ALVES, 1993, p. 93). Já que os problemas instigam o pensamento, para seguir em efusão, é necessário que o/a pesquisador/a se movimente no intuito de construir as redes. A partir da metodologia qualitativa, previamente, o primeiro passo à construção do conhecimento sobre o recorte temático proposto foi a efetivação da escuta. O planejamento era *ouvir* as/os jovens através de entrevistas em profundidade. Todavia, a programação da/o pesquisador/a nem sempre é acolhida pela situação de pesquisa. Há momentos em que as redes furam e os animais escapam do pescador. Nesse contexto, o principal

inviabilizador das entrevistas foi o fluxo de funcionamento do supermercado, o qual rompia a possibilidade de aprofundar a abordagem. Assim, a etnografia se apresentou como uma possibilidade de (re)(des)construir os fios dessa rede que é o conhecimento científico.

Seguindo os preceitos da antropologia, realizou-se uma pesquisa de campo de cunho etnográfico durante um período de dois meses (31/06 a 31/08) no intuito de estudar *com* as pessoas, não fazer estudos *sobre* elas. (INGOLD, 2017, p. 222). A partir de Roberto Cardoso de Oliveira (1996) que, ao apresentar o trabalho do/a antropólogo/a, sistematiza o exercício etnográfico em *olhar e ouvir*, junto às rigorosas relatorias caligrafadas no diário de campo, buscou-se *observar* (INGOLD, 2017) as relações presentes nos nove supermercados do município estudado. A observação participante (MALINOWSKI, 1976) foi executada por meio de trinta abordagens *com* jovens, que formaram um perfil composto majoritariamente por a) mulheres; b) residentes na cidade do estudo; c) com a faixa etária dos 15 aos 19 anos, contudo raros casos acima dos 20 anos; d) estudantes do ensino médio público na modalidade remota - por consequência da pandemia; e) experimentando o primeiro emprego com carteira assinada, tendo que já desempenharam outros trabalhos, especialmente como cuidadoras de crianças; que f) trabalham nos supermercados há menos de um ano; e e) cumprem uma carga horária mínima aproximada de 8h/dia¹.

Além das abordagens, foi enviado um formulário *online*, sobretudo, quando o fluxo do supermercado não comprometia a abordagem e a conversa se tornava mais ampliada². As perguntas tinham o objetivo de aprofundar a análise do perfil e colher mais elementos sobre os sentidos do trabalho. Já que a etnografia não é apenas um método (PEIRANO, 2014), o objetivo de investigar os sentidos que o trabalho assume na vida das/os jovens trabalhadores/as foi o fio inicial à construção de uma rede teórica. Com base na socióloga Nadya Araújo Guimarães (2004) há um consenso de que a juventude trabalhadora do Alto Uruguai também vende a sua força de trabalho por necessidade, todavia essa situação não é extrema. Assim, além de algumas abordagens apontarem ao fato de que as/os jovens auxiliam financeiramente na rotina familiar, o salário é utilizado como meio à efetivação do consumo o que, segundo Leila Jeolás e Maria

¹ Mesmo que a faixa etária tenha sido dos 15 aos 19 anos, é importante ressaltar que a maioria das abordagens foi realizada com jovens que não se encaixam na categoria “menor aprendiz”. Por isso, a carga horária foi generalizada com base no horário cumprido pela maior parcela que são 8h/dia, segundo as leis trabalhistas. Todavia, esse horário não é fixo e, especialmente em relação às jovens operadoras de caixa, é extrapolado.

² O formulário era enviado quando, na conversa, havia a possibilidade de solicitar o número de telefone da pessoa. O envio acontecia pelo aplicativo WhatsApp. Cerca de sete jovens responderam às perguntas *online* e, pelo número não ser significativo em relação ao total das abordagens, as informações contidas nele não foram aprofundadas aqui.

Elena Lima (2002), oferece possibilidades de acesso ao universo juvenil. Por conseguinte, o trabalho se apresenta como elemento estruturante da condição juvenil contemporânea.

A costura dos fios que formam a teoria, rede do/a etnógrafo/a segundo Popper (1968), foi construída com base na arquitetura do supermercado. Então, a presente pesquisa deseja conduzir o/a leitor/a pelos corredores da “versão capitalista do paraíso terrestre”, metáfora da professora Marilena Chauí (1989, p. 70). Nessa via, juntamente com as/os jovens trabalhadores/as, o trabalho principia no *vasilhame* (parte um), passando pelo *hortifruti* que serviu como *horizonte à observação* (parte dois), encaminha-se juntamente com uma jovem atendente no caixa do supermercado, ao questionar se você, leitor/a, *encontrou tudo o que procurava?* (parte três) e é findado no *fechamento do caixa* com as conclusões encontradas. Pode-se constatar que o exercício de estudar um fenômeno particular é imensamente complexo, tendo em vista que exige um permanente movimento relacional entre o que é estrutural e o que é conjuntural.

Por isso, a parte um (Vasilhame) começou pela proposição de uma cesta de ideias. Foram apontados breves elementos sobre a temática no contexto pandêmico a partir da seguinte questão: “(...) se os supermercados são considerados, pelos governos do mundo todo, uma atividade essencial durante a crise da Covid-19, não seria também igualmente importante o trabalho feito por seus funcionários?” (OSTRONOFF, 2020, p. 65). Como em uma lista de compras, delimitaram-se alguns conceitos, baseados na sociologia da juventude de Luís Antônio Groppo (2017) e seus eventuais desafios de aplicabilidade, tendo em vista a característica caleidoscópica (REGO, 2017) da categoria juventude. Aqui também foram ressaltados os objetivos específicos empenhados ao longo do trabalho que visaram, através da observação participante (MALINOWSKI, 1976), perceber nas experiências juvenis elementos intrínsecos à relação de trabalho no modo de produção capitalista - para além dos sentidos. Para isso, buscou-se uma abordagem histórica que compreendesse a juventude enquanto produto da modernidade e o trabalho (MARX, 1985) como uma categoria ontológica (LESSA, 2015) do ser humano, desde a transformação do macaco em homem (ENGELS, 1876).

Ao adentrar o hortifruti e inseri-lo como horizonte à observação, a segunda parte teve o intuito de apresentar os aspectos metodológicos da pesquisa. Para tanto, foi necessário situar a origem dos supermercados que é vinculada à expansão do modo de vida americano, *american way of life*, na conjuntura da Guerra Fria (ALBERTONI, 2015). Na região do Alto Uruguai, há uma ética que supervaloriza a relação laboral que compreende o trabalho como meio ao enriquecimento (BENINCÁ, 2006) e, conseqüentemente, à possibilidade de consumir. Esse *modus operandi* local é integrado a um contexto amplo que se agrupa no desenvolvimento da

chamada sociedade de consumo (BAUMAN, 2008). Obviamente a região contou com resistências ao acolhimento de uma cultura consumista advinda dos grandes centros, entretanto, lentamente ela foi ganhando espaço. Hoje, em oposição às feiras, os supermercados são os locais mais frequentados pelos consumidores/as. Limpos. Organizados. Diversos. Amplos. São os maiores templos do deus dinheiro (PERES; MATIOLI, 2020) e, de fato, a versão capitalista do paraíso terrestre (CHAUÍ, 1989).

A etnografia, mais do que um método (INGOLD, 2017; MAGNANI, 2009; PEIRANO, 2014; URIARTE, 2012), é um exercício reflexivo. No movimento de estranhar o natural e naturalizar o estranho (DAMATTA, 1981), apontou pistas à investigação de como, para a juventude, o trabalho se dá dentro dos templos do deus dinheiro. Assim, foram coletados fios de jovens que *saem chorando no final do expediente*³; que têm seus *corpos violados pela falta de respeito dos/as clientes*; que *sonham em adentrar o ensino superior e utilizam o supermercado como oportunidade financeira*; que precisaram *vender a força de trabalho à compra de um smartphone que possibilitasse o acompanhamento das aulas remotas*. Esses fios foram utilizados para tecer a rede do conhecimento científico aqui apresentada. Cada uma das histórias relatadas, colhidas nas abordagens e narradas no diário de campo etnográfico, são parte de um exercício reflexivo que buscou compreender com mais profundidade os pontos que constituem a realidade juvenil brasileira.

Os fios da teoria e da prática etnográfica, lançados no *locus* pesquisado, fisgaram o que foi chamado aqui de *trabalho de jovem*. Ricardo Antunes (2015), em oposição aos que alegavam o fim do trabalho e do proletariado, cunhou o conceito de classe-que-vive-do-trabalho. Ao emprestar a metáfora desenvolvida por Mészáros (1995), advinda originalmente de Karl Marx (1985), o sociólogo brasileiro constrói suas análises na investigação da destrutiva engenharia, que é o *sistema de metabolismo social do capital*. Assim, o trabalho de jovem é constituinte da classe-que-vive-do-trabalho, sobretudo pelos sujeitos que compõem o exército de mão de obra excedente (AREND; REIS, 2009). Entre fazer o que se gosta e gostar do que se faz, o sentido desse trabalho é limitado à *oportunidade* de estar empregado/a. *Qualquer coisa é melhor do que a barbárie do desemprego* (ANTUNES, 2015). Entre os corredores, há um trabalho invisível que serve de alimento ao bom funcionamento desse metabolismo cruel, tendo em vista que “assim como tudo o que está nas prateleiras, os funcionários dos supermercados são um item de reposição” (PERES; MATIOLI, 2020, p. 264).

³ É importante frisar que os trechos retirados do diário de bordo etnográfico estão especificados e grifados em itálico.

Na terceira e última parte (“Encontrou tudo o que procurava?”), estimado/a leitor/a, você vai se deparar com uma jovem operadora de caixa. Ela aguarda sua chegada com um sorriso simpático, possivelmente transbordado através dos olhos - por causa da máscara de proteção à Covid-19. Será hora de passar os produtos, um a um, pela esteira. O movimento de transformação dos produtos em moeda, diferente do supermercado, será efetuado através da proposição de uma ideia. Depois de uma longa passagem pelos corredores, seguindo os preceitos ideológicos neoliberais, como é o caso do consumismo: não há como sairmos desse paraíso terrestre de mãos vazias. Portanto, serão ressaltados elementos que convergem a um processo, em curso, que aqui é nomeado como juvenilização da precariedade. Para tal fim, o trabalho de jovem será apresentado como uma das sequelas do trabalhador-consumidor, que é o tipo ideal de trabalhador ao metabolismo social do capital. Nesse contexto, é possível perceber que o pós-fordismo contribuiu para a geração de elementos como a flexibilização, a informalidade, a terceirização e, então, o abrupto sucateamento dos direitos trabalhistas. Há um terreno fértil ao fortalecimento da precariedade, a qual atua à desestruturação dos direitos sociais e, conseqüentemente, afeta a dignidade dos seres humanos.

É constatada uma juvenilização da precariedade tendo em vista que, o contrário não oferece um grau de profundidade suficiente para *olhar* as especificidades da realidade juvenil. A juvenilização da precariedade desemboca na precarização da juventude, mas se apenas atentarmos a isto, não será possível chegar à base da problemática. Por isso, são apresentados seis elementos que servem de base à consolidação do conceito: baixa qualificação, alta rotatividade, desemprego estrutural, narrativa pejorativa em relação à juventude, alta carga horária e sucessiva retirada de direitos. Além das pistas concebidas na realidade particular do *locus* pesquisado, a pesquisa de Ludmila Abílio (2020), com enfoque na uberização do trabalho, também serviu de suporte à reflexão. Ao atestar a massiva presença de jovens, sobretudo negros, no “(...) processo em que o trabalhador informal se vê despojado de direitos, garantias e proteções associados ao trabalho e arca com riscos e custos de sua atividade” (ABÍLIO, 2020, p. 580), a cientista social apresenta dados que demonstram o quanto a precariedade se intensifica na realidade juvenil da classe-que-vive-do-trabalho.

Há, na classe trabalhadora, um processo de juvenilização da precariedade em curso. Todavia, esse elemento se acentua de acordo com as desigualdades e diversidades que atravessam a pessoa da/o jovem. Ao constatar que a juventude é uma categoria caleidoscópica, são apontados marcadores sociais da diferença como a raça e o gênero. Nesse movimento de aprofundar o *olhar*, ao colocar a teoria em ação (PEIRANO, 2014), é possível perceber que a precariedade atinge, especialmente, os/as jovens negros. Isso porque há, em curso, um

genocídio da juventude negra que ora é deixada morrer ora é deixada *sobreviver* de acordo com as premissas do capital (MBEMBE, 2017). Em relação ao gênero, com base na experiência das operadoras de caixa, as trabalhadoras são expostas a duplas jornadas de trabalho, fato que torna ainda mais visceral a dominação das mulheres (FEDERICI, 2017), a principiar cada vez mais cedo, pelas jovens. Em relação às mulheres jovens negras, as condições são ainda mais desiguais, fato que amplia a situação de vulnerabilidade e contribui à manutenção de uma representação negra estritamente vinculada ao ato de servir (HOOKS, 1995).

Os fios tecidos em campo construíram uma rede teórica que atenta a elementos candentes à condição juvenil. No processo de maximização dos lucros, essencial ao sistema de metabolismo social do capital, os sonhos das/os jovens são dilacerados. Essa barbárie é materializada através do *trabalho de jovem* que garante condições a um processo de *juvenilização da precariedade* que desencadeia uma *precarização da juventude*. Se a história da humanidade é a história da luta de classes, a história da juventude é resistir às profundas contradições de sistema que a tem como objeto crucial, custe o que custar, sua perpetuação. Esses custos sempre são mais caros às/aos jovens, considerando o fato de que têm suas possibilidades cerceadas prematuramente. É necessário *ver* para, portanto, *julgar* e *agir*. Logo, debruçar-se sobre essa questão, mapear suas pistas, *observar* seus sujeitos, *ouvir* suas experiências, *olhar* suas histórias são procedimentos fundamentais à construção de uma rede de palavras. Ao ser aplicada na prática, essa rede deve instigar outras pessoas a perceberem esse problema para que, então, pensem sobre esse distúrbio que atravanca tantos projetos de vida.

VASILHAME

Ao adentrar o supermercado, ao longo do itinerário etnográfico e enquanto pesquisadora-cliente, a primeira pessoa encontrada era jovem. Ela costumava figurar num espaço nomeado de “vasilhame”. Vestia o uniforme da empresa e guardava os pertences das/os clientes. Era educada. Recolhia as garrafas, popularmente nomeadas de “cascos”. Entregava caixas vazias, caso alguém solicitasse. Embalava a mercadoria para ser oferecida como presente. Ali onde é escolhido o recipiente no qual as compras serão depositadas, a passagem pelo supermercado era iniciada. Carrinho ou cesta? Escolhi uma cesta.

Assim, a **primeira parte** do trabalho tem o intuito de guiar você, caro leitor/a: nosso passo inicial tem por objetivo apresentar as razões acomodadas na construção desta pesquisa, além de indicar traços do perfil das/os sujeitos pesquisadas/os, alguns desafios que acompanharam a investigação e, por fim, desenvolver um debate teórico acerca dos elementos estudados.

Boas compras!

2. CESTA DE IDEIAS

Esta pesquisa inicia no setor de hortifrutigranjeiros de um supermercado, mais especificamente no espaço destinado aos tomates. Enquanto escolhia os que mais me agradavam, meus ouvidos foram atravessados por um diálogo que estava sendo proferido por três trabalhadores. Eles, jovens, estavam repondo o estoque e retirando as frutas que não foram selecionadas pelos sentidos das consumidoras e dos consumidores. Falavam sobre a vida e, especialmente, sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), afirmando que seria ótimo “tirar uma boa nota”, porém, isso não aconteceria com alguém que “chuta tudo porque não tem tempo pra estudar”. Essa pessoa, cuja identidade não foi definida, despertou minha atenção. Então, além dos tomates, a cesta com as compras passou a ser ocupada por ideias.

Com a pandemia da Covid-19, o supermercado seguiu sendo um dos locais mais frequentados pelos seres humanos de inúmeros países do globo terrestre. Quilométricas filas. Acúmulo sistemático de itens básicos com base em uma suposta escassez de produtos. Consumo desesperado. O coronavírus situou o lugar dessas grandiosas portadoras de milhares de produtos na vida dos seres humanos. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), antes da emergência das medidas preventivas de segurança, cerca de 28 milhões de pessoas entravam ao menos uma vez em uma loja de varejo alimentar no Brasil (PERES; MATIOLI, 2020). Por serem considerados estabelecimentos essenciais, permaneceram abertos: menos frequentados, mas figuraram entre os espaços mais movimentados. Assim, foram um dos setores que apresentaram crescimento nas vendas em 2020 (CNN, 2020), destoando da maioria dos outros estabelecimentos comerciais. Para que o funcionamento não fosse bloqueado, *alguém* teve que postergar a ordem de permanecer em casa e se expor a um alto risco de contágio. E esse alguém – que deve ser lido no plural – diversas vezes denunciou a “falta de itens de proteção como máscaras e luvas (...)” (OSTRONOFF, 2020, p. 65) em diversas empresas ao longo do território brasileiro.

Para uns/umas o supermercado é a versão capitalista do paraíso terrestre (CHAUÍ, 1989, p. 70) enquanto que para outro(s) *alguém* é o inferno experimentado por meio de relações de trabalho precarizadas. Além de ser, na pandemia, sobretudo no começo, espaço de medo da contaminação. Os três jovens que dialogavam ao trabalhar organizando os tomates constituem esse *alguém* que Antunes nomeia como a “classe-que-vive-do-trabalho”⁴ (2015, p. 66). Dentro

⁴ Para Antunes (2015), a classe-que-vive-do-trabalho é constituída pelo proletariado industrial e rural, os trabalhadores/as terceirizados/as, subcontratados/as, temporários/as, assalariados/as do setor de serviços, trabalhadores/as de *telemarketing* e *call centers*, além dos/as desempregados/as.

de um supermercado, essa classe é composta por operadoras de caixa, balconistas, vendedores/as, encarregados/as de estoque, repositores/as de mercadorias, entregadores, empacotadores/as, auxiliares de limpeza, açougueiros/as, padeiros/as e ajudantes em geral. São inúmeras pessoas que, diariamente, são invisíveis: vendem sua força de trabalho para organizar, empacotar, limpar, ordenar, selecionar e empilhar mercadorias que saem das prateleiras à mesa das/os consumidores/as. O trabalho é diariamente atravessado por diversos verbos que integram o exercício do emprego para o qual foram contratadas/os. Grande parte das/os que compram os produtos não percebe a importância de cada um desses serviços, tendo em vista que “(...) o supermercado é apenas um espaço de passagem. Um espaço onde não se está. Um lugar no qual entramos, nos servimos do que precisamos e seguimos a vida” (PERES; MATIOLI, 2020, p. 14).

Enquanto seguimos a vida, corpos como os dos três jovens comercializam a maior parte das horas de seus dias - no contexto pandêmico: sujeitos à contaminação - para garantir prateleiras organizadas ao lucrativo triunfo do consumo - o qual representa 5,2 % do Produto Interno Bruto (PIB), segundo a Abras (PERES; MATIOLI, 2020). Conforme aponta Ostronoff (2020), diferentemente dos/as profissionais da saúde, os/as quais, sem sombra de dúvida, efetuaram um papel imprescindível; os/as trabalhadores/as de supermercados não receberam aplausos. Da mesma forma, é essencial pontuar o questionamento: “(...) se os supermercados são considerados, pelos governos do mundo todo, uma atividade essencial durante a crise da Covid-19, não seria também igualmente importante o trabalho feito por seus funcionários?” (OSTRONOFF, 2020, p. 65).

Nesta cesta de ideias, poderia ser executada uma investigação que colocasse em perspectiva a relação juventude e trabalho de uma forma corriqueira. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, legitima a narrativa dos meios de comunicação de massa considerando a situação “nem nem” (“*ni estuda, ni trabaja*” em espanhol e “*NEET*” em inglês, isto é, “not in education, employment or training”) (OCDE, 2013). A designação “nem estuda e nem trabalha” foi inaugurada pelo governo do Reino Unido e, após, globalizada. Ela demonstra uma noção, a qual será aprofundada em seguida, de “juventude como problema” em relação ao trabalho, ou seja, a adoção de uma postura preconceituosa que se dá através de discursos simplistas. Esse posicionamento poderia ser facilmente superado através da análise de elementos que acompanham as/os jovens como a alta rotatividade, a informalidade e a precarização das relações laborais tanto no setor informal quanto no formal.

Ademais, outro elemento vinculado à juventude é o desemprego (CNN, 2021). É inegável a importância desse fator, tanto que integrará o desenvolvimento do argumento que será apresentado nos próximos capítulos, entretanto aqui ele será percebido como um item de alerta à realidade laboral juvenil. Assim, o desemprego não será elencado como um fim em si mesmo e nem se anunciará como um indicativo que atravessa a condição juvenil, será relacionado para ampliar o ângulo de análise a partir das informações que despontaram da pesquisa de campo com as/os indivíduos concretos que ocupam os postos do setor formal. Cabe destacar aqui, portanto, que a observação participante possibilitou outra perspectiva que, diferente de *ver* pura e simplesmente, passou a *olhar* e *ouvir* (CARDOSO, 1996) para, então, organizar o que foi olhado, notado, percebido e refletido ao longo do percurso etnográfico.

Dessarte, ao *olhar* e *ouvir* foi possível perceber a juventude como componente dos macro fatores, não apenas determinada e estigmatizada por eles. Os três jovens que trabalhavam durante a compra dos e que ativaram o meu “instinto etnográfico” (PEIRANO, 2014, p. 378), representam um contingente populacional que, além de ser atravessado pelas relações laborais, também é constituinte delas e, com isso, também atribui *sentidos* para além do vínculo empregatício (GUIAMET, 2014). Então, acolá do desemprego e do suposto afastamento do mercado de trabalho e das instituições educacionais, como os/as jovens consentem, subjetiva e objetivamente, com o cotidiano de venda da força de trabalho? Para além das repetitivas tarefas diárias: qual é o sentido do trabalho na vida dos/as jovens trabalhadores/as dos supermercados em uma cidade da região do Alto Uruguai Gaúcho?

Todavia, antes de encontrar esses corpos uniformizados no supermercado é importante elaborar uma lista de compras, no caso, aqui representada como um breve aporte teórico que guiará a discussão subsequente.

2.1. LISTA DE COMPRAS: ELEMENTOS CONCEITUAIS FUNDAMENTAIS À CONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO

Para evitar o risco de não realizar uma ação bem sucedida, antes de ir ao supermercado é primordial estabelecer uma lista com o conteúdo faltante na dispensa. É a tradição da maioria das pessoas. E em relação à pesquisa em ciências sociais, essa metáfora é exitosa pelo fato de que a investigação científica, assim como o ato de fazer compras, não é uma operação puramente mecânica: precisa ser organizada. Quivy e Campenhoudt (1998) argumentam que “uma investigação é, por definição, algo que se procura” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 31) e, com base na literatura consolidada sobre o tema, a imersão nos significados presentes

nos supermercados atentou àqueles e àquelas que são responsáveis pela manutenção da ordem das mercadorias para o bom funcionamento do consumo. Diante disso, essa procura foi baseada nos/as jovens trabalhadores/as.

É essencial planejar a trajetória investigativa para que o percurso da pesquisa seja acompanhado por uma capacidade exploratória conduzida pelo rigor científico. Para isso, serão apresentados conceitos importantes, os quais servirão de base ao aprofundamento da análise. Esse repertório conceitual se desloca entre a sociologia da juventude e a sociologia do trabalho, tendo em vista que o alicerce do estudo compreende uma convergência entre tais campos. Assim, a partir de uma tomada de posição epistemológica, serão mobilizadas as seguintes definições para as categorias *jovens*, *juventude*, *condição juvenil*, *situação juvenil*, *geração* (posição geracional, conexão geracional e unidade geracional), *moratória vital* e *moratória social*.

Jovens são sujeitos históricos, isto é, indivíduos concretos que vivenciam processos de socialização mediados/as pela realidade na qual estão inseridos/as. Ao longo desta pesquisa, representam unidades de análise sociológica interpeladas através de uma observação participante que foi realizada em supermercados de uma cidade do Alto Uruguai Gaúcho. Os sujeitos abordados no estudo, compartilham o fato de venderem a força de trabalho a empresas do setor de serviços, todavia apresentam divergências como a localização geográfica, o gênero, a cor, a idade, o grau de escolarização que, conseqüentemente, diferenciam os sentidos que mobilizam para significar a experiência laboral em suas trajetórias. Portanto, por serem sujeitos históricos, a diversidade (objetiva e subjetiva) presente nos/as *jovens* deve ser considerada (PERONDI et al., 2018).

Por *juventude*, entende-se uma categoria social que é construída de forma relacional com base em fatores históricos e culturais. Aqui ela é compreendida levando em consideração a) a faixa etária: tendo em vista que, argumenta-se o trabalho enquanto um direito da pessoa jovem, com base no Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), o qual determina a juventude dos 15 aos 29 anos; b) a situação de classe: a posição (objetiva e subjetiva) que determinado indivíduo ocupa no modo de produção, isto é, sendo detentor dos meios de produção ou restrito a vender a força de trabalho (ANTUNES, 2005); c) refutação da linha analítica que a concebe enquanto um problema social: tendo em vista que essa concepção é estigmatizante.

Há um pertencimento comum em uma *juventude* que ocupa a posição de *trabalhadora* e, por isso, é constituída por condições materiais e históricas que a tornam mais do que apenas uma palavra (MARGULIS; URRESTI, 1996). Vários/as estudiosos/as da sociologia da juventude, entre eles Perondi, Scherer, Vieira e Grossi (2018), vêm atentando à necessidade de

expressar a pluralidade das experiências juvenis inserindo o termo no plural. Entretanto, por se tratar de uma juventude em específico, mesmo que sejam reconhecidas as suas diferenças, o grupo estudado aqui será tratado no singular pelo fato de representar as/os jovens que partilham uma *posição geracional* comum: a da classe trabalhadora.

Ao debater as potencialidades do conceito de *geração*, cunhado pelo sociólogo Karl Mannheim, Weller argumenta que ele é constituído por “processos dinâmicos e interativos” (2010, p. 211) em relação à posição de indivíduos nascidos em um mesmo tempo cronológico (WELLER, 2010). A *posição geracional* é caracterizada pela “potencialidade ou possibilidade de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante.” (WELLER, 2010, p. 212). A *conexão geracional* apresenta elementos mais determinantes que se constituem “(...) através da participação dos indivíduos que pertencem à mesma posição geracional, em um destino coletivo comum assim como da partilha de conteúdos que estão relacionados de alguma forma” (MANNHEIM, p. 547), ou seja, ela é mais determinante do que a posição em si. Então, as/os jovens que partilham os significados referentes ao cotidiano laboral no supermercado estabelecem entre si uma conexão, mas essa prática coletiva ainda pode ser analisada de forma mais profunda através da *unidade geracional*.

Em relação a um mesmo objeto, as unidades de geração apresentam perspectivas, reações e posições políticas distintas (WELLER, 2010). Assim, no âmbito de uma mesma conexão geracional podem haver várias unidades geracionais. Em relação ao supermercado, a partir da análise dos sentidos de trabalho, foi possível perceber o que aqui chamaremos de “unidade geracional A”, “unidade geracional B” e “unidade geracional C”: a primeira é composta por jovens trabalhadores/as que indicam o sentido do trabalho como uma necessidade e que apontam informações sobre certa consciência em relação a uma situação de classe; a segunda acomoda jovens que entendem o trabalho como um valor essencial ao desenvolvimento de responsabilidade colaborando, de forma positiva, ao amadurecimento; a terceira unidade geracional é menor em quantidade, mas é significativa por compreender jovens que identificam o trabalho como um direito, embora exponham algumas contradições. Em suma, “as unidades de geração podem ser vistas como o elemento que mais se aproxima dos grupos concretos” (Weller, 2010, p. 216).

A atualidade da análise mannheimiana das gerações que é proposta por Weller aponta à necessidade da “(...) elaboração de uma perspectiva multidimensional de análise das relações sociais e geracionais.” (2010, p. 220). Essa reflexão vai ao encontro do que vêm sendo chamado de uma análise caleidoscópica (NOVAES, 2006), ou seja, como uma espécie de “mosaico” que

é composto por disparidades regionais, particularidades locais e atravessado por desigualdades sociais. As “matizes da condição juvenil” (NOVAES, 2006, p. 107) devem levar em consideração esses elementos para, então, considerar a forma como o tempo e o espaço são vividos pela população que partilha uma situação geracional. Abramo aguçava que

nas trajetórias individuais dos jovens de uma mesma geração, a condição juvenil comum se entrelaça com as diferentes situações vividas pelos jovens, resultando tanto em pertencimento geracional comum (juventude no singular) quanto na diferenciação social entre os jovens (juventudes no plural) (2014, p. 13).

A *condição juvenil*, nesse sentido, refere-se a uma dimensão histórico-geracional e ao modo como a sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida (ABRAMO, 2014). Todavia, Groppo (2010) aprofunda a discussão sobre essa categoria analítica e propõe uma relação dialética entre a sociedade *versus* indivíduos-grupos juvenis, “(...) fundada numa contradição entre o movimento da integração/socialização e o movimento da autonomia/criatividade” (ABRAMO, 2014, p. 19). Diante disso, há uma *dialética da condição juvenil* que aponta à construção de trajetórias de indivíduos e grupos juvenis que oscilam em um

“(...) duplo movimento que envolve integração *versus* inadaptação, socialização *versus* criação de formas de ser e viver diferentes, papéis sociais *versus* identidades juvenis, institucionalização *versus* informalização, homogeneização *versus* heterogeneidade e heterogeneização, cultura *versus* sub-culturas, etc” (Abramo, 2014, p. 19).

A partir dessas contradições na relação juventude *versus* sociedade, há diferentes *situações juvenis* que revelam a maneira como tal condição é experienciada (ABRAMO, 2014) a partir dos marcadores sociais referentes às diferenças de classe, gênero, etnia, etc. Apesar de revelarem um pertencimento recíproco em relação à faixa etária, uma situação juvenil leva em consideração o indivíduo concreto e a posição ocupada, a qual é determinada pelos elementos históricos que estruturam a sociedade. Em todas essas situações é abarcada uma condição comum de tempo-energia e distância da morte, o que Margulis e Urresti (1998) nomeiam de *moratória vital*. Na interpretação de Abramo (2014), essa condição compartilhada a partir dos fatores biológicos é como uma moeda, isto é, será desigualmente distribuída conforme o aumento de sua valorização. Por isso, há condições sociais que atravessam a moratória vital, constituindo uma situação juvenil determinada por elementos concretos (objetivos e subjetivos) para além da energia do corpo.

Durante certo tempo, nos estudos de juventude preponderou a tese da *moratória social*. Ela é gerada no processo histórico de consolidação da noção de juventude, a qual será

explicitada adiante, contudo, é importante mencionar que o conceito foi criado num ambiente que levava em consideração a juventude que acessava as instituições educacionais, ou seja, as/os filhos/as das famílias burguesas. Segundo o psicólogo Erik Erikson (1987), ela seria um período de experimentação em preparação à vida adulta, no qual os/as jovens teriam maior permissividade antes da maturidade social e biológica. Todavia, esse conceito foi duramente criticado pelo fato de não se atentar ao fato de que essa espécie de suspensão das preocupações não era vivenciada pela juventude da classe trabalhadora, estruturalmente desprivilegiada. Margulis e Urresti (1996) ratificam que foi nos séculos XVIII e XIX, em sintonia com as transformações sociais geradas pelo modo de produção capitalista, que a juventude passou a ser vista como uma camada detentora de privilégios. Especialmente, a juventude das classes abastadas, no caso.

A grande crítica à concepção de moratória social se configura ao seu caráter homogeneizador, como se a juventude fosse um bloco uniforme. Ao adotar uma visão que concebe a diversidade de situações juvenis como elemento primordial, percebe-se que “(...) os jovens brasileiros experimentam, ainda hoje, a juventude a partir de condições MUITO desiguais” (ABRAMO, 2014, p. 30). Uma das múltiplas dimensões que atravessam a vivência da condição juvenil é a experiência laboral, a qual imprime algumas particularidades, especialmente devido à desestruturação do mercado de trabalho. Esse desmonte desencadeia um processo de acirramento do desemprego, fortalecimento do mercado informal, postos de trabalho precarizados e torna cada vez menores as possibilidades de construção de uma carreira profissional linear (DAYRELL, 2007). Assim, esses aspectos influenciam fortemente na construção de um projeto de vida tanto a curto quanto a longo prazo.

Diante da construção dessa metafórica lista de compras, os conceitos aqui mobilizados são fundamentais à solidificação de uma pesquisa que, atenta à *condição juvenil*, tem por finalidade investigar as *situações juvenis* que vivenciam um mundo do trabalho cada vez mais propício ao avanço da flexibilização e a retirada de direitos. Assim, ao atualizar o conceito de geração de Mannheim, Weller (2010, p. 220) aponta à necessidade de “(...) repensar a construção de instrumentos analíticos capazes de mapear e dar forma à singularidade de experiências concretas (...)”. Na busca por apurar os significados referentes à juventude trabalhadora do setor de serviços, em particular, dos supermercados, o objetivo geral da pesquisa é identificar o *sentido do trabalho* na vida desses indivíduos através de uma observação participante. De forma específica, também há o intuito de:

- Escutar as experiências vividas pela juventude trabalhadora;

- Compreender qual é o sentido do trabalho na vida das/os jovens que vendem a mão de obra nas redes de supermercados pesquisadas;
- Apontar se as/os jovens compreendem o trabalho apenas como uma atividade ou como uma relação social;
- Perceber se houve modificações nas relações de trabalho ocasionadas pela pandemia da Covid-19;
- Identificar de que modo compreendem a sua posição na estrutura de classes da sociedade;
- Constatar se elas/eles se reconhecem enquanto classe-que-vive-do-trabalho;
- Contribuir com reflexões metodológicas acerca do estudo etnográfico ao campo da Sociologia.

Com base nesses pressupostos, foi realizada uma pesquisa etnográfica (MALINOWSKI, 1976) que, além de observar os elementos presentes no supermercado, direcionou o olhar às/aos jovens trabalhadores/as. Nesse movimento, foram realizadas trinta abordagens além de um formulário que foi enviado a alguns/algumas jovens, especialmente quando o fluxo do supermercado não interrompeu a abordagem. A maioria dos contatos aconteceu através de jovens mulheres que se concentram na faixa etária dos 15 aos 19 anos, cursam o ensino médio, estão experimentando o primeiro emprego com carteira assinada, trabalham nos supermercados há menos de um ano e cumprem uma carga horária mínima de 8h/dia. As funções exercidas no supermercado transitam entre operadora de caixa, repositor/a e empacotador/a e são esses postos que congregam uma maior quantidade de pessoas jovens, diferentemente de setores como a padaria ou o açougue.

Com base nas informações levantadas pela etnografia, as quais serão aprofundadas na parte dois do trabalho, os instrumentos analíticos citados acima servirão de base à construção dos argumentos advindos do método de pesquisa. Sendo, portanto, de natureza exploratória e tendo por base os procedimentos etnográficos, o presente estudo defende a tese de Peirano (2014), isto é: etnografia não é método, ela é também teoria. Isso porque “se é boa etnografia, será também contribuição teórica; mas se for uma descrição jornalística, ou uma curiosidade a mais no mundo de hoje, não trará nenhum aporte teórico.” (PEIRANO, 2014, p. 383). Em suma, ao longo das próximas páginas serão apresentadas contribuições teóricas à relação entre juventude e trabalho, além de valorizar as narrativas reunidas no trabalho de campo.

De início, destarte, é primordial reconhecer alguns desafios analíticos que acompanharam os passos da pesquisadora.

2.2. DESAFIOS ANALÍTICOS DE UMA CATEGORIA CALEIDOSCÓPICA

A cada movimento, um caleidoscópio pode apresentar combinações variadas que oferecem efeitos visuais agradáveis. Diferentemente de um microscópio, o qual possui a capacidade de ampliar para aprofundar a visão sobre determinado objeto, uma perspectiva caleidoscópica oferece a possibilidade de captar diversas representações de um único elemento. Ao ser uma categoria caleidoscópica (REGO, 2017), a análise deve “(...) considerar os diferentes modos de viver a condição juvenil e a experiência geracional (...)” (GROPPO, 2017, p. 116) considerando as desigualdades e diferenças constituídas a partir da classe, gênero, raça, etnia, regionalidade, orientação sexual, religião, etc.

Os estudos preliminares, além de realizarem uma investigação microscópica, vinculavam a juventude a campos mais evidenciados, isto é, ela era tida como uma consequência ou um apêndice na discussão. A lente tinha o objetivo de abranger uma instituição, por exemplo, enquanto a investigação sobre a realidade juvenil figurava nas arestas da platina. A herança da teoria funcionalista pode figurar como um dos argumentos que explicitam esse fato, tendo em vista que as pesquisas com jovens perpetuaram a partir das instituições educacionais. Nesse sentido, ao sistematizar os primórdios das pesquisas sociológicas sobre jovens, Groppo (2017, p. 26) apresenta a obra *Emílio* de Jean-Jacques-Rousseau (1712-1778) como a elementar, na qual o filósofo resume o período juvenil como um “segundo nascimento” “(...) aquele que dá origem ao “homem maduro, consciente, moral” (apud Flinter, 1968, p. 40).

Esse segundo nascimento, representado na noção de juventude como preparação, é recorrente ao longo de diversas análises. Ao ser vivida através da moratória social e formalizada no enclausuramento (ARIÈS, 1986) dos indivíduos jovens a espaços educacionais, a juventude é vivenciada como sendo um período de suspensão: uma ilha na qual os seres despreparados só retornam ao estarem, finalmente, prontos para o convívio social. Estar acabado/a, em uma visão funcionalista, significava não contribuir à produção de anomia social, respeitando a manutenção da ordem. Juntamente com o tema da socialização institucionalizada, que é um fator caro à manutenção da ordem social burguesa, com a grande participação de jovens nas revoltas políticas do século XIX, é a delinquência juvenil que passa a figurar como grande temática da sociologia tradicional (GROPPO, 2017). O debate desse campo sociológico é ampliado em território norte-americano, especialmente ao fomentar o aspecto “socializador” da juventude enquanto “fase da vida” (GROPPO, 2017, p. 31).

As discussões promovidas pela Escola de Chicago são baseadas na filosofia pragmatista, a qual tratava os objetos de estudo como questões que exigem soluções. Novamente, um olhar microscópico: aprofundar a análise para mapear o desviante e corrigi-lo. A partir do interacionismo simbólico de Blumer, há uma nova forma de interpretar a socialização, isto é, “(...) desde um ativo papel do indivíduo (...)” (GROPPO, 2017, p. 35), portanto a/o jovem passa a ser analisado como um/a produtor/a de sentidos, não apenas como produto do sistema social, da consciência coletiva e, conseqüentemente, da estrutura da sociedade. Assim, a concepção teórica ficou restrita às faces de uma mesma moeda: em uma perspectiva macro, uma das visões compreendia a sociedade como preponderante em relação aos indivíduos e, dela, surgiram estudos voltados às classes escolares e a cultura escola; à nível micro, eram tidos como objeto de investigação a juventude que se afastava das escolas, tidas como anômalas e constituintes de culturas juvenis que se desenvolviam nas ruas e nas esquinas (GROPPO, 2017).

A lógica dicotômica concebeu uma sociologia da juventude que era baseada no espaço da “socialização metódica das novas gerações” (DURKHEIM, 1978, p. 41), isto é, a escola. Em contrapartida, as teorias críticas passaram a lançar uma nova perspectiva aos estudos, tendo em vista que, de causadores/as da anomia social, as/os jovens tornam-se uma potência à transformação da sociedade. Esse ponto de vista, menos pejorativo, produziu reflexões sobre os movimentos de juventude. Ao longo dos anos 1960, atentou-se à participação das/os jovens, juntamente com outros segmentos da sociedade, em grandes manifestações que visavam a contestação “(...) da moral vigente, da socialização rígida e heterodirigida e da própria estrutura de poder das gerações” (GROPPO, 2017, p. 90). A organização popular que figurou na sociedade civil, não apenas em países da Europa e Estados Unidos, mas também nos da América Latina, África e Ásia, refutou elementos que gestaram o colapso do pacto fordista (GROPPO, 2017, p. 89).

Implosão é a palavra que Groppo (2017) atribui à trajetória da sociologia da juventude ao longo dos anos 70. Afasta-se da visão microscópica e rigidamente subordinada às instituições da modernidade. Em sintonia com as transformações, ruíram “(...) a estrutura social moderna, o eixo paradigmático da sociologia clássica e a estrutura moderna das categorias etárias” (GROPPO, 2017, p. 93). As teorias pós-críticas apontam a uma flexibilização das categorias etárias, tendo em vista que, apesar de a idade ainda ser um atributo fundamental classificatório para o *status* social (DEBERT, 1999), há um embaralhamento na definição dessas divisões. Assim, através da cultura de massas (GROPPO, 2017), há primícias de um olhar caleidoscópico, considerando que “ela, a juventude, deixa de ser (apenas) uma categoria

etária e se torna uma “representação social”, um “modo de ser”, um “modo de existência” - a forma “juventude, uma “forma-signo”” (GROPPO, 2017, p. 108).

Com a flexibilização das categorias etárias (DEBERT, 2010) e a emergência de novas formas de investigação, as teorias pós-críticas desenvolveram uma valorização da diversidade nas pesquisas sobre juventude, por isso, sugerem que ela seja compreendida no plural. Diante dessa pluralidade, ser compreendida como uma categoria caleidoscópica significa salientar a diversidade presente na realidade da população juvenil. Essa perspectiva analítica insere a juventude “(...) num constante vir a ser, que tem um sem-número de representações, como num caleidoscópio, mas que permanece viva e atuante no tempo presente”. (REGO, 2017, p. 151). Assim, além da gama de interpretações construída ao longo da exígua trajetória da sociologia da juventude, alguns desafios foram experimentados em virtude das condições concretas da pesquisa.

Margulis e Urresti (1996) suscitam uma questão interessante em relação à temática juvenil e a denominam como complexa e inquietante. De fato, a tarefa não é simples: se pesquisar jovens é um exercício que acompanha um grau elevado de complexidade - especialmente pelo fato de a juventude ser uma categoria caleidoscópica -, propor uma investigação *com* jovens é ainda mais desafiador. Com as desigualdades e as diferenças inseridas no panorama da análise, considerando seus inúmeros significados e pertencimentos, aqui a investigação é centralizada nos sujeitos, isto é: o que vale é a compreensão das vivências da juventude sobre o trabalho e não um ponto de vista do trabalho sobre as/os jovens, tratados/as como meros/as coadjuvantes.

Assim, enquanto jovem-pesquisadora, elenquei alguns desafios que afetaram, especialmente, a metodologia selecionada: a) exercício de escuta; b) trabalho como categoria-chave no imaginário juvenil (GUIMARÃES, 2004); e c) circunstâncias geradas pela pandemia da Covid-19. Mais do que desafiador, há concordância com os pesquisadores chilenos (MARGULIS; URRESTI, 1996), tendo em vista que esse movimento foi extremamente inquietante. A inquietação brotava na abordagem, quando o objetivo era escutar as percepções das/os jovens trabalhadores/as sobre a situação juvenil. Na maioria das vezes, a escuta era efetivada conforme o planejado, todavia o fluxo⁵ do supermercado invadia o diálogo e compelia a conversa. Na busca por adjetivos melhores, não encontrei um que possa exprimir, de fato, o

⁵ Por fluxo do supermercado, compreende-se a permanente e constante movimentação que mobiliza as relações de trabalho. O fluxo acontece quando um/uma cliente adentra a loja, realiza suas compras, entra em contato com as/os trabalhadores e encerra sua jornada no caixa. O fluxo é relacional, sendo empreendido pela/o cliente na relação com as/os trabalhadores/as tendo como objetivo a efetivação do consumo. Assim, quanto maior o consumo, mais rápido é o fluxo e mais eficiente precisa ser o trabalho. Este ponto será desenvolvido na parte dois.

sentimento quando a/o interlocutor/a era atravessado/a pelas demandas da relação laboral: era como se a pesquisa estivesse sendo atropelada. Entretanto, esse desafio me fez caminhar a um *insight* importante: o sentido é composto por sentimento.

Ao atentar aos sentimentos que são mobilizados na construção dos sentidos sobre o trabalho, outro desafio foi o de gerir as indagações que acompanhavam as palavras registradas no diário de campo. Conforme apresentado, ao longo da construção científica que se debruçou à juventude, os estudos eram vinculados a instituições: primeiramente o sistema escolar; em seguida, a situação anômala de estar fora da escola; terceiro, as culturas que se formavam por consequência desses espaços. O grande desconforto aspirava a realização de uma investigação que não limitasse as/os jovens a uma instituição, no caso, o supermercado. Por isso, foi redobrada a atenção em cada um dos passos do percurso etnográfico e o trabalho foi guiado por uma tomada de posição metodológica importante: os contatos realizados no supermercado interpelaram apenas indivíduos jovens. Além de jovens, foram escutados/as exclusivamente as/os trabalhadores das funções bases que são: repor, empacotar e receber o montante referente às mercadorias. Em suma, esse recorte representa a maioria das/os trabalhadores/as dos supermercados - inclusive na visão das/os jovens.

O primeiro dia de exercício etnográfico foi oportuno para exprimir a importância do sentimento à construção do sentido. A jovem abordada cumpre o papel de caixa no supermercado e trabalha no estabelecimento há apenas dois meses. Segundo ela, “apesar de algumas coisas, era bom trabalhar ali”. A palavra *coisas* apareceu em todos os diálogos e, ao longo do tempo, um alerta foi focalizado. O objetivo foi obter a possibilidade de acessar quais eram os elementos não aparentes que atravessavam a experiência laboral de cada jovem, colaborando à construção de sentidos. Guimarães (2004), ao questionar se o trabalho seria, de fato, uma categoria-chave ao imaginário juvenil, aponta que “(...) o trabalho pode ser dotado de múltiplos significados, impossibilitando que se lhe outorgue um único sentido, de modo unívoco” (GUIMARÃES, 2004, p. 10).

A multiplicidade de significados fez com que o primeiro dia de pesquisa fosse transpassado pelas *coisas*: elas foram sendo dissolvidas por uma conversa que se encerrou precedida por *tem dias que saio daqui chorando*. Além das lágrimas, o primeiro contato com o *locus* pesquisado evidenciou a situação pandêmica: os equipamentos de proteção individual à prevenção do coronavírus forjaram um ambiente silencioso, distanciado, sério e sem interação. Não há abordagem sem interação, por isso, um dos grandes desafios foi o de vivenciar uma situação gravíssima de exposição a algo perigoso e desconhecido. Portanto, além do vírus anônimo, havia uma cliente-nunca-vista que desejava trocar informações sobre um assunto que,

talvez, elas/eles nunca tinham parado para realizar uma reflexão. Assim, os contatos foram sendo qualificados ao longo do exercício de abordagem que, depois de um tempo, deixou de ser estranho para mim e para eles/elas. Aqui é importante ressaltar um elemento: a confiança da e na pesquisadora é um fator considerável em campo e é qualificada na medida em que se materializa. A melhor forma de aprender a ser pesquisadora é pesquisando.

Poderiam ter sido problemas, todavia optei pela denominação que apresentasse a perspectiva desafiadora de cada um dos pontos levantados aqui. Apesar de complexos, o fato de serem acompanhados pela inquietação possibilitou com que a postura de pesquisadora estivesse em constante movimento: sempre em busca de novas pistas. Assim, o grande desafio analítico de uma categoria caleidoscópica permeia por captar sentidos possíveis, estar atenta a novas pistas e, fundamentalmente, ousar ir além dos elementos bases. Escutar jovens trabalhadores/as em meio a uma pandemia que ceifou a vida de mais de meio milhão de pessoas só no Brasil, levando em consideração o fato de que a conjuntura se apresentou como uma possibilidade de adquirir emprego para grande parte deles/delas, mesmo que isso custasse a contaminação pelo vírus. Um tanto quanto desafiador.

3. TRABALHADORA: ADJETIVO ELEMENTAR DA JUVENTUDE BRASILEIRA

Na teoria sociológica, os debates sobre as mudanças no trabalho são recorrentes: especialmente após os chamados “30 anos gloriosos” que foram marcados pela inovação, crescimento sustentado e a pretensão à universalização de direitos (GUIMARÃES, 2004, p. 04). No Brasil, os sintomas dessa realidade, verificada em escala global, são sentidos cotidianamente com o aumento da feminização da força de trabalho, a flexibilização e a ampliação da informalidade (BRAGA, 2017).

A gama de contradições que conduzem à produção massiva do subproletariado, para Antunes, “incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos” (2015, p. 62): movimento que torna a classe trabalhadora cada vez mais heterogênea, fragmentada e complexificada. Em contrapartida a essa exclusão, Guimarães (2005) argumenta a necessidade de adjetivar a protuberante especificidade, ou seja, há uma juventude trabalhadora brasileira que, historicamente, é consumida pelo mundo do trabalho: seja sendo objeto do mercado, integrando a informalidade ou vivendo a expectativa de vir a ser assalariada.

Ao investigar os rostos que, despossuídos de meios de produção, são constrangidos a vender sua força de trabalho em troca de um salário, Antunes reitera que “a classe-que-vive-do-trabalho é tanto masculina quanto feminina” (2015, p. 66). Com base nos estudos de

Guimarães sobre a incidência da categoria trabalho no imaginário juvenil, é possível incorporar a afirmação de Antunes (2015), pois além da marcação de gênero, a classe-que-vive-do-trabalho também é composta por rostos jovens⁶. Dessarte, ao considerar que as/os jovens constituem diferentes classes sociais é preciso admitir que a maioria é concebida no proletariado, portanto, é possível conjecturar que as relações de trabalho são um elemento estruturante da condição juvenil contemporânea.

Por desarticular os padrões e expectativas de cada esfera social e a sintonia entre as instituições, a complexidade social e a acumulação flexível resultam transformações à vivência da juventude (GROPPO, 2017), fato que acentua a característica dialética da condição juvenil. Os conflitos desencadeados pelo duplo movimento de integração e autonomia são hodiernos, tendo em vista que, sem a possibilidade de escolha, alguns/algumas são coagidos a se integrar na lógica da exploração da mais-valia; enquanto outras/os, num movimento limitado de autonomia, arriscam-se no empreendedorismo⁷ ou na informalidade⁸. Em ambos casos, mesmo que de formas distintas, o verbo trabalhar é sempre conjugado.

O sistema capitalista, a partir do desemprego estrutural⁹, condiciona as/os jovens a uma taxa de desocupação duas vezes superior ao de pessoas adultas (FURNO, 2019). Logo, é gerado um contingente de mão de obra juvenil conveniente ao setor de serviços, o qual se ocupa desse exército excedente que é compelido a se adaptar a um padrão de relação trabalhista cada vez mais precarizado e, conseqüentemente, desumanizador. A presente pesquisa é localizada em uma realidade na qual há jovens que vendem sua força de trabalho cumprindo uma carga horária superior a 8h por dia. A Carteira Verde e Amarela (CTVA) (FATO, 2021) é um grande exemplo desse processo, tendo em vista que, com o discurso propagandista de oportunidade, retira direitos, oferece salários menores, promove a instabilidade e a falta de perspectiva - elementos fundamentais à construção de um projeto de vida.

⁶ “Juventude esta que, em parcela não desprezível, ingressa no trabalho ainda na infância; nada menos que 33% deles inicia sua carreira como trabalhador entre 5 e 14 anos, e somente ¼ deles o faz depois da maioridade” (GUIMARÃES, 2004, p. 20).

⁷ Cabe ressaltar que na lógica empreendedora, vende-se a fantasiosa liberdade neoliberal que cria outras prisões na vida das/os jovens. Contudo, aqui não será aprofundado esse argumento, pois não é o objetivo do trabalho.

⁸ De acordo com Deister e Miranda (2020), as/os entregadores/as de aplicativo constituem 23% dos autônomos. As condições de trabalho da categoria são precárias e não contam com nenhuma garantia, apenas uma carga horária excessiva, acidentes de trânsito e nenhum apoio ou direito.

⁹ É importante atentar aos dados apresentados por Furno (2019): “os jovens são os mais afetados pela recessão econômica e por políticas de redução de direitos. O desemprego na juventude é o dobro da média nacional, já que 26,6% dos jovens entre 18 e 24 anos estão desempregados. Se considerarmos os subocupados, esse percentual chega a 41,5%. Por subutilizados compreendemos aqueles que trabalham menos horas do que têm disponibilidade. Quando o critério é a informalidade, os jovens também seguem liderando as estatísticas.”

Estas pistas iniciais conduzem ao entendimento de que o perfil analisado é constituído por uma juventude trabalhadora. Agora, a trajetória analítica seguirá à compreensão do processo de construção da juventude enquanto produto histórico da modernidade, além de defender o trabalho como uma categoria ontológica do ser humano. Apresentados os conceitos e um panorama histórico-conceitual das categorias será possível desenvolver o ponto que tange particularmente o objeto analisado.

3.1 JUVENTUDE: UM PRODUTO HISTÓRICO DA MODERNIDADE

Várias culturas existiram sem uma ideia social de infância. Nos estudos realizados por Philippe Ariès (1986), a partir de fontes iconográficas, é possível perceber que a insensibilidade em relação às crianças guiou as sociedades medievais. Práticas como o abandono de recém-nascidos eram explicadas pelas condições demográficas desfavoráveis caracterizadas por uma alta taxa de mortalidade infantil: fato que impedia o estreitamento das relações afetivas entre pais e filhos. Quando novos valores prosperaram, com a “(...) cristianização mais profunda dos costumes” (ARIÈS, 1986, p. 61), os laços de afeto entre os indivíduos que partilhavam relações de parentesco foram estreitados e a ideia de infância passou a emergir.

Com a tomada de poder político pela burguesia foram notáveis as modificações ocorridas na organização familiar, tendo em vista a ascensão de novas formas de relacionamento na família nuclear. Como produto desse movimento, a responsabilidade sobre a preparação de condições de existência e sobrevivência dos filhos passou a ser das mães (WEISHEIMER, 2009), e, assim, foram gerados elementos à consolidação da noção de infância e juventude (ARIÈS, 1986). No intuito de preparar as gerações futuras, as famílias burguesas passaram a desenvolver um processo de segregação das crianças e jovens nas instituições educacionais, proporcionando um longo processo de enclausuramento, nomeado de escolarização (ARIÈS, 1986, p. 11). No seio da burguesia e sob a égide da escola, a infância se assenta como uma produção histórica da modernidade.

Seguindo as ideias de Ariès, Neil Postman (1999) aponta que as raízes da invenção da infância nasceram com os gregos, tendo em vista a grande preocupação em ensinar virtude aos jovens. Clarice Cassab (2007) argumenta que, no mundo romano, a noção de juventude assumia um caráter de transição, tendo em vista uma preparação à vida pública. Baseados na noção grega, os romanos desenvolveram uma conexão entre a criança em crescimento e a vergonha: sem ela, a infância não poderia existir (POSTMAN, 1999, p. 23). Com a invasão dos Bárbaros do Norte, houve um colapso cultural em Roma que concebeu o desaparecimento desse processo

e, conseqüentemente, da capacidade de ler e escrever; da educação; da vergonha; e, em seqüência, da infância (POSTAMANN, 1999, p. 24). Nesse contexto, a ideia de infância foi desconstruída e só voltou a figurar enquanto necessidade com o letramento das sociedades, isto é: “a leitura é o flagelo da infância porque, em certo sentido, cria a vida adulta” (POSTMANN, 1999, p. 27).

O nascimento da infância foi acompanhado pelo processo de institucionalização e universalização do sistema educacional, circunstância que conferiu visibilidade ao fenômeno juvenil (WEISHEIMER, 2009). É importante ressaltar que, sendo um fruto da modernidade, a juventude é uma categoria edificada pelo processo de “cronologização das fases da vida” (GROPPO, 2017), efetivado sob os interesses da classe burguesa. Sendo uma categoria socialmente construída, Cassab (2007) argumenta que a juventude perpassa por três grandes concepções: 1) como uma faixa etária, é o caso da Organização Mundial da Saúde (OMS) que delimita as/os jovens à idade de 15 a 24 anos; 2) como uma fase de transição, sendo um período entre a infância e a vida adulta; e 3) como um eterno devir, uma geração em preparação para o futuro em um movimento de negação do presente.

Ao aprofundar o debate sobre a primeira concepção, é interessante trazer à discussão a noção de juventude apresentada por Pierre Bourdieu. O sociólogo, em uma afirmação provocativa, declarou que a juventude é apenas uma palavra (BOURDIEU, 1983), ou seja, ela pode ser modificada pelo referencial, pois sempre somos jovens ou velhos em relação a alguém. Em suma, as divisões por períodos numéricos são arbitrárias e as idades não são dadas, mas construídas socialmente. Diante disso, o movimento de análise de um grupo enquanto uma geração acaba generalizando a diversidade de situações vividas pelas pessoas que partilham uma faixa etária. Em oposição à lógica que compreende a juventude através de uma categorização por idade ou como um “mero signo”, Margulis e Urresti (1996) argumentam que a compreensão defendida por Bourdieu (1983) desvincula os condicionantes materiais e históricos que atravessam a existência dos indivíduos.

Compreendida como uma fase de transição, a juventude conta com marcadores que delimitam o término da infância e a entrada na vida adulta, como é o caso do fim da escolarização e o ingresso no mundo do trabalho. Ademais, ela também é acompanhada por fatores biológicos como a puberdade, a vivência da sexualidade e outras transformações orgânicas que desencadeiam marcadores sociais de maturidade como o casamento, o nascimento de filhos/as e a construção de uma família (GROPPO, 2017). Nesse sentido, Groppo atenta a uma circunstância oportuna, tendo em vista que “a noção sociológica de juventude considera que há uma relação complexa entre o fator social e o dado biológico (...)” (GROPPO,

2017, p. 14), questão que estabeleceria uma “(...) árida e infundável discussão (...)” (GROPPO, 2017, p. 15), a qual não se encaixa nos objetivos desta pesquisa.

A terceira percepção exposta por Cassab (2007) aponta que a espera de um “vir a ser” é uma realidade que acaba por negar o presente. Assim, é possível perceber que narrativas que marcam a juventude como o “futuro do país” acabam sendo recorrentes e revelam uma concepção de inconclusão enquanto elemento específico das/os jovens. Esse movimento de eterno devir é baseado em uma noção de juventude enquanto preparação para a vida adulta, advinda da teoria desenvolvida pelo psicólogo Erik Erikson (1987) e cunhada pelo conceito de moratória psicossocial. Esse modelo homogeneizador de juventude (GROPPO, 2009), concebido como um período de suspensão de obrigações e responsabilidades, propõe que a suposta fase da imaturidade deveria garantir um lapso de tempo dedicado à experimentação do mundo. Esse processo de enclausuramento (ARIÈS, 1986) conduzia as/os jovens a uma diversidade colossal de experiências formativas, em uma espécie de cuidado e potencialização das personalidades.

Contudo, Krauskopf (2004) sustenta a ideia de que a tese da moratória psicossocial resultava na “(...) negação do exercício pelos jovens de verdadeiros papéis como sujeitos sociais, já que aí eram considerados como “imatuross”” (GROPPO, 2009, p.45). É importante fazer uma ressalva, tendo em vista que o perfil das/os jovens que vivenciavam a moratória psicossocial descrita por Erikson (1987) descendia de famílias da burguesia, pois enquanto a juventude burguesa estava sendo preparada para o futuro, a juventude proletária já vendia sua força de trabalho e era coagida a desenvolver a maturidade sem um espaço-tempo específico para potencializar essa competência. Essa crítica é endossada por Margulis e Urresti (1996), tendo em vista que critérios biológicos e sociais devem ser mobilizados para identificar que o modo como a condição de juventude é manifestado, perpassa desigualdades de classe, gênero e, no Brasil, sobretudo, raça.

As três concepções apresentadas por Cassab (2007) não podem ser excluídas da análise, atentando que, se ignoradas ou consideradas isoladamente, podem limitar a compreensão. Por isso, é fundamental abarcar a juventude enquanto uma categoria social, “(...) por fazer parte de uma estrutura social, de formar grupos, uma coletividade de sujeitos, assemelhados pelo *status* etário intermediário” (GROPPO, 2017, p. 13) e histórica, por não ser reconhecida ou constituída em todas as localidades, ou seja, “(...) porque é sujeita a transformações e metamorfoses, a ponto de poder desaparecer quando dada sociedade se reconfigura - como na passagem das sociedades antigas às medievais, no mundo europeu” (GROPPO, 2017, p. 13).

Assim, tanto o reducionismo biológico quanto o sociológico tendem a restringir as possibilidades de investigação e, conseqüentemente, a consolidação da ciência.

Além das concepções apresentadas por Cassab (2007), ao verificar as perspectivas sobre juventude, a literatura latino-americana, através de Dina Krauskopf (2003), sistematiza quatro abordagens que foram originada pelas políticas dirigidas às/aos jovens (ABRAMO, 2005):

a) Juventude como período preparatório: a juventude é compreendida enquanto um “(...) período de transição entre a infância e a idade adulta, gerando políticas centradas na preparação para o mundo adulto” (ABRAMO, 2005, p. 20). Nessa abordagem, a formação é fundamental e, portanto, a política dirigida se materializa através da educação, a qual acontece através de uma grande disponibilidade de ofertas educativas e do serviço militar, por exemplo (ABRAMO, 2005). Contudo, incumbida dessa preparação, a universalidade da educação não efetiva os direitos de acordo com as situações específicas, considerando as diferenças e desigualdades nas quais as/os jovens estão localizados/as, fato que legitima uma concepção de homogeneidade da juventude (ABRAMO, 2005). Essa visão foi preponderante nos anos 1950, época em que as políticas não atingiam efetivamente a classe trabalhadora.

b) Juventude como etapa problemática: é a abordagem responsável pelas políticas de caráter compensatório, tendo em vista que “(...) o sujeito juvenil aparece a partir dos problemas que ameaçam a ordem social (...)” (ABRAMO, 2005, p. 20), isto é, a juventude é associada a “(...) comportamentos de risco e transgressão” (ABRAMO, 2005, p. 21). Essa interpretação predominou ao longo dos anos 80 e 90 e construiu uma “(...) percepção generalizadora da juventude que a estigmatiza” (ABRAMO, 2005, p.21). Esse estereótipo persiste em relação a alguns grupos juvenis: especialmente os pretos, pobres e periféricos.

c) jovem como ator estratégico do desenvolvimento: em contrapartida, a compreensão de juventude como “etapa problemática” foi alterada pelo seu extremo, isto é, a de jovem como “solução”. Esse ponto de vista foi gerado em função do bônus demográfico que se assentou ao longo dos anos 2000, o qual provocou a sociedade a contemplar a juventude como um capital humano valioso. Enquanto “protagonistas do desenvolvimento local” (ABRAMO, 2005, p. 21), além de esse entendimento não possibilitar o questionamento do modelo de desenvolvimento, também deposita demasiada pressão na juventude, como se ela fosse a única responsável pela inovação.

Ademais, outro paradigma semelhante que vigora nos movimentos sociais e partidos políticos é o de jovem como “(...) ator com papel especial de transformação” (ABRAMO, 2005, p. 22). Como se um modelo específico de atuação e participação juvenil tivesse que ser baseado em elementos tais quais a dedicação, a proatividade, a criatividade, o senso crítico, a utopia e a

contestação. Essa visão, além de pressionar, gera “(...) diagnósticos pessimistas quanto à capacidade de engajamento dos jovens das gerações atuais e oferecendo canais pouco amplos de participação efetiva” (ABRAMO, 2005, p. 22). Essa perspectiva constitui um modelo padronizado de jovem-transformador/a que pode acarretar uma polarização entre adultos e juventude, viabilizando conflitos.

d) juventude cidadã como sujeitos de direitos: as/os jovens “(...) deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios (...)” (ABRAMO, 2005, p. 22) para serem compreendidos/as para além de uma visão negativa e/ou salvacionista. Com base nas políticas desenvolvidas às mulheres, junto à consolidação da noção de cidadania, as/os jovens passaram a ser considerados/as sujeitos integrais (ABRAMO, 2005, p. 22). A partir desse ponto de vista é iniciado um movimento de implementação de políticas de juventude articuladas intersetorialmente com intuito de promover a participação juvenil e, conseqüentemente, a promoção da cidadania¹⁰. Segundo Abramo, esta noção ainda está em “(...) fase de construção social e política no nosso país” (2005, p. 23).

Com base na mutabilidade histórica das percepções que acompanharam as/os jovens, um alerta deve ser despertado em relação a uma lógica dicotômica de análise quando a experiência juvenil é compreendida enquanto um hiato entre a infância e a vida adulta. Se em grande parte da história, à noção de juventude restava um elevado grau de invisibilidade, o dualismo conduz à banalização de uma representação simbólica estereotipada. Assim, os indivíduos são interpretados como “salvos” ou “perdidos”: “(...) ora percebidos como transgressores e delinquentes, ora como peças modernizantes da sociedade, idealizados como esperança.” (CASSAB, 2007, p. 07-08). Esse intervalo gera uma compreensão de juventude enquanto ausência, ou seja, a busca de algo que ainda não é, sendo que, já são pessoas com identidades, vontades, sonhos, desejos e ações próprias (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003). Um exemplo recente relacionado a esse argumento é a famosa atribuição do adjetivo “nem-nem” à parcela da população juvenil localizada no exterior do mercado de trabalho ou das instituições educacionais. Essa nomenclatura gerou uma visão hostil e culpabilizadora, como se as/os jovens não fossem, também, atingidos/as por elementos conjunturais.

As distintas compreensões evidenciadas testemunham o fato de que a juventude não é um aglomerado hegemônico. Sendo assim, a categoria não pode ser determinada simplesmente pela faixa etária, pela localização geográfica, pela série escolar ou qualquer elemento que, isoladamente, não condiz com a produção de um conceito frutífero. Não sendo apenas uma

¹⁰ Nesse contexto, é realizada a aprovação da Lei 12.825, o Estatuto da Juventude. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 21 set. 2021.

palavra, a juventude é plural, tanto que pesquisadores/as da vêm utilizando a expressão “juventudes” para qualificar a capacidade analítica. Assim, ao levar em consideração os aspectos sócio-históricos, ao acolher as diversidades e apontar as desigualdades, será possível seguir desenvolvendo uma noção que ilustre a abundância presente nos modos de viver a juventude dos quase 50 milhões de jovens brasileiros/as (NERI, 2021).

3.2 TRABALHO: UMA CATEGORIA ONTOLÓGICA DO SER HUMANO

Diferentemente das sugestões poéticas de Brecht¹¹ que indicam à desconfiança do mais trivial e à examinação do que parece habitual, o imaginário coletivo aparenta naturalizar as formas de organização contemporâneas como se fossem historicamente imutáveis. Assim, parece não haver uma capacidade imaginativa que considere possibilidades para além do trabalho assalariado ou em seu extremo, o desemprego, ambos concernidos ao capitalismo. Todavia, as culturas e os modos de produção que marcam a trajetória da humanidade oferecem distintos significados ao trabalho. Portanto, além de percebê-lo como elemento central da história, serão recuperados alguns elementos do trabalho e suas possíveis implicações na constituição ontológica do ser humano (MARX, 1985; LESSA, 2015; ENGELS, 1876).

Além de ser um mote contemporâneo composto por vários sentidos, o trabalho nem sempre ocupou uma posição virtuosa no cotidiano dos seres humanos. Aos gregos, era concebido como um obstáculo à realização das pessoas, portanto, cabia àqueles considerados inferiores socialmente enquanto estreita parcela da população gozava do ócio. Nas sociedades feudais, era desenvolvido por servos que existiam para contribuir com os desejos econômicos dos senhores, donos das propriedades agrícolas. Na transição ao capitalismo, apoiado no trabalho reprodutivo das mulheres¹², as relações trabalhistas assalariadas acompanharam o processo de industrialização. Na atualidade, as mudanças, verificadas em escala global, seguem sendo firmadas através de contratos, desestruturação dos sindicatos, ampliação da

¹¹ Referência ao poema “Nada é impossível de mudar” de Bertold Brecht. Disponível em: [Nada é impossível de mudar - Poema de Bertolt Brecht \(escritas.org\)](https://escritas.org/pt-br/obra/nada-e-impossivel-de-mudar). Acesso em: 05 de agosto de 2021.

¹² Silvia Federici (2017) argumenta que a consolidação do trabalho reprodutivo das mulheres, através da caça às bruxas, serviu de base à acumulação primitiva e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do capitalismo. Para ela “tal qual Deus criou a Eva para dar prazer a Adão, assim fez o capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino, para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou” (FEDERICI, 2019, p. 44-45).

informalidade, aumento da feminização da força de trabalho e flexibilização de direitos às/aos trabalhadoras/as (BRAGA, 2017).

Ao perceber a diversidade de significações que compreendem a história do trabalho, é importante conceber algumas reflexões sobre a sua origem. Para os economistas, ao lado da natureza que fornece a matéria-prima, o trabalho é fonte de toda a riqueza (ENGELS, 1876). Friedrich Engels (1876), em uma discussão filosófica que descreve o papel do trabalho na transformação do macaco em homem, afirma que ele “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana” (FRIGOTTO; CIAVATTA; CALDART, 2020, p. 421), isto é, foi o trabalho que criou o ser humano. Essa criação também é descrita por Karl Marx (1985), tendo em vista que, ao comparar as operações de uma abelha às de um arquiteto, o pensador alemão aponta o elemento que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que o profissional constrói o favo em sua cabeça antes de materializá-lo em cera. Assim, a imaginação é apontada como um fator fundante em relação à posição do labor na trajetória do *homo sapiens sapiens*.

Engels (1876) aponta que a mão é o órgão do trabalho e, conseqüentemente, o produto dele. Então, conforme ela foi sendo beneficiada pela adaptação às novas funções demandadas pelo do período de transição do macaco em humano, o restante do corpo também acabou se beneficiando (FRIGOTTO; CIAVATTA; CALDART, 2020). Nesse sentido, no processo entre o ser humano e a natureza, ao colocar “(...) em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida” (MARX, 1985, p. 149) tais características contribuíram ao desenvolvimento do ser social. Em termos biológicos, essa evolução gerou o “ser social”, tendo em vista que “ser humano, para Lukács, significa uma crescente capacidade de objetivar/externalizar – isto é, transformar o mundo segundo finalidades socialmente postas” (LESSA, 2015, p. 25).

O corpo foi desafiado a se adaptar às demandas e esse processo aprofundou a reação ao ambiente, a qual, nesse movimento, sempre produz “(...) algo ontologicamente antes inexistente, algo novo” (LESSA, 2015, p. 51). Então, a partir das circunstâncias da realidade, os seres humanos foram destacados da natureza. Essa separação é atrelada à habilidade de objetivar/externalizar em relação às condições existentes e, assim, através do trabalho é constituída a capacidade de “(...) os homens construir um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelos atos humanos e cada vez menos determinadas pelas leis naturais” (LESSA, 2015, p. 51) é o que “(...) constitui o fundamento ontológico da gênese do ser social.” (LESSA, 2015, p. 51). Assim, o trabalho é estruturante do ser social e, com base nesse princípio,

o imaginário coletivo é permeado por afirmações tal qual disse Benjamin Franklin: “o trabalho dignifica o homem”.

A noção de dignidade é polissêmica e pode levar a uma discussão colossal, peripécia que não condiz com os objetivos deste estudo. Todavia, é importante apontar algumas questões para fundamentar uma base ao debate que será realizado no capítulo seguinte. Ao conceber o trabalho como uma categoria ontológica do ser humano, a dignidade acaba sendo disposta através dele. Com base no conhecimento religioso de matriz judaico-cristã, a dignidade humana é compreendida através do pressuposto de “imagem e semelhança de Deus”, o qual projeta um aspecto de igualdade entre as pessoas. Na Epístola aos Gálatas há um fragmento singular que materializa esse aspecto, pois São Paulo (3, 28) afirma que “não há mais diferença entre judeu e grego, nem escravo e homem livre, homem e mulher, pois todos vocês são um só em Jesus Cristo” (BÍBLIA, 1990, p. 1428).

Para além da teologia tradicional, a filosofia também desenvolveu reflexões sobre a dignidade humana. Immanuel Kant, ao aprimorar suas elucubrações sobre seu imperativo categórico, afirma que existem dois pressupostos da dignidade: o primeiro é que “o homem, e, duma maneira geral, todo o ser racional, existe como fim em si mesmo, não só como meio” (2007, p.68); o segundo é a autonomia da vontade, a qual está diretamente vinculada à razão. Então, a finalidade oferece igualdade aos seres que dispõem de racionalidade, já que são fins em si mesmos; enquanto a autonomia da vontade concede liberdade para que esses seres desenvolvam ações. Assim, a dignidade é ferida quando um sujeito é utilizado de forma arbitrária ou como meio para algo, deixando de ser considerado um fim em si mesmo. A noção kantiana ressalta a ideia de trabalho como categoria ontológica do ser humano de Engels (1876), já que a dignidade se efetiva com base na racionalidade e esta, mediada pelo trabalho, foi a base da transição do macaco em homem.

O trabalho é fundante do ser social e, conseqüentemente, contribui para a consolidação da dignidade. Esse processo acontece quando o trabalho se coloca como possibilidade à autonomia da vontade (KANT, 2007), isto é, quando o ser humano passa a estabelecer ações que impliquem o desenvolvimento de sua racionalidade e, conseqüentemente, sua singularidade humana. Lukács, de acordo com Lessa (2015), enuncia, entretanto, que nem todas as atividades devem ser limitadas ao trabalho, considerando que “(...) inúmeros atos humanos não podem ser reduzidos a atos de trabalho, em que pese o fato de o trabalho ser a forma originária e o fundamento ontológico das diferentes formas da práxis social” (LESSA, 2015, p. 22). Para o filósofo húngaro, mesmo que “(...) inúmeras e variadas formas de atividade humano-social não

poderiam sequer existir” (LESSA, 2015, p. 22) sem o trabalho, deve-se inserir certa atenção aos elementos voltados à reprodução social, especialmente através do trabalho abstrato.

A finalidade do trabalho abstrato, constituída pelo modo de produção capitalista e diferente do fim em si mesmo dos seres humanos, é a reprodução do capital. Esse propósito é inversamente proporcional ao trabalho enquanto categoria ontológica do ser humano, pois insere o sujeito como meio à efetivação da vontade do capital. Essa vontade se materializa na produção do conteúdo material da riqueza que, por meio do trabalho, gera acumulação. Entretanto, Lessa afirma que “(...) a reprodução do capital se dá imediatamente pela apropriação da mais-valia e não pela apropriação do conteúdo material da riqueza social advinda da transformação da natureza pelas posições teleológicas primárias” (2015, p. 110). Por isso, o desejo do dono de uma fábrica de automóveis não é produzir um carro em si, mas sim na mais-valia que será expropriada através da produção. Assim, é importante ressaltar que, mesmo sem uma relação de transformação da natureza, há exploração da força de trabalho, tendo em vista que ela é fonte de mais-valia (LESSA, 2015).

Os/as jovens trabalhadores/as do supermercado não realizam uma transformação da natureza através de seu supermercado. No setor de serviços, sua mão-de-obra é um manancial de mais-valia que só pode ser comprado pelo empresário na medida em que as/os clientes oferecerem dinheiro em troca dos produtos presentes nas prateleiras. Assim, mesmo que todo e qualquer tipo de trabalho esteja exposto à expropriação de mais-valia, o “(...) trabalho proletário (da fábrica, do campo e dos transportes) é, portanto, a fonte de toda a riqueza capitalista, é o produtor do conteúdo material de toda a riqueza social das sociedades contemporâneas” (LESSA, 2015, p.110). Nesse sentido, o capitalismo se iguala aos outros sistemas de produção pelo fato de a produção do conteúdo material ser fundante da riqueza social, contudo se difere pelo fato de também expropriar lucro através da reprodução social (LESSA, 2015).

Lessa (2015) aponta dois pontos divergentes imensamente interessantes. Primeiramente que o trabalho é elemento estruturante do ser social e, através da transformação da natureza, contribui para a dignidade humana. No modo de produção capitalista, esse trabalho é também abstrato, isto é, amplo produtor de mais-valia. Portanto, “(...) nem todo o trabalho abstrato produz meios de subsistência e de produção como o faz o trabalho (transformação da natureza)” (LESSA, 2015, p. 112). Enquanto o trabalho não contribui para a finalidade do ser humano em si mesmo, tendo em vista que o insere como meio à transformação da natureza para a produção do conteúdo material da riqueza social; o trabalho abstrato o insere como meio à expropriação da mais-valia. Assim, ambos contribuem para o sucateamento da dignidade humana, isto é, o trabalho no capitalismo torna “o homem” indigno.

A priori é possível pressupor que os sujeitos pesquisados são trabalhadores atravessados por essa condição, considerando o fato de que desempenham um trabalho abstrato através de suas funções no supermercado. Além do mais, para qualificar a investigação, vale ressaltar a diferenciação que, segundo Lessa (2015), Marx e Lukács constroem acerca dos trabalhadores e dos proletários. Ambos efetivam uma relação de trabalho, contudo os trabalhadores realizam apenas a produção de mais-valia, como é o caso dos/as jovens pesquisados/as; enquanto os proletários, além da mais-valia, também são produtores do conteúdo material da riqueza social. Vale também, aqui, apresentar uma diferenciação entre o trabalho e o emprego. Noêmia Lazzareschi (2007), em consonância com a reflexão proposta aqui, afirma que aquele cumpre uma ação humanizadora do ser humano, enquanto que o emprego

(...) pressupõe a transformação da força de trabalho em mercadoria e a institucionalização de um mercado de trabalho para todas as demais mercadorias (tudo o que é produzido propositadamente para a troca) para a satisfação de todas as necessidades humanas, materiais e não materiais” (LAZZARESCHI, 2007, p. 10)

Ao vender a força de trabalho, este e aquele constituem a classe dos despossuídos de meios de produção, isto é, o proletariado. Em oposição, segundo a teoria marxiana, há a classe dominante que é detentora do capital, isto é, a burguesia. Vale ressaltar que, as compreensões utilizadas adiante serão baseadas em leituras marxistas, isto é, que engendram a materialidade da vida como pressuposto ao estudo dos fenômenos sociais.

HORTIFRUTI COMO HORIZONTE À OBSERVAÇÃO

Um supermercado é constituído por diversos setores. Em meio aos milhares de itens metodicamente organizados nas prateleiras, para além dos produtos imperecíveis, há os espaços que comportam a vida: no hortifruti, a efemeridade é pulsante; no açougue, os sinais de morte movimentam o consumo. Dessa forma, aqui, além de ser considerado pelo fato de representar os espaços de vida, o hortifruti será colocado como horizonte por questões metodológicas.

Como um labirinto, observar o supermercado é um ato complexo. Em meio à “limitação observativa” oferecida pelas prateleiras, o hortifruti se coloca como o lugar que oferece maior ampliação do olhar da pesquisadora. É o maior espaço horizontal, tendo em vista que a maior parte do mercado se articula verticalmente. Assim, nele foi possível observar com distância e maior profundidade.

Em suma, a **parte dois** da pesquisa, a começar pelos elementos fundantes do supermercado, desenvolverá os aspectos metodológicos do trabalho, além de reflexões particulares, já que etnografia não é apenas um método (PEIRANO, 2014).

4. SUPERMERCADO: A VERSÃO CAPITALISTA DO PARAÍSO TERRESTRE

A região do Alto Uruguai é pautada por uma ética do trabalho guiada pelas raízes do processo de colonização. Dirceu Benincá (2006) aponta que a constituição da então nomeada Colônia Erechim é marcada profundamente pelo positivismo de Auguste Comte (1798-7857). A região “(...) foi objeto de uma experiência positivista única no universo” (BENINCÁ, 2006, p. 32)¹³, fato que contribuiu à construção dos elementos objetivos e subjetivos desse território. Estes podem ser percebidos desde a arquitetura remanescente até a organização social e, conseqüentemente, à racionalidade dos indivíduos. Assim, os desejos de ordem e progresso advindos da colonização positivista contribuíram ao desenvolvimento da ideologia: “trabalhando você enriquece” (BENINCÁ, 2006, p. 33). Esse ponto é facilmente percebido nos diálogos com pessoas da região, especialmente as idosas, que principiam a conversa por duas interrogações: *a qual família você pertence?* seguida de *onde você trabalha?*

Aliada a outros elementos, a supervalorização do trabalho, gestada pelos imigrantes europeus, fez com que a região do Alto Uruguai se deslocasse rumo ao progresso. Esse movimento gerou novas demandas, as quais foram lentamente se alinhando com o contexto macropolítico que, na conjuntura pós Segunda Guerra Mundial, difundiu massivamente o *american way of life* - traduzido como *modo de vida americano* (ALBERTONI, 2015). Para compreender a dinâmica do Alto Uruguai, antes é fundamental perceber como a disseminação desse novo modo de ser, especialmente nas grandes cidades do país, foi firmada em território brasileiro, particularmente, através dos supermercados. Em seguida, será apresentada a metodologia que guiou essa pesquisa: uma etnografia nos supermercados de uma das cidades que compõem a Associação de Municípios do Alto Uruguai (AMAU).

No contexto da Guerra Fria, os/as consumidores/as brasileiros/as foram apresentados/as a “(...) um novo jeito de comprar, em uma loja imensa, com mais itens disponíveis do que se podia contar” (PERES; MATIOLI, 2020, p. 48). Em concorrência às feiras de rua, sistema barato de distribuição de alimentos (KNOKE, 1963), a resposta à moderna forma de consumo sofreu certa resistência, mas como financiamento estatal¹⁴, tornou-se fecunda. William Knoke

¹³ A afirmação é do Prof. Ernesto Cassol em entrevista concedida em 30 de setembro de 2004 a Benincá (2006).

¹⁴ Peres e Matioli (2020, p.48) apontam que a disputa de gigantes entre Eletro e o Grupo Pão de Açúcar ao longo dos anos 1970 contou com a participação do governo militar. Em relação à Eletro, a qual tentava se manter em pé na disputa, “a expansão rápida e cara só foi possível com grandes aportes financeiros do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que assinava cheques gordos para fortalecer as empresas nacionais”, tendo

(1963), chefe do Departamento de Mercadologia da Universidade do Estado de Iowa, argumenta que os impedimentos ao efetivo desenvolvimento dos supermercados no Brasil são caracterizados por fatores legais, econômicos, sociais e culturais. Seu olhar mercantil percebeu que, no princípio, o supermercado não foi reconhecido como uma instituição na cidade de São Paulo, fato que justifica o retardo em sua expansão.

As causas econômicas estão atreladas a uma suposta injustiça sofrida pelos supermercados em relação às feiras. O autor pontua que “como o supermercado é um estabelecimento fixo, ao contrário da feira que é um estabelecimento nômade por natureza, está sujeito às despesas de locação, impostos e outras” (KNOKE, 1963, p. 96), além de não possuir uma direta vantagem competitiva de custo e estar à mercê da inflação. Ademais, não havia espaço para o supermercado em uma sociedade que, durante 50 anos, adquiriu seus alimentos na feira. O novo modo de consumir se defrontou com uma cultura que, além de obter suas mercadorias, tinha na feira a oportunidade de contatos sociais para além dos de ordem econômica (KNOKE, 1963, p. 100). O Brasil contava com uma cultura alimentar que não condizia com os produtos dispostos nas prateleiras dos supermercados. Assim, era necessária uma mudança cultural e o estilo de vida americanizado foi o precursor nas transformações verificadas na alimentação brasileira, que se tornou amplamente industrializada (ALBERTONI, 2015).

Nesse sentido, as modificações na forma de consumir estão diretamente atreladas ao discurso defendido pela política dos Estados Unidos, o qual “(...) colocava o consumo como valor fundamental: era a essência do estilo de vida americano (ALBERTONI, 2015, p. 13). No que tange os fatores sociais e culturais, Knoke (1963) ressalta algo interessante vinculado às classes sociais: os pobres tendem a comprar seu arroz e feijão na feira ou em um empório da vizinhança, enquanto os ricos têm suas compras realizadas por pessoas pobres, as empregadas - nas feiras. Destarte, mesmo que relativamente enxuta, a classe média passa a ser a freguesa potencial dos supermercados e, conseqüentemente, dos ideais de liberdade e cidadania difundidos globalmente. Albertoni (2015) apud Poulain (2013), ao enfatizar a eclosão de mudanças no ambiente alimentar, apontam à consolidação dos comedores-consumidores que, Knoke (1963) compreende por uma classe média em ascensão.

A consolidação dos supermercados no Brasil foi gradativa. As primeiras lojas foram inauguradas em meados da década de 1950. O novo ambiente alimentar atrelado a um estilo de vida moderno aguardou a ampliação de seus clientes-comedores-consumidores através da

em vista que “(...) a quebra da segunda maior varejista do país e a demissão de seus 8,7 mil empregados eram pedras no sapato que o general-presidente Ernesto Geisel preferia evitar”.

emergência de novos costumes, pois “o supermercadismo precisava “reeducar” os consumidores brasileiros, acostumados a feiras e empórios, até que colocassem produtos no carrinho sem sequer notar” (PERES; MATIOLI, 2020, p. 52). A efetivação dos novos hábitos resguardava a nova religião que estava surgindo: “(...) os templos já estavam construídos, mas faltavam os fiéis - ou melhor, as fiéis. As donas de casa são sempre o alvo quando se trata de consumo” (PERES; MATIOLI, 2020, p. 53). Vinte anos depois da abertura da primeira loja, “cerca de 1,7 mil supermercados” (PERES; MATIOLI, 2020, p. 53) já estavam de portas abertas no Brasil. Em 1974, a primogênita é inaugurada no Alto Uruguai Gaúcho.

A despeito de lento e progressivo, o componente ideológico difundido pelo modo de vida americano agregado à lógica positivista tolhida nesta região difundiu um estilo de vida baseado em trabalhar, produzir, ganhar dinheiro e consumir (BENETTI, 2001, p. 03). Essa não é uma realidade peculiar das pessoas que vivem nos municípios constituintes da AMAU¹⁵, pois

a partir das grandes cidades se irradiou um modo de organização do espaço urbano que privilegia a oferta de refrigerantes, salgadinhos, biscoitos, iogurtes repletos de açúcar - hoje, esse é o sonho de consumo e a maneira de organização do comércio em uma comunidade ribeirinha, em uma megalópole, em uma cidade média, em praticamente qualquer parte do mundo (PERES; MATIOLI, 2020, p. 02).

O modelo de consumo que tem o supermercado como espaço simbólico e prático, especialmente a partir dos anos 1990 (PERES; MATIOLI, 2020), produto e produtor das mudanças alimentares, trata-se de um

(...) sistema ideológico de valores forjados a partir da segunda metade do século passado que acaba por influenciar outras modalidades de varejo alimentar, como feiras, açougues e mercadinhos. E que acaba por influenciar relações e condutas sociais, como o próprio papel do consumo em nossas vidas, a frequência e aquilo que comemos (PERES; MATIOLI, 2020, p. 18).

Esse é o supermercadismo: perpetuado no que Zygmunt Bauman (2007) cunha como uma sociedade do consumo. Nesta organização social, antes de ser cidadãos/as, os indivíduos precisam ser consumidores/as. O consumo se dá, majoritariamente, através de grandes lojas que articulam “um formato de compras que concentra tudo em um só lugar” (PERES; MATIOLI, 2020, p. 19): primordial para uma sociedade sem tempo. Peres e Matioli (2020, p. 26) sistematizam o varejo em dois âmbitos: a) tradicional: compreende pequenas lojas que não são

¹⁵ Associação de Municípios do Alto Uruguai Gaúcho.

organizadas em redes e comercializam produtos em volume reduzido; e b) estruturado: o qual se dá através de supermercados, hipermercados, atacarejos e demais lojas com mais de dois *check-outs* e pelo menos quatro seções (perecíveis, mercearia, limpeza doméstica e bebidas) (PERES; MATIOLI, 2020, p. 26). Entre o supermercado e o hipermercado, a diferença está na quantidade de itens disponíveis: neste são mais de trinta mil mercadorias dispostas pelas prateleiras, enquanto naquele o total não passa de dez mil. Já os atacarejos são grandes lojas focadas no custo mínimo, atendendo pessoas físicas ou jurídicas.

Marilena Chauí (1989) em uma linguagem metafórica afirma que os supermercados são a versão capitalista do paraíso terrestre. Se o consumo acontece nos templos do deus dinheiro, o supermercado é o paraíso: nele o/a consumidor/a goza da passagem até chegar na caixa registradora, momento precedente ao retorno à árdua realidade. O consumo acalenta o peito e não seria diferente com a imensidão e diversidade de itens, rigorosamente distribuídos no intuito de prender a atenção e suscitar desejos: da criança à pessoa idosa.

Na região do presente estudo, há lojas de varejo tradicional que se autodenominam supermercado, todavia não se encaixam na delimitação proposta por Peres e Matioli (2020). Portanto, foram consideradas as empresas que integram o varejo estruturado e, principalmente, são constituintes de amplas redes que contam com filiais em outros estados. Por ser uma localidade afastada dos grandes centros urbanos, ainda não há hipermercados; por isso, os supermercados constituíram a base da análise juntamente com os atacarejos.

No total do município em questão, as redes são congregadas em nove lojas. A mais antiga, a qual demonstra *forte vocação empreendedora e grande compromisso com a comunidade*¹⁶, garante gerar mais de mil e seiscentos empregos diretos nas quatorze lojas, situadas nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. Além do mais, é importante destacar que essa rede de supermercados está inserida nacionalmente entre as vinte empresas supermercadistas que mais cresceram em 2020. Ano em que o comércio sofreu com os efeitos causados pela pandemia da Covid-19. Ano em que mais de 194 mil pessoas perderam a vida para um vírus. Ano em que 19 milhões de brasileiros/as estavam em situação de fome. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (NEWS, 2021) o aumento na margem de lucros da rede foi de 10,89%, totalizando 4,1 bilhões.

Apesar de essas redes estarem situadas economicamente longe dos grandes monopólios, como é o caso do Grupo Pão de Açúcar (62,2 bilhões em 2019) e do Grupo Carrefour (61,5 bilhões em 2019) (PERES; MATIOLI, 2020), elas seguem as regras do jogo ditado pelas

¹⁶ Informações retiradas do site da empresa.

grandes supermercadistas do Brasil. Os grupos para além do Carrefour e do Pão de Açúcar (GPA) “(...) se limitam a copiar as suas práticas e almejar seus lucros” (PERES; MATIOLI, 2020, p. 27). Portanto, se a regra é agradar as/os clientes em detrimento de exigir uma carga horária extenuante para seus/suas trabalhadores/as, essa lógica será proliferada nas redes menores. Assim, a norma é clara: “espremer os trabalhadores com jornadas exaustivas, sonegação de horas extras e salários rebaixados” (PERES; MATIOLI, 2020, p. 61) para que as/os consumidores/as tenham à disposição um templo agradável para realizarem a adoração do deus dinheiro.

James Clifford (2011, p. 32) argumenta que etnografia é “dialética entre experiência e interpretação”. Então, com a cestinha, a caneta e o diário de bordo em mãos, a observação participante foi o cerne à possibilidade de vivenciar experiências que baseassem o desenvolvimento da interpretação, atentando às particularidades das/os jovens e da região. Portanto, serão descritos os procedimentos metodológicos e os imponderáveis captados pela pesquisadora na vida no supermercado: sempre relacionados dialeticamente.

4.1 ETNOGRAFIA: UM EXERCÍCIO REFLEXIVO

Numerosos/as são os/as pesquisadores/as que defendem a perspectiva de que etnografia não é apenas um método (INGOLD, 2017; MAGNANI, 2009; PEIRANO, 2014; URIARTE, 2012). Durante muito tempo, o fazer etnográfico foi atrelado à antropologia enquanto um método preconizado por Bronislaw Malinowski (1976) por consequência de sua pesquisa no Pacífico Ocidental sobre os Trobriandeses. Os/as antropólogos/as que o sucederam no emprego da observação participante empenharam pesquisas de campo na tentativa de sistematizar conhecimentos sobre sociedades não-ocidentais. Entretanto,

apesar de essa observação participante ter tido sua forma mais consolidada na investigação etnológica, junto a populações ágrafas e de pequena escala, tal não significa que ela não ocorra no exercício da pesquisa com segmentos urbanos ou rurais da sociedade a que pertence o próprio antropólogo (OLIVEIRA, 1996, p. 30).

Ao ser vinculada à capacidade de adentrar particularidades de determinado grupo através de um movimento de alteridade entre o/a pesquisador/a e o pesquisado/a, compreendido durante muito tempo enquanto o “outro”, a etnografia atravessou a antropologia para se inserir em outras áreas. Uriarte (2012) argumenta, com base nesse contexto, que “(...) enquanto fora da Antropologia, a etnografia está na moda” (URIARTE, 2012, p. 02). Em uma breve busca,

pode-se encontrar um “estudo de caso etnográfico” na enfermagem, psicologia, administração ou na educação. Ingold (2017) atenta que converter a etnografia em um caso é torná-la um meio para a generalização antropológica, isto é, reprimir suas potencialidades de se colocar *com* os sujeitos e não apenas redigir *sobre* eles.

Assim, o antropólogo britânico defende que “a observação participante não é uma técnica de coleta de dados, mas um compromisso ontológico” (INGOLD, 2017, p. 225). A posição epistemológica é um ponto fundamental. Ao efetuar um exercício etnográfico “a partir de”, a observação figura como uma mera objetificação que converte os/as interlocutores/as em tópicos da pesquisa (INGOLD, 2017, p. 226). Todavia, isso também não significa que etnografar esteja destituído de método, pois “como todo esforço artesanal” é acompanhado por “regras de procedimento e modos de trabalho” (INGOLD, 2017, p. 224). Em concordância com Ingold (2017), Mariza Peirano também oferece grandes contribuições ao debate esclarecendo que “(...) etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação” (2008, p. 04).

A teoria em ação torna possível um permanente exercício reflexivo. Não há como desprender as análises teóricas daquilo que está sendo captado pelos sentidos do/a etnógrafo/a no campo. A partir da antropologia urbana, nesse sentido, José Guilherme Magnani (2002) propõe duas categorias de análise para o estudo de sociedades complexas que se baseiam em um olhar *de perto e de dentro e de fora e de longe*. Assim, esta pressupõe “(...) uma atitude de estranhamento e/ou exterioridade por parte do pesquisador em relação ao objeto, a qual provém da influência de sua cultura de origem (...) (MAGNANI, 2017, p. 17); enquanto aquela, é “(...) capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos” (MAGNANI, 2017, p. 17).

Ao passo que o exercício reflexivo buscou padrões de comportamento que pudessem incorrer em grupos, numa postura *de perto e de dentro*, o fluxo do supermercado impossibilitou a efetivação da procura por possíveis arranjos dos atores sociais. Isso porque, ao serem trabalhadores/as, as/os jovens estão submetidos/as aos/às que fluem pelo supermercado, isto é, os/as clientes. Dessa forma, o estabelecimento de abordagens é diretamente dependente do fluxo daquele lugar de passagem: se um/uma cliente inscrever uma demanda ao sujeito pesquisado, ele/ela terá de acolher o pedido imediatamente. Diante disso, a relação institucional rompe com as possibilidades de empregar uma investigação das diferentes esferas que compõem o jovem para além daquela que se sucede ali, o trabalho.

Uma das pistas percebidas nesse contexto é a seguinte: ali, as/os jovens trabalhadores/as ocupam postos que anulam as suas outras identidades. Dentro do supermercado, eles/elas deixam de ser jovens, estudantes, filhos, filhas, namorados, namoradas, amigos, amigas para se encaixarem uniformemente na posição de trabalhadores/as e, conseqüentemente, cumprir as tarefas que cabem às suas funções. É como se fossem meros acessórios do fluxo, dispostos/as para realizar tarefas que garantam a manutenção da ordem do funcionamento. Produtos em falta? Clientes com dúvidas? Carrinhos para recolher? Cestas para empilhar? Mercadorias para guardar? Troco para buscar? Algo para limpar? Esse é o *trabalho de jovem*: ninguém vê, não necessita de qualificação, é atribuída pouca importância, mas, sem ele, o supermercado entra em estado de caos.

Cardoso (1996) atenta a uma questão importante em relação à redução da observação participante que, em algumas ocasiões, acaba sendo efetuada por pesquisadores/as de outras áreas. Para ele esse movimento é equivocado, tendo em vista que o reducionismo dessa prática a uma mera construção de hipóteses não compreende o potencial etnográfico de produzir conhecimento através da interpretação da observação. Ao seguir refletindo o *trabalho de jovem* através do exercício etnográfico, há o objetivo de servir à edificação do conhecimento. Portanto, serão aprofundados alguns elementos referentes à pesquisa de campo e, especificamente, sobre os sentidos que as/os jovens entrevistados/as atribuem ao trabalho.

Em seguida, a parte três irá adentrar especificamente na problematização sobre o *trabalho de jovem* para indicar o que pressupomos aqui de uma juvenalização da precariedade.

4.2 IMPONDERÁVEIS POR ENTRE AS PRATELEIRAS: ALGUMAS PISTAS SOBRE O TRABALHO DE JOVEM

Ir ao supermercado é possivelmente uma tarefa cotidiana de um indivíduo que reside em um centro urbano. Uma atividade encabeçada por pessoas comuns, autoridades e as/os que detêm fama. Enquanto um lugar de passagem (PERES; MATIOLI, 2020), ora é considerado um compromisso prazeroso, ora qualificado como tedioso. Outrora era realizado pelas mulheres tidas como as “donas de casa”, todavia atualmente também constitui a rotina de homens. Independentemente da forma que é adjetivada, atravessar o supermercado tornou-se uma atividade essencial da sociedade moderna. Ao menos uma vez por semana, um integrante do núcleo familiar percorre o caminho limitado pelas prateleiras carregadas de mercadorias.

Diferente de Malinowski (1976) que, ao chegar nas Ilhas Trobriand, deparou-se com pessoas jamais conhecidas em uma cultura a ser interpretada; meu instinto etnográfico (PEIRANO, 2014) foi acionado em um espaço banal. Ao entrar no supermercado pela primeira vez como etnógrafa, o sentimento foi o de estar ingressando em um novo mundo. As coisas estavam no mesmo lugar, mas o olhar era diferente, pois nunca tinha olhado atentamente. Assim, o supermercado foi convertido em campo de pesquisa etnográfica e manifestou-se a demanda de uma mudança de postura que foi de cliente a etnógrafa. Enquanto cliente, a passagem pelo *locus* de pesquisa era acompanhada por um movimento puramente ingênuo com fins comerciais que era baseado em *ver*; ao me transformar em pesquisadora, fui submetida a modificar a perspectiva para conseguir *olhar*. A diferença entre os verbos é pautada pelo grau de sensibilidade analítica empreendida.

Para Cardoso (1996), não há conhecimento sem percepção e pensamento, portanto, três atos conduzem o trabalho do/a antropólogo/a: olhar, ouvir e escrever. A construção dos saberes inicia pela domesticação teórica do olhar, tendo em vista que “(...) a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo” (CARDOSO, 1996, p. 15). Na bancada dos tomates, após despertar aos sujeitos da pesquisa, o primeiro passo à construção da etnografia foi examinar o conhecimento que já havia sido sistematizado sobre a temática em questão para, a partir de uma reflexão geral, efetuar um movimento relacional com o fenômeno particular observado.

Posteriormente, ao perceber elementos que atravessam a juventude trabalhadora, iniciou-se o itinerário etnográfico pelos nove supermercados que compõem a maior parte do cenário comercial da região do Alto Uruguai. Assim, ao realizar o movimento de *olhar*, seguido de anotações rigorosas no diário de campo, foi através do *ouvir* que surgiu a possibilidade, de fato, do “encontro etnográfico” (CARDOSO, 1996). Conforme o antropólogo paulista, a matéria prima do entendimento antropológico, baseada no “modelo nativo”, só poderia ser captada através da obtenção de explicações dadas pelos sujeitos pesquisados (CARDOSO, 1996, p. 19). Portanto, foram realizadas abordagens que resultaram em entrevistas abertas e semiestruturadas. Todas serviram de base aos relatos diários redigidos no diário de campo.

Cada abordagem¹⁷ realizada com um/uma trabalhador/a era iniciada pela apresentação dos objetivos daquele diálogo. Após a apresentação da etnógrafa e da pesquisa, solicitava-se a permissividade do/a jovem em relação ao conteúdo das perguntas. Em todos os casos, cerca de

¹⁷ Cada encontro com um/uma jovem trabalhador/a será nomeado de abordagem.

trinta, houve aceitação. Prontamente, a entrevista era iniciada questionando se a pessoa trabalha naquele espaço há muito tempo. A temporalidade é um elemento caro à abertura do diálogo, tendo em vista que ao ser uma pergunta-chave, oferece possibilidade de resposta a qualquer interlocutor/a abordado/a. Estipular um princípio comum que possa servir de base ao ganho de confiança da pesquisadora em relação ao sujeito pesquisado é um passo primordial que se justifica no que Cardoso (1996) descreve como um *ouvir especial*. Assim como o *olhar*, o *ouvir* deve ser treinado a fim de perceber pistas que podem estar escondidas nas entrelinhas.

O *olhar* e *ouvir* de Cardoso (1996) representam o que Ingold (2017) nomeia por *observar*. Para ele, “(...) não é necessariamente objetificar, é perceber o que as pessoas estão dizendo e fazendo, é olhar e ouvir (...), isto é, a observação é uma maneira de participar atentamente, e é por essa razão um modo de aprender” (INGOLD, 2017, p. 225). Assim, os diálogos presentes nas abordagens serviram de base à construção de uma perspectiva analítica que não fosse *sobre* os jovens, mas *com* eles/elas. *Observar* com qualidade, enfatizando a necessidade de uma rigorosa atenção no ato de *olhar* e *ouvir*, gera a interação. Ao trocar ideias e informações sobre si, etnógrafa e sujeito pesquisado, “(...) ambos igualmente guiados a interlocutores, abrem-se a um diálogo em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, à antiga relação pesquisador/informante” (CARDOSO, 1996, p. 21).

Se não há relação dialógica são interrompidas as possibilidades de *observar* com qualidade. Nesse sentido, ao longo do campo, foram mapeados dois elementos que atravancam a qualidade da interação, que são o fluxo de funcionamento do supermercado e a timidez dos/as interlocutores/as. Por fluxo do supermercado, compreende-se a permanente e constante movimentação que impulsiona as relações de trabalho. O fluxo acontece quando um/uma cliente adentra a loja, realiza suas compras, estabelece contato com as/os trabalhadores e encerra sua jornada no caixa. É um elemento relacional, sendo empreendido pela/o cliente no contato com as/os trabalhadores/as e tendo como objetivo a efetivação do consumo. Assim, quanto maior o consumo, mais rápido é o fluxo e mais eficiente precisa ser o trabalho. Justificado por ele, as/os interlocutores/as adjetivaram o vínculo empregatício como *puxado*¹⁸ e *estressante*¹⁹, por exemplo.

Para ser dialógica, a abordagem demanda uma via de mão dupla entre pesquisador/a e sujeito pesquisado. Além do fluxo do supermercado, o qual foi responsável por romper muitas das aproximações empreendidas pela etnógrafa, enquanto canal da observação, o *ouvir* também

¹⁸ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 19/08/2021.

¹⁹ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 25/07/2021.

colidiu com outro empecilho: a vergonha. Ela é um componente que se apresentou como pista às entrelinhas, tendo em vista que, por ser um comportamento, tenderia à individualidade. Todavia, nas interpelações realizadas, essa condição comportamental se difundiu enquanto ato generalizado. Nas ciências sociais, o estudo dos padrões é um dos cerne do conhecimento científico, portanto, um alerta foi acionado. Conforme Postman (1999), a noção romana de infância foi baseada na vergonha. Historicamente, essa vinculação era ligada à sexualidade e a uma suposta proteção das crianças em relação aos segredos do mundo adulto.

Assim, pode-se perceber que, mesmo servindo de base à constituição da noção de infância e, posteriormente, juventude, a vergonha se apresenta de modo diferente nos/as jovens trabalhadores/as em questão. Para além da suposta timidez, há sujeitos que realizam, diariamente, tarefas repetitivas com prestação mercantil, as quais constituem uma relação laboral formal que, mesmo atendendo (em partes) às normas da legislação trabalhista através da carteira assinada, aponta a alguns elementos que devem ser analisados com cuidado. Os/as jovens trabalhadores/as, uniformizados/as com trajes que neutralizam toda e qualquer individualidade, são como uma aranha construindo a sua teia: raramente observada trabalhando, apenas apresenta o resultado de seu esforço que é um perfeito enlace de fios que formam a teia. A diferença é que o trabalho invisível do aracnídeo oferece os produtos da força de trabalho empenhada diretamente a ele, diferente dos sujeitos pesquisados que, além de serem praticamente invisíveis por entre as prateleiras, atuam na manutenção de uma ordem que serve ao dono da empresa.

Assim, a suposta vergonha não é um fato etnográfico (PEIRANO, 2007), todavia compõe uma trama maior de fios que se interligam à constituição da teia das relações de trabalho juvenis no *locus* analisado. Outro fio que pode ser evidenciado como um imponderável da pesquisa de campo é o padrão encontrado no interior das abordagens, tendo em vista que a maioria delas se encaminhou para um tom de desabafo. Da jovem caixa que afirmou *sair chorando*²⁰ à jovem que foi *xingada por perguntar se um cliente aceitava balas como troco*²¹, o movimento de escuta é um elemento fundamental por entre as prateleiras. Na prática, quando não obstruída pelo fluxo, a entrevista era composta por uma franca expansão de sentimentos e pensamentos íntimos relacionados com o cotidiano no supermercado. O espanto foi um fator comum, tendo em vista que as/os jovens não estão acostumados/as a conversas que fogem os assuntos do fluxo. Mas, a partir das perguntas que, possivelmente, nunca tinham sido colocadas

²⁰ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 31/07/2021.

²¹ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 28/08/2021.

em questão ali - enquanto trabalhavam -, foi possível perceber um grau elevado de invisibilidade a qual estão submetidos/as diariamente.

Contudo, há situações que rompem a invisibilidade. Elas são vivenciadas, especialmente pelos/as jovens que cumprem a função de caixa no supermercado. Os desabafos mais calorosos foram despedidos pelas jovens mulheres²² que, sentadas na frente de um computador e de uma pequena esteira, dedicam aproximadamente nove horas diárias ao trabalho de atender a etapa final - e, talvez a mais importante ao capital - do fluxo de funcionamento do supermercado: a monetarização do consumo. Ali a comunicação com as/os clientes, por menor que seja, é inevitável; e, conseqüentemente, terreno fértil à possibilidade de conflitos. Entretanto, essa possibilidade é castrada pelo empregador no momento da contratação e é o que fundamenta a existência do vínculo empregatício. *Aqui o cliente tem sempre razão*²³, relatou uma jovem que trabalha no vasilhame de um dos supermercados e que, mesmo considerando essa questão, não concorda com essa norma vigente.

A jovem expressou que já vivenciou situações complexas na relação cliente-trabalhador/a, informação que se une com as coletadas nas outras abordagens. Assim, há outro padrão que se baseia no mau tratamento dos/as jovens por parte dos/as consumidores/as através de xingamentos. Essa condição é partilhada por todos sujeitos pesquisados, mas evidenciada nas trabalhadoras do caixa: os desabafos vão desde a legitimação da invisibilidade, dada pelo fato de não responder aos cumprimentos prescritos ao atendimento, passando pela reclamação em relação a preços/mercadorias até desacatos relativos à subjetividade das/os jovens. Uma das entrevistadas relatou um fato intrigante: *um dia eu estava empacotando as compras de um homem idoso e ele perguntou se eu não achava que precisava emagrecer. Eu estava realizando o meu trabalho, a pergunta dele não tinha nada a ver com aquela situação... mas ele se achou autorizado a falar aqui. Eu sei que sou gorda, mas isso não interfere na qualidade do meu trabalho*²⁴.

*Os clientes acham que podem nos tratar de qualquer jeito*²⁵. Além de invisível, a relação de trabalho encontrada no supermercado não oferece a delimitação de limites. A carteira é assinada de acordo com os trâmites legais, contudo as/os jovens trabalhadores/as devem primar pelo bom andamento do fluxo de funcionamento em uma relação não recíproca entre

²² Em todos os supermercados analisados, apenas mulheres realizam essa função. Essa questão também é uma pista importante à pesquisa, a qual será abordada adiante, ainda na parte dois do trabalho.

²³ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 19/08/2021.

²⁴ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 16/07/2021.

²⁵ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 16/07/2021.

empregador-empregado. Subjugados/as a constrangimentos e a invisibilidade, sem poder se resguardar dos abusos efetuados pelos/as consumidores/as, percebe-se que os fios se entrelaçam em uma trama que, se observada com cuidado, conduz à desvalorização das/os profissionais assalariados.

Além do elemento (des)valorativo, quando questionados/as se pretendem permanecer neste emprego por muito tempo, a maioria das respostas utilizava a carga horária como justificativa: *até eu achar um lugar que não precise trabalhar tantas horas e no final de semana, porque acaba ficando muito puxado*²⁶. Ao considerar que, vinte e cinco das trinta pessoas abordadas trabalham no supermercado há menos de um ano, o extensivo tempo de trabalho diário se torna um item caro à análise e pode ser vinculado a questões como a alta rotatividade de trabalhadores/as, por exemplo.

Uma jovem de 17 anos relatou que está no supermercado há quatro dias, então ainda está se habituando com a nova rotina do seu primeiro emprego assalariado. Segundo ela, está sendo *puxado*, pois além do trabalho, o qual é iniciado às 13h e se encerra com o fechamento da loja, às 22h, ela também cursa o segundo ano do ensino médio de forma remota por causa da pandemia. Segundo ela, há um intervalo à tarde, contudo como sua casa é distante, ela acaba dedicando esse tempo ao descanso e ao lanche, o qual é realizado em um refeitório de trabalhadores/as - segundo as informações, é localizado no andar de cima do piso que contém as prateleiras. O cansaço é uma das palavras que mais apareceu nas entrevistas, seguida dos xingamentos empenhados pelos/as clientes. Pode-se perceber que das 24h do dia, grande parte é dedicada à venda da força de trabalho, considerando: a) o tempo empenhado desde a preparação; b) o deslocamento; c) a carga horária oficial exigida pela empresa; e d) enfim, o retorno para casa.

Isso sem contar que além das/os trabalhadores/as que residem na cidade do supermercado, há também as/os que se deslocam de cidades menores que são localizadas há um raio de 80 km do *locus* da pesquisa, levando em consideração a composição da Associação de Municípios do Alto Uruguai. Outra jovem, 18 anos e estudante do terceiro ano do ensino médio, residente em um município de aproximadamente cinco mil habitantes há cerca de 40 km da localização do supermercado, afirmou que sai de casa após o almoço e retorna às *onze e pouco*. Sai para trabalhar *fora* (em outra cidade) pelo fato de sua cidade não oferecer vagas suficientes à juventude, isto é, *por ser muito pequeno não tem muita oportunidade de vagas de emprego*²⁷. Durante a manhã, ela dedica seu tempo às aulas e em seguida precisa se organizar

²⁶ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 19/08/2021.

²⁷ Trechos retirados do diário de campo etnográfico, datado de 27/07/2021.

para não perder o ônibus que a transporta até o local de trabalho. De acordo com ela, outros/as jovens da cidade fazem o mesmo, contudo apenas três são contratados/as pelo supermercado; o restante é funcionário/a de empresas localizadas no Distrito Industrial.

A abordagem realizada com essa jovem de 18 anos, a qual será aqui nomeada de Maria, contribuiu à identificação de uma nova pista que é voltada à educação. Na maioria das conversas, após os questionamentos sobre o sentido do trabalho, os estudos eram colocados em perspectiva. A maioria está no Ensino Médio, mas não tem muito gosto pela escola, especialmente por causa das aulas remotas. Maria, em sintonia com a maioria, afirmou que não pensa muito em estudar, mas foi além ao declarar: *eu sou muito burra pra isso*²⁸. Nas entrevistas, obviamente pelo fato de ter conversado quase que majoritariamente com jovens de 15 a 18 anos, o acesso ao ensino superior não é pautado. Contudo, um fato inquietante é que nas abordagens com jovens maiores de idade, ele foi raramente colocado em perspectiva. Não é descartado, tanto que a Maria reiterou que se fizer faculdade, vai tentar o curso de educação física. Todavia, não adquire centralidade na vida de jovens que dedicam grande parte das horas diárias ao trabalho assalariado.

Uma das exceções foi encontrada em outro supermercado. A jovem de 19 anos, natural da cidade em que está localizado o supermercado, será chamada de Madalena. Este é o seu primeiro trabalho com carteira assinada, todavia ela adquiriu experiência como caixa de um pequeno mercado situado em seu bairro. Madalena quer ser psicóloga, trabalha ali há quatro meses e é profundamente grata à empresa pela oportunidade. Sua família não possui condições de contribuir com seu acesso ao ensino superior, então ela decidiu trabalhar para angariar fundos para adentrar em uma das universidades privadas da região. Como o curso de graduação é noturno, ela precisa de um emprego que seja diurno: fato que não condiz com a realidade vivenciada por ela, atualmente, no supermercado. Por isso, sua primeira opção de trabalho era nas empresas do Distrito Industrial, tendo em vista que oferecem o mesmo salário para uma jornada de trabalho que não exige o final de semana - como acontece nos supermercados. Todavia, a pandemia inviabilizou novas contratações por parte dessas empresas e a jovem não teve a mínima possibilidade de escolha.

Assim, Madalena enviou seu currículo ao que sobrou: os supermercados. Aqueles que compõem a maior e mais antiga rede da cidade, segundo ela, apesar de sua experiência prévia, não retornaram contato após a entrevista: *não me chamaram porque eu disse que quero fazer faculdade de psicologia e lá eles não querem contratar alguém que vai sair logo. Eles querem*

²⁸ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 27/07/2021.

*alguém que só trabalhe pra eles, não faça mais nada*²⁹. Maria e Madalena, apesar de projetarem horizontes distintos, convergem para o mesmo empecilho: as (im)possibilidades apresentadas aos/às jovens da classe trabalhadora. Essas dificuldades, acentuadas pela jornada de trabalho exaustiva, atuam na definição de seus projetos de vida, os quais caminham em uma direção quase contrária ao acesso do ensino superior - o que se torna ainda acentuado quando se trata do ensino superior público. Com a não qualificação da mão de obra, a ascensão a melhores cargos no mercado de trabalho acaba se tornando uma utopia distante, questão destacada por França Júnior (2021) através das medidas sociais de domesticação da classe trabalhadora.

A determinação do lugar dos/as filhos/as do proletariado é fortalecida por trabalhos que cristalizam a sua posição de classe. Ao vivenciar uma realidade laboral marcada pela alta rotatividade, desvalorização, carga horária extenuante, rigorosa uniformização (roupas, comunicação, postura, cabelo (preso), movimento da cadeira e do corpo, etc.) a posição juvenil desses/as trabalhadores/as acaba sendo estabelecida. Com isso, a suposta vergonha, as respostas em formato de desabafo e os xingamentos permanentemente relatados são imponderáveis que, no exercício etnográfico, colocam-se como pistas à observação de um contexto conjuntural, mas histórico e social. Assim, o trabalho é *de* jovem, porque ele não pertence ao/à jovem; é o/a jovem enquanto trabalhador/a que está submisso/a ao trabalho. É o trabalho que condiciona as horas do dia, negando outras possibilidades de aproveitamento da moratória vital. Na verdade, há uma simplificação do trabalho que, de categoria ontológica, é resumido a um emprego.

Portanto, na teia das relações de trabalho, as/os jovens acabam sempre sendo as presas.

4.3 O FAZER ETNOGRÁFICO ENQUANTO PESQUISADORA-CLIENTE

O fazer etnográfico é profundamente pautado pelo infinitivo do verbo: está em constante construção e reconstrução. Cada contato com os sujeitos pesquisados no *locus* é uma nova possibilidade de *observar* (INGOLD, 2017) e, então, aprofundar o que Cardoso (1996) nomeia por intersubjetividade. O conceito é permeado pelo caráter epistêmico, advindo de um horizonte teórico articulado, e pelo caráter subjetivo, tanto da pesquisadora quanto dos/as interlocutores/as. Para o autor, “é o reconhecimento dessa intersubjetividade que torna o antropólogo moderno um cientista social menos ingênuo” (CARDOSO, 1996, p.28). Assim, é primordial reiterar que considerar os sentimentos à construção analítica de sentidos não

²⁹ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 02/08/2021.

significa realizar um exercício pautado pela ingenuidade e pela carência de rigorosidade. Contudo, atribuir caráter epistêmico à intersubjetividade já que

a personalidade do investigador e sua experiência pessoal não podem ser eliminadas do trabalho etnográfico. Na verdade, elas estão engastadas, plantadas nos fatos etnográficos que são selecionados e interpretados. (PEIRANO, 2008, p. 03-04)

Gilberto Velho também compactua que a realidade é filtrada pelo ponto de vista do/a observador/a e, com isso, não proclama “(...) a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa” (VELHO, 1987, p. 129). Os fatos etnográficos aqui selecionados constituem um caleidoscópio que deve ser olhado com atenção para uma qualitativa captação de suas particularidades. Cada um foi selecionado conforme a subjetividade da pesquisadora, entretanto também em relação ao horizonte teórico mobilizado. Assim como as mercadorias são propositalmente distribuídas no supermercado, as informações aqui contidas possuem o intuito de apresentar um panorama composto de especificidades e carregado de sentidos, especialmente sobre o trabalho. Ao retomar Geertz (1988), Cardoso (1996) reitera que a etnografia não é apenas tecnicamente difícil, mas por ser um texto carregado de vida, é um trabalho moral, político e epistemologicamente delicado.

Para isso, é importante ressaltar alguns elementos que acompanharam esse movimento dialético de (re)construção da pesquisadora, sobretudo pelo fato de o *locus* ser previamente familiar. Enquanto cliente, o campo foi percorrido inúmeras vezes com o objetivo mercantil de efetuar compras. Enquanto pesquisadora, o campo foi investigado em inúmeras circunstâncias no intuito de observar e perceber a trama de relações veladas pelo supermercadismo. Ao adotar uma distância social e psicológica, é possível perceber que “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido” (VELHO, 1987, p. 126). Dessarte, a construção do fazer etnográfico enquanto cliente-pesquisadora foi baseada no movimento de transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico (VELHO, 1987).

Os estranhamentos e as familiaridades foram fecundos e se revelaram logo na primeira semana da pesquisa de campo, especialmente, na tentativa de perceber os sujeitos que constituem o *locus* já que

dentro do supermercado: se você não é cliente ou trabalhador/a, é o que? Não há espaço para demais formas de ser, além dessas. Dualidade? Luta de

classes? Quem, fora esses dois atores, caminha livremente pelo espaço se sentindo, de alguma forma, pertencente a ele? O dono? Não sei. Mas, enquanto cliente, nunca pensei no fato de sentir pertencimento àquele espaço. Ele só servia ao consumo e consumir não significa permanecer: nem no sentido mercantil, muito menos no sentido genuíno do verbo. Creio que esse movimento seja ilusoriamente natural: enganchar a cesta no braço, selecionar os produtos, depositá-los na esteira, prestar atenção na própria compra, pagar e ir embora. Como cliente-pesquisadora é tudo muito diferente.³⁰

A diferença, além da perspectiva relacionada à etnógrafa, também acompanhou os sujeitos pesquisados. Até então, as/os jovens eram, como eu, todavia que ocupavam um emprego diferente. Ao adentrar às prateleiras, após o acionamento do *instinto etnográfico* (PEIRANO, 2014), aquelas/es trabalhadores/as se tornaram a centralidade das idas ao supermercado. Para além das portas automáticas, apesar de sempre portar uma cesta no braço, converteu-se em espaço de observação de jovens que empacotam, repõem mercadorias, atendem clientes, faturam os produtos, verificam os prazos de validade, organizam as prateleiras e estão sempre à disposição do fluxo. Comprar, apesar de ser uma prática que acompanhou cada uma das anotações caligrafadas no diário, foi tornada um ato secundário. Assim, é

como se, para ser pesquisadora, eu tivesse que atravessar a linha de ser uma cliente... e como se essas duas identidades não pudessem andar em comunhão. Cliente compra, não reflete além da lista de compras, do preço ou dos seus desejos consumistas. Etnógrafa reflete tudo, observa tanto que acaba não tornando natural o movimento de comprar. É como se eu estivesse teatralizando para conseguir realizar abordagens... mas, se, de fato, estiver: quem se importa? Ninguém vê além da lista de compras.

Um dos maiores estranhamentos foi o desconforto em relação à posição de pesquisadora em um espaço familiar. Todavia, se ao estar lá (GEERTZ, 1991) essa inquietação era tida como um fato negativo, estar aqui (GEERTZ, 1991) possibilitou um *insight*: como todo/a professor/a só o/a é, pois, antes foi estudante, a base da postura de pesquisadora é condicionada pelo fato de ter sido, previamente, uma cliente. Assim, essa relação dialética entre as duas identidades, ora pesquisadora ora cliente, possibilita abordagens que, talvez, não teriam sido exequíveis sem essa comunhão de fatores.

Poucos devem ter percebido que, desde terça-feira, o espaço em que passei durante a conversa com a jovem do cabelo colorido foi modificado. Trocaram alguns produtos. Colocaram coisas presenteáveis, referente a formaturas. Agosto deverá haver formaturas, ou deveria, seguindo o calendário anterior à pandemia. O desconforto de hoje, somado às prateleiras silenciosamente

³⁰ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 31/06/2021.

*modificadas, fizeram-me perceber que estou passando do locus de cliente para um de pesquisadora. É uma tarefa árdua, mas todo dia é uma tentativa de pesquisar sem precisar levar um cacho de banana para casa*³¹.

De início, consumir e pesquisar eram inversamente proporcionais. Contudo, ao longo das observações foi possível conceber que a relação complementar de pesquisadora-cliente oferece mais alternativas. Quando o fluxo de funcionamento insistia em interromper a abordagem: *quando ele (jovem) se foi, fiquei parada, meio desnorteada e sem saber o que fazer. Olhar a banana na cesta e relembrar meu locus de cliente ofereceu um norte*³². Dessa forma, os elementos que não me diferenciavam das outros/as consumidores/as, salvo o diário de campo, criaram condições à observação, especialmente ao ato de *ouvir*. Apostando em uma aproximação *à la* cliente com dúvidas, o protocolo da abordagem era apresentado e, prontamente, iniciava a conversa que se findava após o questionamento sobre o sentido do trabalho na vida daquele/a jovem. Parafraseando Geertz (2008), a etnógrafa não teve o intuito *de* estudar os/as jovens, mas estudar *com* os/as jovens e, da mesma forma, não pesquisar *os* supermercados, todavia pesquisar *nos* supermercados.

A etnografia teve, por fim, a incumbência de situar a pesquisadora entre os/as trabalhadores/as do supermercado, não a pretensão de torná-la igual a um interlocutor. Assim, a partir das abordagens foi possível alargar elementos relacionados à teia de significados (GEERTZ, 2008) que constrói e é construída pelos atores que compõem o *locus* da pesquisa. Um supermercado é composto por relações que vão do/a agricultor/a, atravessam o/a jovem empacotador/a e desembocam na mesa do/a consumidor/a. Portanto, para aprofundar a análise no templo do deus dinheiro, deve ser feito um exercício etnográfico mais amplo e com outro viés: não apenas ouvindo a juventude, tendo em vista que ela é apenas um dos fios que tecem a grandiosa teia de significações. Entretanto, com base no objetivo geral, aqui optamos por realizar um recorte com base nos sentidos atribuídos pelas/os jovens, questão que também poderia ser ampliada à compreensão do que as/os trabalhadores/as pensam sobre as/os outros/as trabalhadores/as, por exemplo.

Para Velho, “o processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos e situações” (1987, p. 131). Portanto, ser uma pesquisadora-cliente não visa a investigação de leis baseadas em uma ciência estritamente experimental, todavia a construção de uma ciência interpretativa sempre atenta à busca criativa e sistemática de

³¹ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 08/07/2021.

³² Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 10/07/2021.

significados. A juventude, enquanto categoria caleidoscópica, é marcada por fios que se entrelaçam nas mais engenhosas teias; que serão exploradas a seguir com ênfase nas relações de trabalho.

4.4 ENTRE OS CORREDORES: PRODUTOS, JOVENS E O TRABALHO INVISÍVEL

Quando retornei ao hortifruti, vi uma oportunidade cair da prateleira em forma de beterraba. Um menino, 17 anos, estava repondo o estoque. Era ágil e estava super concentrado. Tinha cabelos pretos, era magro e com um porte médio. Olhou para mim de forma tímida quando vii que eu percebi a beterraba cair. Comecei a abordagem bem-humorada dizendo “ela está querendo fugir!”. Ele não expressou emoção e/ou abertura, mas mesmo assim segui. Suas mãos continuaram nas beterrabas ao longo de toda a conversa, a qual ele aceitou participar depois que me apresentei. Um elemento comum: nenhum jovem deixa de realizar a tarefa que está executando durante os diálogos. Este jovem trabalha há mais de um ano e disse que é bom, mas que “não tem horário”. A cada pergunta, uma resposta monossilábica. Ele realizava a tarefa com tanta dedicação que nem levantou a cabeça para me olhar. Nosso contato foi preponderantemente sonoro³³.

Por entre as prateleiras, jovens concentrados/as em suas tarefas tendo as mãos ocupadas por mercadorias. Clientes apressados/as em busca dos produtos listados ora num pedaço de papel, ora no bloco de notas do *smartphone*. Enquanto uns/umas se dirigem ao estabelecimento após o trabalho para efetuarem suas compras, outros/as vendem a sua força de trabalho ali. Angelo Soares (2011) constrói uma crítica em relação às definições tradicionais de trabalho, especialmente porque não oferecem a devida importância ao gênero, a raça, a etnia enquanto constituintes e (re)produzidos por intermédio dele. Assim, através de Danièle Kergoat (1992), o autor apresenta o trabalho como uma relação social, fato que libera o conceito de um caráter meramente econômico, considera sua complexidade e o situa em um contexto social e histórico (SOARES, 2011). É importante ressaltar que não está sendo proposta uma negação do quesito econômico, especialmente porque os interlocutores/as têm sua *situação juvenil* marcada por uma *situação de classe*.

Todavia, evidencia-se a necessidade de romper com interpretações que o compreendem enquanto um conceito monolítico. Assim como a juventude, o trabalho constituiu uma gama de atividades e, conseqüentemente, de relações que o conduzem à polissemia. Essa complexidade pode ser percebida através das discordâncias em relação às compreensões da temática ao longo da história. Na década de 1980, por exemplo, Claus Offe desafiava a comunidade acadêmica

³³ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 29/07/2021.

ao inquirir se o trabalho era uma categoria significativa ao entendimento das sociedades (GUIMARÃES, 2004); André Gorz, com base na análise sobre o processo de desindustrialização que estava em curso nas sociedades capitalistas avançadas, publicava a tese de que o proletariado estava com os seus dias contados (ANTUNES, 2015). Em oposição a essas argumentações, Ricardo Antunes sustenta que não há um “fim do trabalho”, mas uma “fragmentação e heterogeneização do mundo do trabalho e, por consequência, dos trabalhadores” (2015, p. 20).

O sociólogo brasileiro cunha o conceito de “classe-que-vive-do-trabalho” para analisar a nova conjuntura após os chamados “30 anos gloriosos”³⁴, a partir do metabolismo social do capital³⁵ (ANTUNES, 2020), o qual tem se estabelecido cada vez mais autofágico. O conjunto de partícipes da classe trabalhadora também conta com a presença juvenil, especialmente à constituição de um exército de mão de obra excedente (AREND; REIS, 2009) confirmado através da alta taxa de desemprego. Na faixa etária dos 18 aos 24 anos, o número de desempregados/as atingiu a marca de 27,1% no primeiro trimestre de 2020, mais do que o dobro da média geral que foi de 12,2% no período analisado (IBGE, 2020). Ao longo da pesquisa de campo, pode-se perceber que grande parte das/os jovens trabalhadores/as foi convertido/a em empregado/a no período da pandemia, obtendo a *oportunidade* de realizar um trabalho assalariado, possivelmente pela alta demanda de força de trabalho empenhada pelo fluxo do supermercado, tido como atividade essencial.

Ao compreender o trabalho como uma relação social, é importante frisar que a pesquisa não visa analisar a organização do trabalho nos supermercados, objeto imensamente interessante, especialmente por consequência das transformações engendradas pelo contexto pandêmico; todavia, perceber quais os sentidos atribuídos a ele por jovens trabalhadores/as.

Fui às frutas e fiquei esperando. Com a cesta vazia, senão pelo meu diário de bordo. Vários clientes e poucos trabalhadores: é como se a ordem precisasse ser mantida de forma quase que invisível... como se quisessem que percebêssemos - enquanto clientes - que a organização, ali, nesse modo de vida, fosse tão natural quando a luz do dia... que é sucumbida pelas luzes

³⁴ Segundo Guimarães (2004, p. 04), esse período é marcado “(...) pela confluência entre, por um lado, inovação intensa e crescimento sustentado e, por outro, pretensão à universalização de direitos, à inclusão política e à proteção social, assumidas como metas da arquitetura político-institucional em algumas das mais destacadas nações do planeta. Nesse novo mundo, o trabalho estaria se tornando “subjetivamente periférico” na medida em que se mostrava “objetivamente disforme”, para usar as provocativas palavras do mesmo Offe (1989, p. 17)”.

³⁵ Antunes retoma a metáfora de Karl Marx (1867), interpretada por Ivan Mészáros (1995), para afirmar o grau de destrutividade aguda, expressão de uma profunda crise, a qual serve à manutenção do sistema de metabolismo social do capital. Ele é composto pelo tripé: capital, trabalho assalariado e Estado de modo inter-relacional e, “(...) o que significa dizer que a eliminação cabal desse sistema será possível pela extinção desses três elementos” (2020, p. 09).

*artificiais do supermercado. Não há mais do que dois por sessão/prateleira. Poucos, sem chamar a atenção; ágeis, praticamente invisíveis*³⁶.

Esses/as são as/os jovens trabalhadores/as, os/as quais foram agrupados/as, através de fatos etnográficos selecionados pela etnógrafa, em relação à categorização proposta por Guimarães (2004) que será explicitada adiante.

A socióloga indaga se o trabalho é, de fato, uma categoria-chave no imaginário juvenil brasileiro, baseada nas modificações advindas após o período de forte crescimento econômico entre os países membros da OCDE. Aqui, cabe destacar que a época foi marcada pela efetivação da moratória social (ERIKSON, 1987) isto é, “(...) nos chamados “Trinta Gloriosos”, a passagem da escola (ou universidade) ao emprego se efetuava, para a grande maioria dos jovens, de modo quase imediato” (GUIMARÃES, 2004, p. 07). Assim, termos como “inserção da juventude no mercado de trabalho” não são historicamente pertinentes, todavia consequências desse processo de transformação nas relações laborais (GUIMARÃES, 2004 apud DUBAR, 2001). O virtuoso “efeito societal”, “(...) que articulada o modo de prover a formação da mão-de-obra (no sistema educativo), o modo de organizar o uso do trabalho (no sistema produtivo) e o modo de regular e negociar as relações de trabalho (no sistema de relações industriais)” (GUIMARÃES, 2004, p. 07) é desbancado por uma nova forma de passagem que é *despadronizada*.

O/a estudante que contava com uma passagem pré-programada à identidade de trabalhador/a, converteu-se em estudante-trabalhador *ou* não-estudante-trabalhador *ou* não-estudante-não-trabalhador, pejorativamente nomeado de *nem-nem*. Esse rompimento com a vivência da moratória social, tida como a suspensão das responsabilidades, não se aplica às/aos jovens trabalhadores/as em questão, especialmente pelo fato de ainda estarem no ensino médio e já serem submetidos/as ao conjunto de deveres oriundos de uma relação trabalhista. Claramente, as/os jovens ocupam os cargos de *status* social inferior, menores salários e baixo grau de complexidade. Um trabalho quase que invisível. Entretanto, a base da organização do trabalho é mantida por elas/eles, fato que concerne a um congregado de tarefas superior. As/os operadoras de caixa, por exemplo, não cumprem afazeres que desembocam em decisões imprescindíveis à prosperidade da empresa, contudo são as/os que estão mais próximos aos/às clientes e, conseqüentemente, sua responsabilidade, por menor que seja em relação à hierarquia de funções, é gigantesca em relação ao metabolismo do supermercado.

³⁶ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 05/08/2021.

Se o metabolismo social do capital é fundado no tripé capital, trabalho assalariado e Estado (ANTUNES, 2015); no supermercado ele é reproduzido pela relação entre o trabalho assalariado da juventude, as/os consumidores/as e as mercadorias. Destarte, diferente do que propunham alguns pensadores dos anos finais do século XX, o trabalho é fundamental à manutenção da ordem capitalista e o que se remodelam são as suas condições. O supermercado, componente do setor de serviços, o qual “(...) permanece dependente da acumulação industrial propriamente dita” (ANTUNES, 2015, p. 67), é uma amostra das transformações no mundo do trabalho capitalista assalariado. Na medida em que são modificados os sentidos do trabalho em si, também são alterados os sentidos da classe-que-vive-do-trabalho em relação a ele. Neste caso, o sentido e a centralidade do trabalho para a juventude trabalhadora dos supermercados de uma cidade da região do Alto Uruguai foram sistematizados, segundo Guimarães (2004), em a) uma necessidade; b) um valor; c) um direito.

Weller (2010), numa releitura de Karl Mannheim, aponta que as unidades de geração são o elemento que mais se aproxima dos grupos concretos. Por isso, os fatos etnográficos foram agrupados em três porções: A (sentido do trabalho como uma necessidade), B (sentido do trabalho como um valor) e C (sentido do trabalho como um direito). Na *unidade geracional* A, serão evidenciadas informações sobre uma jovem operadora de caixa de cabelos coloridos, aqui chamada de Ana. Ela trabalha no supermercado há menos de um ano e o fator que incidiu na decisão de assinar o contrato de trabalho foi a pandemia. Ana vive com seu namorado. Por causa de problemas respiratórios, após ter sido contaminado com o vírus, o jovem ficou ainda mais debilitado. Como ele trabalhava para arcar com as contas da casa que compartilham, a situação teve que se modificar: Ana precisou arrumar um emprego com urgência e o supermercado se apresentou como “A” opção.

Ana tem 24 anos e possui ensino médio completo. No diálogo, ela disse que não há muitas possibilidades para uma pessoa que não conta com um bom currículo, constituído através de processos de escolarização. Então, apesar de a carga horária ser cansativa e ter que dedicar os finais de semana à esteira de seu caixa, a jovem precisou se submeter. Esse é um traço que se conecta à pesquisa de Guimarães (2004, p. 14-15), tendo em vista que “o sentido de impotência diante do desemprego é particularmente evidente entre os jovens de baixa renda (...) e escolaridade pouco competitiva (...), e que estão em faixas de idade mais elevadas”. A história de Ana se associa com a de outra jovem de outro supermercado analisado. Paula é loira, tem olhos claros, cabelo liso e é magra: uma garota padrão, daquelas que, normalmente, são vistas realizando compras, não prestando serviços. Com seus 17 anos, após já ter trabalhado

informalmente como babá, a jovem vende a sua força de trabalho à empresa há um ano e quatro meses.

O contrato foi assinado por necessidade: com a pandemia, Paula não possuía um aparelho celular adequado para acompanhar as aulas no formato remoto. Assim, logo na primeira semana de trabalho, parcelou um *smartphone* em doze vezes para conseguir acompanhar sua turma, no segundo ano do ensino médio. Todavia, após dois meses de uso, o celular quebrou e ela ficou destituída de meios para seguir sendo estudante, então desistiu das aulas, reprovou nas disciplinas e afirmou o desejo de cursar a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Paula não pode rescindir o contrato, pois as prestações do produto adquirido ainda são enviadas através de boletos. A unidade geracional que atribuiu ao trabalho o sentido de necessidade é a que mais ofereceu indícios de consciência vinculada à situação de classe. Paula, por exemplo, relatou que

antes de trabalhar no comércio eu não imaginava que tinha tanta gente mal educada no mundo: a pessoa não tá num bom dia, vem aqui e desconta na gente. E, no mercado, o cliente sempre tem razão. Eu não concordo com isso, porque somos xingados pelas pessoas. Eu sei que não pode, mas já bati boca com cliente e com um superior³⁷.

Essa suposta resistência em relação a algumas normas do supermercado não foi percebida na *unidade geracional B*. Aqui foram acomodados/as os/as jovens que entendem o trabalho como um valor essencial ao desenvolvimento de responsabilidade colaborando, de forma positiva, ao amadurecimento pessoal e profissional. Este é o agrupamento mais numeroso em relação ao total de abordagens realizadas. A maioria teve experiências de emprego vinculadas ao conjunto de organizações nomeada de “Sistema S³⁸”, como o SENAI e o SENAC. Marcos estava repondo os pacotes de sal e, enquanto conversamos, a embalagem ficou dançando em suas mãos. Para ele, jovem de 16 anos, *um dia o dinheiro acaba... eu trabalho desde os meus quatorze anos e posso dizer que trabalhar é importante porque a gente fica mais responsável com horário e tal³⁹*. Carla também afirmou ter gosto pelo emprego que, para ela, significa *socialização, responsabilidade e um salário na conta no fim do mês⁴⁰*.

³⁷ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 29/07/2021.

³⁸ É constituído por nove instituições: SESI, SESC, SENAI, SENAT, SEBRAE, SENAC, SENAR, SEST, SESCOOP. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em: 21 set. 2021.

³⁹ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 31/08/2021.

⁴⁰ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 25/08/2021.

Na abordagem realizada com a Carla, uma frase merece destaque. Para ela, *o meu trabalho depende de mim*, isto é, pode-se perceber uma relação individual na compreensão dos sentidos do trabalho atribuídos pelos/as jovens da unidade geracional B. Há uma posição mais passiva e assertiva em relação às demandas do fluxo e não houve nenhuma menção a conflitos ou situações exteriores baseadas nas condições subjetivas/objetivas, tanto de suas vidas quanto do supermercado. Através do diálogo, é possível perceber que são jovens da classe trabalhadora, como o Marcos que disse trabalhar para ajudar a sua mãe; todavia, o trabalho não adquire um sentido de necessidade, pois parece haver uma estrutura familiar que garante as mínimas condições materiais e incentiva à prática do trabalho atrelado a um discurso moralizador e disciplinador, fundamental à constituição de uma “pessoa de bem”, necessária à manutenção da ordem social. Os elementos aqui apresentados servem como pistas, não como comprovação acerca desse suposto perfil mais passivo. Até porque é custoso consentir com o fato de que *alguém* escolha livremente trabalhar de domingo a domingo num ambiente fatigante como o do *locus* pesquisado.

Em relação ao cansaço, é importante ressaltar que a experiência do/a jovem brasileiro com o trabalho é longa. Guimarães (2004, p. 20) insere um dado que chama a atenção: “(...) 13% dos jovens diziam trabalhar em média mais que 10 horas por dia; se considerados o que trabalhavam mais que 8 horas/dia (a jornada legal no país), estariam incluídos pouco mais que 30% deles”. É fato que a juventude brasileira é trabalhadora: do Alto Uruguai ao Oiapoque. E, além do trabalho, há as/os que aspiram pela escolarização. Mesmo sendo um número reduzido, o menor dentre as três porções, a unidade geracional C compreende jovens que - minimamente - identificam o trabalho como um direito. Voltemos à Madalena: jovem experiente na operação de caixa que não foi contratada por um dos supermercados, pois afirmou seu desejo de ingressar no ensino superior na entrevista. Não houve escolha, foram as possibilidades que a escolheram e ela acatou com imensa gratidão.

*Eu quero ser psicóloga, mas minha família não tem condição de pagar uma faculdade, então eu tive que arrumar um emprego pra poder juntar dinheiro*⁴¹. A relação de sentido de trabalho como um direito não é retilínea, contudo, construída a partir de uma lógica que se baseia: a) pelo desejo de querer estudar; b) seguido pela necessidade de pagar a mensalidade do curso; c) e, conseqüentemente; pela oportunidade de trabalhar como um meio para atingir esse objetivo. Ao contrário de Maquiavel, aqui são os meios que se mobilizam para justificar os fins, tendo em vista que sem o trabalho a possibilidade de Madalena vir a se graduar estaria ainda

⁴¹ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 02/08/2021.

mais distante. Assim, a compreensão de direito é relacionada ao ato de auto realização atrelada à dimensão do projeto de vida. Inclusive, vale destacar que Madalena foi a única jovem que apontou à organização de uma trajetória pessoal paralela à profissional. É complexo o movimento de ramificação em unidades geracionais, pois muitas abordagens acabam oferecendo elementos que transbordam umas às outras. Contudo, a organização proposta aqui foi delineada no sentido de apontar pistas sobre o que o trabalho significa na vida das/os jovens trabalhadores/as, especialmente a partir das

dificuldades provenientes das novas condições de inserção no trabalho, longe de produzirem um movimento de perda de significação do âmbito do trabalho para esses sujeitos trabalhadores, levam à produção de novos e diferenciados significados, que refletem em grande medida o contexto em que se trabalha, bem como a trajetória percorrida e o perfil do jovem trabalhador (Martins, 2004; Corrochano, 2001; Caetano, 2004; Leite, 2003.) (GUIMARÃES, 2004, p. 24).

Ao atentar ao perfil, vale destacar alguns elementos para além dos sentidos mobilizados em relação ao trabalho. Os/as jovens abordados/as, assalariados/as do setor de serviços, apesar de possuírem características comuns, detêm particularidades. Para além da localização geográfica, da idade, do nível de escolarização e da função desempenhada no supermercado, elas/elas são perpassados/as por relações de gênero, raça e etnia. A etnia é um fator primordial à análise, sobretudo por originar uma ética de trabalho regional própria, advinda do processo de colonização marcado pelo positivismo (BENINCÁ, 2006). A dinâmica racial, também baseada na imigração, ressalta o racismo como um aspecto estruturante das relações sociais tecidas na região de abrangência do estudo. Assim, foi possível mapear uma pista interessante com base no fato de que, apesar de as cidades contarem com uma quantidade significativa de juventude negra, elas não são preponderantes nas funções dos supermercados. A branquitude é mais numerosa, fato que prospectar à construção de hipóteses, sobretudo relacionadas à vantagem estrutural das pessoas brancas em sociedades estruturadas pelo racismo.

Então, se não estão vinculados ao trabalho assalariado, onde se encontra a maioria dos/as jovens trabalhadores/as negros/as? Ludmila Abílio (2020, p. 579) discute a participação desse perfil juvenil no trabalho uberizado, o qual é compreendido como “(...) um novo tipo de controle e gerenciamento do trabalho associado a um processo de informalização, que leva à consolidação do trabalhador sob demanda” que concerne a um padrão: “(...) quanto mais socialmente desprotegida e mais mal remunerada, mais juvenil e negra é a ocupação de entregador” (ABÍLIO, 2020, p. 581). Não há como pressupor concepções sobre essa realidade

nesta pesquisa, todavia é importante atentar a ela no aspecto de colocá-la em perspectiva como uma demanda analítica a ser considerada às/aos pesquisadores/as que se dedicam a compreender os aspectos sociais do Alto Uruguai Gaúcho.

Especificamente, em às jovens negras, também é fundamental pontuar uma ressalva, tendo em vista que “(...) as trabalhadoras negras trabalham mais horas, seja em tempo integral ou parcial, e o trabalho delas é sempre mais monótono e rotineiro quando comparado ao das trabalhadoras brancas” (SOARES, 2011, p. 94). Assim, com base nos aspectos à nível macro, a análise deve ser ainda mais cuidadosa no que se refere a este grupo juvenil, considerando o fato de, historicamente, violentamente incumbido dos trabalhos reprodutivos e invisíveis, como o trabalho doméstico. Ao ser uma relação social, o trabalho está submetido a relações de poder. Assim, suas concepções são associadas “(...) ao mundo masculino, branco, do setor da produção de bens, remunerado e formal da economia (...)” (SOARES, 2011, p. 93), fato que expõe uma ampla variedade de problemas. Gênero é uma categoria que deve ser levada em consideração, essencialmente porque a função de operadora de caixa é majoritariamente feminina. Ao longo do tempo dedicado à pesquisa de campo, nos nove supermercados, nenhuma pessoa do sexo masculino foi encontrada nessa posição.

Há possibilidade de inquirir outra hipótese, vinculada ao significado de lugar de atendente. Conforme apresentado anteriormente, é a função que mais estabelece contato com as/os clientes e, assim sendo, são as trabalhadoras mais suscetíveis aos maus tratos por parte dos/as consumidores/as. Ademais, há a responsabilidade de garantir a operação monetária do fluxo de funcionamento do supermercado, momento que exige muita atenção, cautela e cuidado. Simpatia também é um atributo indispensável, juntamente com competências emocionais à realização do trabalho. Nas palavras de Soares, as operadoras de caixa são verdadeiros “para-choques” (2011, p. 97) entre a clientela e a empresa, pois há uma clara divisão sexual do trabalho emocional: “(...) aos homens são atribuídas tarefas que exigem racionalidade, agressividade, dureza, aspereza, frieza, etc. O homem não tem direito de chorar, ser empático ou emocional. Já às mulheres são atribuídas tarefas que demandam ternura, bondade, gentileza, sensibilidade, intuição, etc.” (SOARES, 2011, p. 97).

Ao realizar uma análise da juventude enquanto categoria caleidoscópica, é possível perceber que, por entre as prateleiras do mercado, além da efetivação de um trabalho invisível, há uma desvalorização que tange

os indivíduos que se encontram na base da escala do *status* social - as mulheres, os imigrantes, os jovens, os negros, os pobres - não possuem um

“escudo estatutário” (status shield) (Hochschild, 1983), o que os torna mais vulneráveis aos tratamentos ruins, aos abusos verbais e mesmo a diferentes atos de violência, transformando assim, significativamente, o conteúdo do trabalho segundo o gênero/sexo, raça, a etnia, a classe social, a idade do indivíduo que o realiza (SOARES, 2011, p. 98).

Logo, além de um espaço de passagem (PERES; MATIOLI, 2020), o supermercado também é *locus* de desvalorização. Ao adentrar as portas automáticas e selecionar o recipiente que irá acomodar as compras, é produzida uma das tarefas do trabalho doméstico, “(...) atividade vital visto que os produtos ali comprados servem à manutenção e reprodução da vida cotidiana” (SOARES, 2011, p. 103). O paralelo com o trabalho doméstico possibilita a compreensão de que, por ser um trabalho feminino, a função de operadora de caixa, por exemplo, exige “(...) um esforço invisível que como o trabalho doméstico, não é considerado um trabalho, mas que é decisivo para que outras tarefas possam ser desempenhadas” (SOARES, 2011, p. 107 apud HOCHSCHILD, 1983, p. 167).⁴²

Assim, enquanto relação social, o trabalho é constituído por um abundante encadeamento de categorias que contribuem à potencialização de seus sentidos. Lamentavelmente, a noção mercantil gerou um processo de simplificação do trabalho que “(...) veio progressivamente sufocar, mais ou menos, as outras definições dele” (SCHWARTZ, 2011, p. 23). Contudo, uma análise aprofundada que considere as divisões sexual, geracional, étnica e racial é crucial ao desenvolvimento de *formas de ser* do trabalho que recuperem a sua vocação ontológica do ser humano, produzindo dignidade à classe-que-vive-do-trabalho; não que sirvam de aparato à manutenção do metabolismo social do capital.

⁴² Braga apud Cruz (2003) apresentam uma importante discussão sobre o crescente assalariamento feminino em Portugal, dimensão-chave da transição pós-fordista, especialmente em relação à trajetória ocupacional dessas jovens enquanto caixas de supermercados. O estudo revela que “as formas tradicionais de opressão das mulheres somam-se às modalidades criadas pela precarização do trabalho características do pós-fordismo financeirizado (...)” (2017, p. 54).

“ENCONTROU TUDO O QUE PROCURAVA?”

Lista findada, compras realizadas e passagem quase concluída. A operadora de caixa aguarda sua chegada com um sorriso simpático, possivelmente transbordado através dos olhos - por causa da máscara de proteção à Covid-19. Pode-se afirmar que é grande a probabilidade dessa mulher ser jovem. Jovens por todos os lados: uniformizadas, concentrados, dedicadas, cansados. Ao longo de vários corredores, a edificação conceitual seguida dos fatos etnográficos angariados nos supermercados, desembocam no espaço da monetarização da compra. É hora de passar os produtos, um a um, pela esteira.

Na **parte três** da pesquisa, divergindo da lógica mercantil, esse custeio será efetuado através da proposição de uma ideia. Com base nas informações presentes nas partes I e II, serão ressaltados elementos que convergem a um processo de juvenilização da precariedade. Ao fim, espero que você, caro/a leitor/a, tenha encontrado tudo o que procurou.

5. TRABALHO DE JOVEM: A SEQUELA DO TRABALHADOR-CONSUMIDOR

Sequela é uma alteração não congênita (WIKIPEDIA, 2021). É a consequência de uma manifestação não espontânea que acontece na interação com algo, na maioria dos casos, externo. Há sequelas das brincadeiras de infância, de eventuais acidentes, doenças e, atualmente, do grande impasse que atravessa a população mundial: o novo coronavírus. As modificações impostas pela conjuntura sanitária geraram profundas marcas na vida dos seres humanos, especialmente daqueles/as que perderam seus familiares. O quadro pandêmico também evidenciou as contradições estruturais que amplificaram ainda mais “o sentido *letal* do sistema de *capital*” (ANTUNES, 2020, p. 10). Na vida da juventude, o maior sintoma é o desemprego: o qual atingiu, no primeiro trimestre de 2021, 29,8% das/os jovens brasileiros/as, em detrimento da taxa geral que é de 13,9% (IBGE, 2021).

Desde Marx (1985), o conflito entre capital e trabalho demonstra a necessidade de controle deste por aquele à efetivação do lucro ao capitalismo. Com isso, longe de ser o fim das atividades desempenhadas pela classe proletária, novas alternativas, especialmente após a crise de 1929, protagonizaram ludibriosas soluções aos impasses encarados pelo sistema de metabolismo social do capital. David Harvey (1992), com base nos processos ocorridos na década de 1970, argumenta sobre a reformada forma de acumulação que, sendo flexível,

(...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional" (HARVEY, 1992, p. 140).

Poderia ser a esperança, como na canção de Flávia Wenceslau⁴³, contudo o que tece a linha do horizonte é a flexibilidade. Aqui, o futuro do pretérito do indicativo, refere-se à época na qual a compreensão de juventude visava “(...) superar a visão negativa sobre as/os jovens e gerar políticas centradas na noção de cidadania” (ABRAMO, 2005, p. 22). A passos lentos, esse esperançoso prelúdio iniciado na década de 90 tem sido dizimado pela repercussão das

⁴³ Canção da esperança - Flávia Wenceslau. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/flavia-wenceslau/1462017/>. Acesso em: 30/08/ 2021.

mudanças, temporais e espaciais, advindas do que pode ser chamado de “segunda modernidade”⁴⁴.

O processo de acumulação flexível, estabelecido com a decrescente importância do setor industrial na estrutura econômica, é nomeado por Bauman de modernidade líquida (GROPPO, 2017). A vida social passa a ser constituída a partir da liquidez e “a flexibilidade se torna uma palavra-chave a definir não apenas como opera a reprodução capitalista, mas a própria dinâmica da vida social” (GROPPO, 2017, p. 120). Diante da flexibilização da vida, ao perder a conexão com um grupo etário específico, a juventude é tornada um valor que pode ser conquistado, através de formas de consumo de bens e serviços, em qualquer idade (DEBERT, 2010, p. 51). Destarte, em busca de uma renda que possibilite o seguimento da lógica de consumo, o trabalho passa a desencadear um papel *ainda mais* importante no cotidiano juvenil.

A sociedade de consumo cria o trabalhador-consumidor. Através da possibilidade de consumo obtido pela renda, o trabalho se torna um elemento fundamental já que “(...) a inserção do/a jovem no mercado de trabalho não define o indivíduo como adulto, mas define, justamente, a condição juvenil, pois possibilita ao jovem viver esta condição” (JEOLÁS; LIMA, 2002, p. 46). A vivência da condição juvenil tem por base a busca por autonomia e por uma margem de liberdade necessária para efetivar decisões sobre a própria vida (JEOLÁS; LIMA, 2002, p. 46). Isto posto, pode-se perceber que além do consumo, existem outras razões que influenciam a procura por um emprego, já que “a flexibilização significa também a desarticulação do chamado Estado Social (...)” (JEOLÁS; LIMA, 2002, p. 46) que, na materialidade da vida cotidiana, revela um alargamento das demandas básicas à sobrevivência. Além de trabalhar para suprimir a demanda consumista, a qual possibilita, de certa forma, a vivência da condição juvenil; a juventude trabalhadora também é impelida a vender a sua força de trabalho para garantir as condições de sobrevivência e à construção de um futuro que, segundo a cruel lógica meritocrática, depende da vontade individual de cada pessoa.

Em uma realidade marcada pela precariedade, com o desmonte das políticas de seguridade social, no anseio de encontrar um emprego “(...) embora tenham em mente um trabalho de seus sonhos, os jovens trabalhadores seguem o que no momento é mais seguro sob o ponto de vista financeiro, por garantir sua sobrevivência e sua condição juvenil” (JEOLÁS; LIMA, 2002, p. 58). Por conseguinte, há o crescimento da informalidade e a perpetuação de alternativas sanguinárias que não oferecem caminhos que não seja o da retirada de direitos,

⁴⁴ Groppo (2017) cita Leccardi para argumentar que o autor fala de “(...) uma “segunda modernidade”, assim entre aspas, revelando certa hesitação na referência à mais recente modulação da modernidade, a uma variação nos rumos daquela sociedade outrora tão bem classificada como industrial.” (2017, p.117-118)

como é o caso da Medida Provisória 905/2019⁴⁵, a qual alterou mais de 86 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e criou a modalidade de contratação da carteira verde e amarela, direcionada às/aos jovens. Ao tecer a linha do horizonte, sustentada pelo neoliberalismo, a flexibilidade é terreno fértil ao progresso da precarização.

Esse terreno compõe a condição juvenil brasileira e, no Alto Uruguai Gaúcho, é pisado por jovens como Madalena e Maria: trabalhadoras que, no intuito de se escolarizar, são submetidas a “(...) aceitar condições que lhe são impostas” (JEOLÁS; LIMA, 2002, p. 54). Assim, o trabalho ideal é limitado à *oportunidade* de estar empregado/a. A desesperada fuga do desemprego, para deixar de servir ao exército de mão de obra excedente (AREND; REIS, 2009), cria o trabalho de jovem, que é *qualquer coisa* para além do desemprego. O escape do sintoma de permanente crise do sistema de metabolismo social do capital, constitui-se como o jardim do Éden da burguesia. Com a gigantesca fila de jovens em prontidão, as empresas desfrutam da liberdade de conferir os benefícios oportunos aos seus interesses: no caso, à geração do lucro, não à criação de melhores condições de trabalho.

Cada contrato assinado pelo trabalhador/a é atravessado por um sentimento de gratidão, o qual pode ser percebido no estudo etnográfico: as/os jovens são imensamente gratos/as pela *oportunidade* de terem sua força de trabalho escolhida, entre tantas, para ser expropriada. As *oportunidades oportunistas* são cruéis, mas acabam não sendo colocadas em questão, pelo fato de representarem a parcela do trabalho assalariado diante do exército de mão de obra juvenil excedente. Mesmo servindo à precarização, elas ainda garantem direitos mínimos - cada vez mais sucateados. Além delas, o mercado informal aloca jovens em funções ainda mais precarizadas, como é o caso do trabalho uberizado (ABÍLIO, 2020). Nesse sentido, cabe ressaltar que o trabalho de jovem assim como o desemprego estrutural juvenil não são sintomas de problemas vinculados à pessoa do/a jovem em si, todavia ao sistema de metabolismo social do capital que realiza uma “(...) devastação e derrelição completa das condições de trabalho em escala planetária” (ANTUNES, 2020, p. 10).

A destrutividade advinda da crise estrutural do capital (ANTUNES, 2020) causa sequelas em todas as dimensões da vida da juventude, especialmente no trabalho, o qual é tido como um dos espaços de construção da identidade juvenil (JEOLÁS; LIMA, 2002). Assim, pode-se declarar que o trabalho de jovem é efeito de um contexto histórico baseado na sociedade de consumo, a qual deu origem ao hodierno trabalhador-consumidor (ZILLOTTO, 2005). Desde Marx (1985), há debates no campo acadêmico sobre a transformação do trabalho em

⁴⁵ Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/139757>. Acesso em: 30/06/2021.

mercadoria. Da mesma forma, na relação entre burguesia e proletariado, a força de trabalho da classe proletária acaba sendo, também, mercantilizada. A partir da lógica de consumo desenfreado, baseada pelos elementos do capitalismo flexível, igualmente, o/a consumidor/a acaba se tornando um produto, já que o supermercadismo, por exemplo, “(...) acaba por influenciar relações e condutas sociais, como o próprio papel do consumo em nossas vidas, a frequência e aquilo que comemos” (PERES; MATIOLI, 2020, p. 18). As modificações ampliam as demandas e a necessidade de exploração da força de trabalho, a qual se reinventa criativamente.

Antes de ser, os/as cidadãos/cidadãs devem consumir (PERES, MATIOLI, 2020). Não há como sobreviver no sistema sem praticar o consumo. Assim, as/os trabalhadores/as são também os/as consumidores/as e, permanentemente, atravessados/as por essa lógica. Da mesma forma que, ao consumir, escolhem os melhores produtos; são escolhidos/as pelos donos dos meios de produção a fim de poderem vender a sua força de trabalho. Depois de selecionados/as, a mais-valia é expropriada e compensada na forma de um salário, o qual é utilizado, quase que em sua totalidade, ao consumo de bens e serviços. O trabalhador-consumidor é o tipo ideal à pungente engenharia metabólica do capital, pois contribui prontamente à manutenção da energia que mantém seu fluxo de funcionamento. Nesse sentido, Marx (1985) já apontava que a alienação é a base propulsora desse tipo ideal. Portanto, quanto mais subordinadas ao capital, mais dominadas por ele serão as relações de trabalho e, conseqüentemente, maior será a produção da alienação (MARX, 1985).

O trabalho de jovem é localizado na base da hierarquia social, sendo uma das sequelas do trabalhador-consumidor. É produzido por essa lógica destrutiva e mantida por ela. O trabalho de jovem é controlado, com vistas à produção de valor ao capital, para que os indivíduos sejam submetidos a aceitar o que é ofertado. É criada uma noção dissimulada de liberdade que conduz à transformação de sujeitos em colaboradores (KORALEWSKI; ARGENTON, 2021). Assim, esse tipo de trabalho é limitado a ter a mais-valia expropriada, no processo de venda da força de trabalho, e utilizar o que resta dela à manutenção da lógica de consumo. Claramente, o tipo trabalhador-consumidor não compete apenas à juventude, todavia à classe trabalhadora como um todo. Entretanto, a dissolução da vida adulta gerou uma “(...) valorização da juventude que é a associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico. A promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo” (DEBERT, 2010, p. 66).

Como sequela, enquanto alguns/algumas consomem para se sentirem jovens, as/os jovens são escolhidos/as pelas empresas para se submeterem à venda da força de trabalho,

rompendo com qualquer possibilidade de vivência de uma moratória social. Então, é possível perceber um processo violento nessa relação, o qual contribui à produção de imensas sequelas subjetivas e objetivas nos/as jovens. Além da mais-valia, o trabalho de jovem expropria a própria juventude e admite sequelas em todas as dimensões da trajetória juvenil e avante.

6. JUVENILIZAÇÃO DA PRECARIIDADE?

A pandemia ofereceu grandes demonstrações de que aqueles que atestaram o *fim do trabalho* estavam equivocados. Antunes (2015; 2020) ressalta que o capitalismo não pode sobreviver sem a exploração da mão de obra dos/as trabalhadores/as, tendo em vista que é o trabalho que garante a valorização do capital. Efetivamente, também, porque o trabalho assalariado é um dos constituintes do tripé de seu sistema de metabolismo social, juntamente com o capital e o Estado. Em relação ao sistema, Rosa Luxemburgo (1970) apontou ao fato de que o capitalismo está em constante expansão, baseado na mescla entre a ampliação do modo de produção capitalista e um conjunto de correntes formas de exploração e dominação. Assim, numa expansão parasitária, marcada pela destrutividade, o ônus da crise recai sobre a classe trabalhadora: a que mais “sofre, padece e perece” (ANTUNES, 2020, p. 20).

A classe-que-vive-do-trabalho protagoniza uma profunda relação desigual entre trabalho e capital que conduz a uma grandiosa *fronteira*: nela o que se perde é muito maior do que aquilo que se ganha (ANTUNES, 2020). Sendo mais ampla, essa perda precisa ser analisada com base na heterogeneidade e fragmentação (ANTUNES, 2015) que constitui a realidade dos/as trabalhadores/as. Groppo (2017, p. 134) afirma que “(...) é a juventude o grupo social mais disposto aos dilemas do tempo” e, com a transição pós-fordista, foi possível perceber um movimento de inserção de jovens nas posições mais precárias do mercado de trabalho (BRAGA, 2017). Assim, esse corpo-classe (ANTUNES, 2020 apud GJERGJI, 2021) vivencia a precarização estrutural do trabalho que, apesar de ser constituído por inúmeros grupos, é formado, sobretudo, pelos/as jovens. Na *fronteira*, a juventude é inserida no limbo: onde menos se ganha e mais se perde.

A juventude integra a classe-que-vive-do-trabalho, segundo Antunes (2015), através dos/as que vendem a sua força de trabalho, tanto o trabalho produtivo quanto o improdutivo; dos/as assalariados/as do setor de serviços (no caso, os/as sujeitos da pesquisa etnográfica em questão); do proletariado rural, por meio da juventude que ainda resiste no campo; do proletariado precarizado, sem direitos; e, especialmente, dos/as trabalhadores/as

desempregados/as, constituintes do exército de mão de obra excedente (AREND; REIS, 2009). Nesse contexto, estão submetidos/as ora à barbárie do desemprego (ANTUNES, 2015) ora ao trabalho informal e, se agraciados/as ao *privilégio* de estar empregados/as (ANTUNES, 2020), livres para gozar da precariedade do trabalho assalariado⁴⁶. Em uma realidade que os/as sujeita a um cenário no qual (...) qualquer trabalho é melhor do que nenhum” (JEOLÁS; LIMA, 2002, p. 51), a destrutividade da engenharia do capital castra a possibilidade da construção de um projeto de vida, tendo em vista que “(...) os jovens se mostram céticos em relação ao retorno aos estudos como forma de escapar do trabalho na fábrica, adotando uma postura mais passiva quanto ao futuro” (BRAGA, 2017, p. 53).

Como o setor de serviços permanece dependente da acumulação industrial (ANTUNES, 2015), os supermercados oferecem um horizonte semelhante ao das fábricas. A exploração e a intensificação do trabalho são essenciais à reprodução do capital, tendo em vista que a produção de mais-valia é finalidade intrínseca ao fluxo desse metabolismo social. Imputada pelo desemprego estrutural e pelo consumismo, a juventude é incumbida por um processo de expiação que tem o intuito de equilibrar as contradições advindas do pós-fordismo. O contrato de trabalho verde e amarelo, por exemplo, é a materialização desse fenômeno, uma vez que aumenta o arrocho sobre a população juvenil e restringe o universo de direitos, logo: o custo da contratação será reduzido em torno de 30% a 35% pelas empresas, as quais deixarão de pagar os 20% de INSS da/o jovem (FURNO, 2019). No Brasil, antes de serem cruelmente descartados, os sonhos das/os jovens são coloridos de verde e amarelo.

Esse limbo verde e amarelo, além de se beneficiar da exploração da força de trabalho das/os jovens (através da mais-valia), também é responsável por uma expropriação ainda mais cruel: a da moratória vital. Margulis e Urresti (1996) cunharam o conceito e o exprimem como uma espécie de capital vital, “(...) uma disponibilidade de energia, de vitalidade e mesmo de tempo de vida maiores (...)” (GROPPO, 2017, p. 72) presente em jovens de todas as camadas sociais. A moratória vital é o que diferencia as pessoas jovens do restante da população, especialmente pelo fato dessa potencialidade energética estar relacionada a uma maior distância da morte. Como visto previamente, esse excedente temporal, em relação à juventude das classes populares, “(...) pode não vir acompanhado do reconhecimento da moratória social: seriam estes os “jovens não juvenis” (GROPPO, 2017, p. 72). Ao ser tida como uma mercadoria, há pessoas

⁴⁶ Alves (2013) propõe uma distinção entre os conceitos de precariedade e precarização. Para ele, a precariedade é uma condição intrínseca ao trabalho assalariado enquanto a precarização é a atualização dele. Castel (1995) aponta a precarização como uma desestabilização geral da sociedade, relativa à instabilidade e uma suposta combustão da condição salarial.

com baixa moratória vital que ostentam uma juventude através do consumo: já adultas, são chamadas de “não jovens juvenis” (GROPPO, 2017, p. 72). A moratória social, conceitualmente, é a vivência íntegra da juventude, contudo a classe trabalhadora tem essa prática limitada pelas condições histórico-materiais, produtoras de grandiosas desigualdades.

Apesar de não acessarem a moratória social, os/as “jovens não juvenis” dispõem do capital temporal advindo da moratória vital. Numa sociedade de classes, esse valor de uso é distribuído de acordo com a hierarquia social vigente: enquanto as/os jovens burgueses, detentores/as de moratória vital, gozam da possibilidade de vivência plena da moratória social; as/os jovens proletários/as têm sua moratória social usurpada pelas demandas do capital, o qual as/os torna - cada vez mais cedo - objetos à manutenção da ordem capitalista, através da venda da força de trabalho. Quando o emprego da mão de obra não é efetivado, o/a jovem da classe trabalhadora é naturalmente instituído/a como soldado/a do exército reserva. A expressão da moratória vital, mesmo que hodierna a toda pessoa jovem, tem sua manifestação condicionada à situação de classe que ocupa. Esse condicionamento atua violentamente na retirada de direitos e gera um conglomerado de indivíduos jovens sem direito à juventude.

Os interesses do sistema seguem permanentemente atentos a esse processo (MARGULIS; URRESTI, 1996). Em consonância com Harvey, Antunes (2015, p. 65) assegura que “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos”. À vista disso, as/os jovens são diretamente atravessadas/os pela ação do modo de produção capitalista, o qual objetifica os seres humanos a fim de viabilizar sua manutenção. Ao deixar de ser apenas uma categoria etária para se tornar um “modo de existência” (GROPPO, 2015), a juventude foi convertida em “juvenilidade” ou “juvenilização”. A calça *jeans* era o símbolo da liberdade, exibindo as formas do sonho da eterna mocidade e gerando lucro ao mercado. Hoje, vestindo *jeans*, as/os jovens dedicam a maior parte de seus dias em busca de renda, já que

(...) a centralidade do trabalho para os jovens não advém predominantemente do seu significado ético (ainda que ele não deva ser de todo descartado), mas resulta da sua urgência enquanto problema; ou seja, o sentido do trabalho seria antes o de uma demanda a satisfazer que o de um valor a cultivar (GUIMARÃES, 2004, p. 12).

A juventude trabalhadora brasileira, a qual atribui ao trabalho vários sentidos, mas em especial o de necessidade (GUIMARÃES, 2004), com a MP 905/2019 (Contrato de Trabalho Verde e Amarelo) viu nascer a institucionalização da precariedade. Aqui já pode ser verificado o ônus da crise sendo colhido pela classe trabalhadora. Ao responsabilizar as/os mais

vulneráveis, é possível constatar que os corpos jovens podem ser desumanizados, contanto que a juventude siga sendo mercantilizada. Então, "se a massificação foi a resposta do capital à revolta operária, o consumismo teria sido a resposta à revolta juvenil, instituindo a sociedade de consumo (Baudrillard, 1991)" (GROPPO, 2015, p. 569) e, na atualidade, a precarização está sendo a resposta à possibilidade de se tornar, enfim e efetivamente, sujeito de direitos. Se as transformações advindas do processo de acumulação flexível romperam com a perspectiva de um Estado Social que poderia garantir direitos básicos, constata-se que, além de trabalhadora, a juventude brasileira é precarizada.

Diante disso, ao longo da história, a representação foi baseada na concepção "jovem-contestador", seguindo à alegoria de "jovem-consumidor" e pro(re)gredindo à figura de "jovem-precarizado". Entretanto, por não oferecer rentabilidade ao sistema, o "modo de ser jovem precarizado" não é publicizado já que, nos bastidores do cotidiano, esse fenômeno é velado pelas representações convenientes à produção de lucro. Afinal, se as pessoas compreendessem o grau de precariedade que afeta a juventude, teriam tanto afincado na *compra da eterna juventude*? Enquanto elemento estruturante da condição juvenil contemporânea, o trabalho é o campo propício ao avanço da flexibilização. Em uma sociedade de serviços (ANTUNES, 2015), a juventude é tornada a serviçal com a função de expiar na precariedade. Enquanto o restante é líquido, a precarização é sólida, dura, cruel e cada vez mais irrefutável.

Com base na construção das noções de juventude ao longo da história e na percepção do trabalho enquanto categoria ontológica do ser humano, a etnografia realizada nos supermercados do Alto Uruguai Gaúcho quer provocar a uma realidade ampla que se encaminha à juvenilização da precariedade. Além da juventude trabalhadora dos supermercados, essa questão pode ser ampliada na análise proposta por Abílio (2020) em relação à uberização⁴⁷ das relações trabalhistas. O papel das/os jovens, pobres e negros, no "(...) novo tipo de controle e gerenciamento do trabalho associado a um processo de informalização que leva à consolidação do trabalhador sob demanda" é o mais cruel sintoma da destrutividade do sistema de metabolismo social do capital (ANTUNES, 2020). Para prosperar, "(...) lhe resta depauperar, dilapidar, corroer, e destroçar a força de trabalho sem, entretanto, eliminá-la completa e cabalmente" (ANTUNES, 2020, p. 19). O que resta, nesta *fronteira*, são jovens

⁴⁷ Para Abílio (2020, p. 580), "o trabalhador uberizado está disponível para o trabalho, mas só é utilizado de acordo com a demanda, consolidando-se então na condição de trabalhador just-in-time (Oliveira, 2000; De Stefano, 2016; Abílio, 2017; 2020a). Nesta, ele não conta com garantias nem determinações estáveis no que se refere a remuneração por duração da jornada de trabalho. Também é transferida para ele parte do gerenciamento do trabalho. Distante da figura do empreendedorismo ou da autonomia, trata-se de um autogerenciamento subordinado" (Abílio, 2019).

subjugados/as a uma *disponibilidade pungente* que expropria mais-valia, através da exploração da força de trabalho, e a moratória vital, extorquindo cada possibilidade de vida para além da serventia ao capital.

Essa dupla exploração (mais-valia e moratória vital), aqui nomeada de juvenilização da precariedade, é proposta conceitualmente com base em seis elementos estruturantes. A trajetória ocupacional das/os jovens é marcada, quase que majoritariamente, pela *baixa qualificação*. Essa questão pode ser vinculada ao acesso à educação superior, como é o caso de Madalena, que vende sua força de trabalho para, no futuro, vir a se graduar; e por Maria: jovem que foi absorvida pelo supermercado ao se defrontar com uma demanda material que impossibilitava seu acesso às aulas remotas. Em 2021, por exemplo, o Enem teve queda no número de inscrições gratuitas e com renda até três salários mínimos, além de ser a edição que contou com a menor proporção de inscritos pretos, pardos e indígenas da última década (TRICONTINENTAL, 2021). O problema da qualificação⁴⁸ é ampliado através da dicotomização entre trabalho técnico e trabalho intelectual, duramente defendida pelo atual ministro da Educação, Milton Ribeiro (TRICONTINENTAL, 2021). Nos últimos dias, ele afirmou que “a universidade deveria ser para poucos”⁴⁹.

A baixa qualificação da juventude a insere em postos de trabalho precarizados, o que leva a uma insegurança laboral. Por não oferecerem uma oportuna contrapartida à manutenção da relação de trabalho, acabam expostos à uma *alta rotatividade*. Na pesquisa de campo, grande parte das/os jovens abordados/as trabalha nos supermercados há menos de um ano, tendo iniciado após a instauração da pandemia da Covid-19. Jovens, iniciantes, enfrentam uma condição de constante instabilidade e flexibilidade (GROPPO, 2017). A alta rotatividade só é possível por ser uma das sequelas do *desemprego estrutural*: com um exército permanente de reserva, os empregadores acabam sendo os maiores desempregadores. Peres e Matioli (2020, p. 236), ao analisarem as maiores empregadoras do varejo brasileiro, apuraram que “o índice de rotatividade reflete a facilidade, a banalidade com que se livra de um funcionário cujo grau de especialização é baixíssimo. É mais barato arcar com os parcos direitos trabalhistas da demissão a mantê-lo no quadro e ter de elevar o salário”. Descartar é mais rentável do que qualificar, fato que comprova a cruel desigualdade na relação entre trabalho e capital.

⁴⁸ Abílio (2020, p. 587) afirma que o mercado de trabalho brasileiro é “historicamente assentado na profunda desigualdade social, na informalidade, na predominância de trabalhos de baixas remuneração e qualificação.”

⁴⁹ “Universidade deveria ser para poucos, diz ministro da Educação de Bolsonaro”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/universidade-deveria-ser-para-poucos-diz-ministro-da-educacao-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 10 set. 2021.

Assim, o sistema de metabolismo social do capital impele à criativa criação de *novas* alternativas que ressaltam ainda mais as vicissitudes dessa *fronteira*. Ali, as perdas são somadas às perdas e, pelas leis da matemática, a soma de elementos neutros resulta na nulidade, isto é, em um limbo. Abílio aponta que

jovens desempregados, jovens em empregos de alta rotatividade, baixa remuneração e informais passam então a acessar um novo meio de geração de ocupação e renda, para o qual é necessário simplesmente aderir, ter um cadastro aprovado, fazer um investimento econômico mínimo e criar estratégias próprias de manutenção na atividade (ABÍLIO, 2020, p. 587).

A ânsia em aderir a um trabalho de jovem é ratificada, além dos elementos já apontados, por uma histórica *narrativa pejorativa* destinada à juventude enquanto categoria social. Ela é embasada pela noção de jovem-problema, ressaltada pela compreensão de juventude como preparação à vida adulta e marcada pela lógica meritocrática, modelo ideológico do neoliberalismo. Assim, competitividade e individualismo passam a ser atribuídos ao trabalho de jovem⁵⁰, como força motriz da contrapartida na relação entre trabalho e capital - já que a qualificação não é um atributo, na maioria dos casos. Diante disso, cria-se um tipo ideal de trabalhador/a, o qual toma para si a defesa dos interesses do capital e é transformado em um “empreendedor de si mesmo”. Responsável, disciplinado/a, único/a culpado/a pelas próprias condições. Se assalariado/a, esse trabalhador/a assente à alta carga horária em troca de um banco de horas, o qual torna o empregado/a ainda mais controlado/a pelo empregador⁵¹.

A jornada de trabalho, composta por uma *alta carga horária*, é um dos elementos que tornam ainda mais cruel o processo de juvenilização da precariedade. Para não ser tornado parte do percentual que constitui os/as *nem-nem*, os sujeitos vendem horas do dia em troca da remuneração e do *status* de empregado - ou de empreendedor. No trabalho uberizado, por exemplo, a situação tende a ser mais complexa já que “(...) ainda que o trabalhador esteja à disposição da empresa, parte de sua jornada não é reconhecida como tempo de trabalho” (ABÍLIO, 2020, p. 582). Em relação ao trabalho assalariado nos supermercados, sobretudo na função de operadoras de caixa, o sobretrabalho também é extenuante. Essa função, conforme visto, é heterogeneamente composta por mulheres, o que conduz ao fato de que: além de terem

⁵⁰Jeolás e Limas (2002, p. 54) endossam o argumento ao afirmarem que “nesse contexto de insegurança e incertezas sobre o futuro, provocado, muitas vezes, pelos altos índices de desemprego, a juventude passa por um processo de desilusão que interfere na construção de sua identidade coletiva, acentuando o individualismo provocado pela competitividade”.

⁵¹ Vale evocar a afirmação de Madalena: “*Eles querem alguém que só trabalhe pra eles, não faça mais nada*”.

sua mão de obra explorada pela empresa, ao chegar em casa, há uma jornada de trabalho doméstico esperando por elas.

O trabalho doméstico é estruturalmente intrínseco às mulheres e, com a feminilização da força de trabalho (BRAGA, 2017), é somado à jornada despendida no mercado de trabalho. Federici (2017) aponta ao fato de que a forma de exploração das mulheres à constituição e subsequente manutenção do sistema de produção capitalista é particular. Com base na produção teórica feminista, é possível perceber que um processo de juvenilização da precariedade torna ainda mais visceral a dominação das mulheres, a principiar cada vez mais cedo, pelas jovens. Com base no recorte de gênero, ressalta-se a importância de considerar o caráter caleidoscópico da categoria. Em relação às mulheres jovens negras, as condições são ainda mais desiguais, fato que amplia a situação de vulnerabilidade. Para Hooks (1995), racismo e sexismo atuam em conjunto à manutenção de uma representação negra estritamente vinculada ao ato de servir. Assim, de acordo com os marcadores sociais da diferença, a juventude negra é brutalmente atravessada por esse processo de destruição da vivência juvenil. Pelo trabalho, são forçados/as a *adultecer* previamente em um sistema que cristaliza, especialmente a elas, a função de *servir*.

Nesse sentido, o sucateamento do Estado e a consequente *sucessiva retirada de direitos* afeta sobretudo os/as jovens negros/as. No trabalho uberizado, “diferentes condições de trabalho e de remuneração se estabelecem por dentro da categoria *bikeboy*: quando essa ocupação — já precária, de baixa qualificação e rendimento — se informaliza e se precariza, a participação dos jovens negros cresce significativamente” (ABÍLIO, 2020, p. 595). Com isso, Achille Mbembe (2018) “(...) pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” que leva a uma profunda guerra. Esse conflito é permanente e cerceado por processos históricos, tal qual a colonização. Assim, submersos/as a colonialidade, as/os jovens negros/as vivenciam um processo de extermínio que é tomado em duas frentes: um *extermínio austero*, o qual cria possibilidades de morte e os/as “deixa morrer” (MBEMBE, 2017), tendo em vista que “jovens negros têm três vezes mais chances de serem mortos pela polícia (...)” (GELEDÉS, 2021); e um *extermínio brando*, em um processo que as/os “deixa viver” (MBEMBE, 2017) em condições de precariedade já estabelecidas. As duas formas de extermínio, tanto austera quanto branda, contribuem ao genocídio da juventude negra que ora é deixada morrer ora é deixada *sobreviver* de acordo com as premissas do capital.

Sem direitos, a juventude é tida como um mero signo à manutenção do fluxo metabólico do capital pelas empresas. O que, através de uma solidariedade *a la* neoliberalismo, ainda gera uma contrapartida positiva na sociedade, atestada pela falaciosa criação de *oportunidade*. As

oportunidades oportunistas, tidas como refúgio à barbárie do desemprego, somadas às novas formas de autogerenciamento subordinado (ABÍLIO, 2020) contribuem à submissão através de uma catastrófica *disponibilidade pungente*: que castra possibilidades à utilização da moratória vital à construção de cidadãos e cidadãs, sujeitos de direitos. O limbo se torna ainda mais complexo, pois a precariedade é tornada uma dimensão social que, vivenciada no trabalho⁵², contribui não apenas à perda de direitos sociais, mas ao perecimento da dignidade. Assim, para maximizar lucros, o principal elemento a ser dilacerado é o sonho da/o jovem que, em vez de ser gestado, é expropriado através da mais-valia e da moratória vital.

Por fim, poderia ter sido exposta uma precarização da juventude, terminologia comum e altamente retratada nos estudos sobre populações juvenis, sobretudo as periféricas. Todavia, não problematizar a questão enquanto juvenilização da precariedade constrói um entendimento superficial, já que as/os jovens da classe trabalhadora são expropriados/as de sua juventude. Com isso, pôde-se perceber que *olhar* apenas à precarização da juventude é esconder parte importante do problema, especialmente o que serve à manutenção da soberania do capital. Analisar a realidade é, além de aplicar conceitos sobre os fatos (aqui, etnográficos), indagar a fidedignidade das construções analíticas à qualificação das ciências humanas enquanto campo científico. Revirar os conceitos é parte fundamental ao estudo de uma categoria caleidoscópica constituída por gentes de carne, osso e sonhos. Essa proposição conceitual, mesmo que tímida, ousa transbordar a *fronteira* que torna a vida das/os jovens um limbo permeado pela instabilidade, reversibilidade, precariedade e a transitoriedade (GROPPO, 2017, p. 122)

7. FECHAMENTO DO CAIXA

O caixa é o lugar de efetivação da compra. Ele é aberto e fechado diariamente de acordo com o fluxo de funcionamento do supermercado. Para encerrar a metáfora que pressupõe um caminho baseado na arquitetura da versão capitalista do paraíso terrestre (CHAUÍ, 1989), é importante ressaltar que, as considerações finais, assim como o caixa, têm o objetivo de fechar provisoriamente o estágio desse estudo. Velho (1987, p. 130) enfatiza que “(..) interpretação está sendo constantemente testada, revista e confrontada” (VELHO, 1987, p. 130), portanto, a etnografia, enquanto exercício reflexivo, apresentou inúmeras possibilidades de aprofundamento das questões propostas aqui. Para além do intuito inicial, que era investigar os *sentidos* atribuídos ao trabalho por jovens trabalhadores/as dos supermercados, o movimento

⁵² Como é o caso dos sujeitos abordados/as na pesquisa de campo.

de conjecturar aspectos particulares como pertencentes a elementos amplos foi fundamental à proposição de reflexões que venham a contribuir não só à sociologia do trabalho, mas à sociologia da juventude.

Pesquisar juventudes é uma grande responsabilidade. Por isso, os objetivos específicos visaram, sobretudo, *escutar* as experiências vividas pela juventude trabalhadora. Na primeira parte do estudo, ao compreender que a juventude é uma categoria histórica da modernidade, foi possível perceber que ao longo de muito tempo as/os sujeitos eram pesquisados/as sem a valorização de suas experiências. As vozes subalternas⁵³ não eram ouvidas, pois na relação dicotômica pesquisador-objeto de estudo, o/a subalterno/a era tido apenas como um produto ao conhecimento por grande parte dos intelectuais (SPIVAK, 2010). Silenciados/as, os/as jovens acabaram neutralizados/as e submetidos/as a uma violência de caráter epistêmico. É importante ressaltar que isso não significa que apenas a juventude é autorizada a pesquisar os aspectos que a circundam, contudo que as metodologias precisam ser adequadas no sentido de promover os *sentidos* que essa categoria atribui sobre as instituições, sobre as relações com outros sujeitos e, inclusive, sobre si. Portanto, procedimentos que visem a *interpretação dos significados* que acompanham a trajetória juvenil são pertinentes meios de pesquisar desafiando os discursos hegemônicos e reconhecendo o potencial presente na pessoa do/a jovem. Em suma, pesquisar juventudes é também construir novas perspectivas epistemológicas.

Assim, ao analisar *com* as/os jovens (INGOLD, 2017) os sentidos sobre o trabalho através da *escuta* de suas experiências, percebeu-se que nenhum deles/as se submeteria ao supermercado se essa não fosse uma *necessidade*. Tanto que, em algumas abordagens foi possível questionar se planejam permanecer na empresa por muito tempo e as respostas não eram variadas, caminhando conjuntamente ao mesmo rumo: *até achar algo melhor*⁵⁴. *Algo melhor e melhor que nada* foram duas pistas que convergem a uma investigação para além do *locus* pesquisado, tendo em vista que são sequelas de uma realidade juvenil marcada por trajetórias laborais atravessadas pela flexibilidade que acentua a precariedade. O estudo de Guimarães (2004), igualmente sobre os sentidos do trabalho, oferece grandioso suporte à efetivação do objetivo geral. Da mesma forma que constatado pela socióloga, a prática etnográfica (MAGNANI, 2009) verificou que o sentido de *independência* é diretamente

⁵³ Spivak (2010, p. 12) argumenta que o/a subalterno/ advém das “camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão de mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

⁵⁴ Trecho retirado do diário de campo etnográfico, datado de 15/08/2021.

atrelado a uma realidade econômica que não garante outras possibilidades, senão pela venda da força de trabalho. Com isso, o sentido concreto visa uma *necessidade*.

Enquanto classe-que-vive-do-trabalho, as/os jovens, para não integrarem o exército de mão de obra excedente (AREND; REIS, 2009), são submetidos/as à escolha das empresas. A experiência de Madalena legitima o fato de que, apesar de despende de certa *liberdade* ao enviar seu currículo a vários locais, ela é limitada por condições pré-determinadas. Nesse caso, por consequência da pandemia, não teve como *escolher* o trabalho em uma indústria - com menor carga horária para o mesmo salário -, então foi *escolhida* por um supermercado. Ela é uma jovem que tem certa consciência de sua posição na estrutura de classes, reconhecendo que a família não tem recursos financeiros para bancar os custos de um curso de graduação, portanto o que resta é a venda da sua força de trabalho em troca de um salário. Diferente de Madalena, a maioria das/os abordagens constatou que grande parte das/os jovens não apresentam elementos suficientes para inferirmos se, de fato, reconhecem sua posição na sociedade de classes. Contudo, pode-se observar diversas reclamações sobre a relação de trabalho empreendida no supermercado, sobretudo por causa dos xingamentos advindos das/os consumidores/as. Uma análise específica sobre essa questão pode oferecer elementos mais efetivos, questão que salienta a potencialidade do caráter expansivo do estudo aqui projetado.

As demais unidades geracionais, para além do sentido de necessidade, apresentaram aspectos morais em relação ao trabalho. O grupo denominado de unidade geracional B, por exemplo, em maioria advindos/as de cursos técnicos oferecidos pelo Sistema S (SESI, SESC, SENAI, SENAT, SEBRAE, SENAC, SENAR, SEST, SESCOOP), atribuem ao trabalho o sentido de valor essencial ao desenvolvimento de valores como a responsabilidade. Para eles/elas, independentemente das condições, vender a força de trabalho é um movimento positivo ao amadurecimento pessoal e profissional. Assim, serão constituídos/as enquanto “pessoas de bem”. Aqui há uma pista interessante em relação à educação técnica vivenciada pelos sujeitos da pesquisa, contudo não é o objetivo aprofundar a questão. A unidade geracional C, para além do sentido de necessidade e da percepção disciplinadora do trabalho, percebe a relação trabalhista como possibilidade ao seu desenvolvimento enquanto ser humano, isto é, à materialização de seus projetos. O sentido de trabalho como garantidor de possibilidades é o que mais se assemelha à noção de “direito”, a qual é apontada no estudo de Guimarães (2004).

Em relação à pandemia, não foi possível concluir se houve grandes modificações gerados pela Covid-19, tendo em vista que a maioria das/os abordagens verificou que as/os jovens iniciaram seus contratos de trabalho no supermercado durante a pandemia. Os/as poucos/as trabalhadores/as que estão no *locus* pesquisado há mais tempo, afirmaram que a

grande modificação foi em relação ao uso de máscaras e o distanciamento social - elementos verificados em praticamente todas as relações sociais, dentro e fora do supermercado. O trabalho, além de oferecer um salário, também é responsável pela ampliação da rede de contatos, isto é, também dispõe de um caráter socializador. Aqui, por não ser o objetivo principal, essa questão não foi ressaltada, todavia, também se apresenta como possibilidade a uma “nova abertura de caixa” em outra pesquisa. Mais do que conclusões, os limites e potencialidades aqui encontrados visam oferecer *possibilidades*.

As reflexões advindas dos fatos etnográficos também podem disponibilizar contribuições ao campo da sociologia. Mesmo que a etnografia seja tida como a base *par excellence* da antropologia, para além de um método, suas faculdades criadoras e criativas podem se colocar como meio à ampliação das capacidades sociológicas. Um estudo etnográfico, se realizado com a devida qualidade⁵⁵ pode promover pistas a serem aprofundadas pela sociologia. Nesse sentido, cinco vestígios foram mapeados nesta pesquisa:

1) **Superar a “noção de transição”**: é urgente a superação da noção de juventude apenas como uma “etapa de transição” (GROPPO, 2017), tendo em vista que muitas produções acadêmicas ainda endossam esse paradigma. Assim, percebe-se uma necessidade de ampliação da sociologia da juventude a outras áreas do conhecimento, para que, as/os pesquisadores/as que utilizam a juventude enquanto categoria de pesquisa, modifiquem sua perspectiva epistemológica a fim de *escutar mais e melhor*. Em suma, romper a posição de objeto à construção da posição de sujeito: dentro e fora da academia;

- 1) **Trabalhadora como adjetivo elementar**: é necessário evidenciar que a maior parcela da juventude brasileira é trabalhadora e que, dessa forma, o trabalho é um elemento estruturante da condição juvenil - especialmente às/aos que constituem a ampla taxa de desemprego.
- 2) **Plural não-neutralizador**: são necessários certos cuidados na análise da diversidade, pois, às vezes, ao conceber a pluralidade através das “juventudes”, acaba-se postergando a situação de classe que incide diretamente na situação juvenil⁵⁶. É fundamental perceber que a concepção de juventudes vem para salientar o universo juvenil, mais pelas potencialidades do que pelas complexidades. Assim, os marcadores sociais da

⁵⁵ Qualidade é compreendida como a capacidade de perceber a etnografia para além de um método que tem o intuito de oferecer “formulações teórico-etnográficas” (PEIRANO, 2014, p. 383).

⁵⁶ Marcada pela posição de classe, a situação juvenil é duramente atravessada pelo não-acesso aos direitos sociais previstos no Estatuto da Juventude, por exemplo.

diferença devem ser intrínsecos à análise dessa categoria caleidoscópica, sempre acompanhados pela situação de classe.

- 3) **A parte jovem da classe-que-vive-do-trabalho:** Antunes (2015) afirma que a classe trabalhadora é cada vez mais heterogênea e fragmentada, por isso, é cada vez mais urgente perceber as singularidades dos grupos que são atravessados pelas mudanças advindas do metabolismo social do capital, que tem caráter gradualmente destrutivo. Assim, afetam cada vez mais a vida de todos/as os/as trabalhadores, especialmente os/as jovens.
- 4) **Adjetivação da juventude:** ao longo da história, a juventude foi tida ora como delinquente ora como problema ora como solução. Se tem algo que o/a jovem - depois de explorado/a, obviamente - é, no Brasil, é adjetivado. São várias as palavras que caracterizam e, por consequência, definem a categoria. Portanto, constata-se ser necessário um giro gramatical: em vez de atribuir sentidos definidos à juventude, é urgente inseri-la nas categorias existentes. Um exemplo que pode auxiliar na compreensão dessa proposição é em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA). A juventude é inserida na análise do processo em curso nessa modalidade de educação, não o contrário. Quanto mais a sociedade atribui adjetivos sobre a juventude, mais complexo é o processo dos/as jovens serem ouvidos/as para afirmarem o que, de fato, são.

Para, enfim, fechar o caixa, é importante ressaltar o encadeamento teórico que foi proposto. O *trabalho de jovem*, proveniente do trabalhador-consumidor que foi gerado pela sociedade de consumo (BAUMAN, 2008), é um empecilho à vivência de uma relação com o trabalho que, de fato, seja propulsora à construção de dignidade. Através das novas modalidades laborais, como é o caso da uberização (ABÍLIO, 2020), pode-se constatar uma significativa ampliação da precariedade na vida das/os jovens. A juventude negra e as mulheres são os perfis que mais são marcados/as pelas sequelas dessas transformações, tendo em vista que tendem a ser os/as mais afastados da possibilidade de estabelecer relações dignas. Assim, há, em curso, um processo de juvenilização da precariedade que torna os/as jovens os protagonistas de vivências precárias, através da exploração da mais-valia e da moratória vital, enquanto o restante da classe trabalhadora segue, partícipe, mas coadjuvante. Os efeitos desse processo são profundamente cruéis e levam a problemas como a *precarização* da vida de jovens que, ao fim e ao cabo, não têm direito à juventude.

Em conclusão, desorganizar as prateleiras da versão capitalista do paraíso terrestre é um dos passos para a construção de uma vida digna à juventude. Assim, cada ida ao supermercado

se apresenta como uma nova possibilidade analítica. Nesta ocasião, fechar o caixa é oferecer possibilidades à *inquietação* (GEERTZ, 2001) de outros/as pesquisadores como você, caro leitor/a.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica. Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos Estudos** - Cebrap, [S.L.], v. 39, n. 3, p. 579-597, nov. 2020.
- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. ANPOCS/Scritta, São Paulo, 1994.
- ABRAMO, Helena Wendel. (org.). **Estação juventude**: conceitos fundamentais - ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014. 128 p. Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.
- ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: Freitas, Maria Virgínia (org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- ALBERTONI, Júlia Pedrollo. **Entre garrafas, caixas e latas, o american way e a cultura alimentar nas propagandas de seleções na década de 1950**. 2015. 115 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179404/Monografia_Historia_2015_2_Julia_Albertoni.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 07 ago. 2021.
- ALVES, G. **As Dimensões da Precarização do Trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal6/Praxis, 2013.
- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob o fogo cruzado. Edição eletrônica. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: SOCIALES, Consejo Latinoamericano de Ciencias. **La Ciudadania Negada**: políticas de exclusión en la educación y el trabajo. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 35-48.
- AREND, Sílvia Maria Fávero. REIS, Antero Maximiliano Dias dos. Juventude e restaurantes fast food: a dura face do trabalho flexível. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 142-151, 2009.
- ARIÈS, P. **A história social da criança e da família**. Tradução Dora Flaskman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BENETTI, Gustavo Frosi. INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS NO BRASIL: as políticas culturais na época da segunda guerra mundial. **Revista Semina**, Passo Fundo, v. 2, p. 1-13, 2011. Semestral. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4426/2927>. Acesso em: 08 ago. 2021.

BENINCÁ, Dirceu. **Reciclando a (des)ordem no Progresso: ARCAN - uma alternativa sócio-ambiental**. 2006. Passo Fundo: IFIBE, 2006.

BÍBLIA. **A chegada da fé**. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

CHAUÍ, Marilena. Produtividade e humanidades. **Tempo Social**. São Paulo, v. 1, n. 2, p.45-71, 1989.

CASSAB, Clarice. O lugar da juventude: espaço-temporalidades da noção de juventude. **XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007.

CASTRO, Mary Garcia. ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2003.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. 282 p. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves.

CNN. **Carrefour, GPA e Via Varejo: confira o ranking dos maiores varejistas do Brasil**. confira o ranking dos maiores varejistas do Brasil. 2020. Leonardo Guimarães do CNN Brasil Business em São Paulo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/carrefour-gpa-e-via-varejo-confira-o-ranking-dos-maiores-varejistas-do-brasil/>. Acesso em: 21 set. 2021.

CNN. **Waack: desemprego entre jovens é um problema maior do que parece**. Desemprego entre jovens é um problema maior do que parece. 2021. Da CNN Brasil em São Paulo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/waack-desemprego-entre-jovens-e-um-problema-maior-do-que-parece/>. Acesso em: 21 set. 2021.

CRUZ, Sofia Alexandra. **Entre a casa e a caixa: retrato de trabalhadoras na grande distribuição**. Porto: Afrontamentos, 2003.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981.

DAYRELL, Juarez. A escola faz juventudes? Reflexões em torno da socialização da juventude. In: VIEIRA, Maria Manuel (Coord.). **Actores educativos**: escola, jovens e mídia. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 34, n. 16, p. 49-70, 2010.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). In: FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. CALDART, Roseli Salette (orgs). **História, natureza, trabalho e educação**: Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ERICKSON, E. H. **Sociedade y adolescencia**. 11.ed. México: Siglo Veinteuno, 1987.

FATO, Brasil de. **Modalidade de contratação que é voltada a jovens de 18 a 29 anos com redução de direitos trabalhistas em relação às regras atuais aplicadas pelo mercado**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/15/em-meio-a-pandemia-camara-aprova-carteira-verde-e-amarela-que-retira-direitos>. Acesso em: 15 set. 2021.

FRANÇA JÚNIOR, Reginaldo. **Os elementos do projeto ético político profissional e o seu debate**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012. 174 fs.

FURNO, Juliane. **Carteira de Trabalho Verde e Amarela: que futuro terá a juventude?**. 2019. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunistas/juliane-furno>. Acesso em: 20 abr. 2021.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GEERTZ, Clifford. O dilema do antropólogo entre “estar lá” e “estar aqui”. **Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)**, [S.L.], v. 7, n. 7, p. 205, 30 mar. 1998. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA).

GEERTZ, Clifford. **Works and lives**: the anthropologist as author. California: Stanford University Press, 1988.

GELEDÉS, Portal. **Jovens negros têm três vezes mais chances de serem mortos pela polícia no Rio, segundo dados do ISP**. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/jovens-negros-tem-tres-vezes-mais-chances-de-serem-mortos-pela-policia-no-rio-segundo-dados-do-isp/>. Acesso em: 10 set. 2021.

GROPPO, Luís Antonio. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. **Última Década**, Cidpa Valparaíso, v. 33, p. 11-26, dez. 2010.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GROPPO, Luís Antonio. O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 14, n. 26, p. 37-50, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/download/1314/1051/3498>. Acesso em: 05 jul. 2021.

GROPPO, Luís Antonio. Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 13 (2), pp. 567-579, 2015.

GUIAMET, Jaime. "Trabajo de paso" y condición juvenil en una cadena multinacional de supermercados en la ciudad de Rosario, Argentina. **Desacatos**, [s. l], v. 45, p. 71-84, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317443721_Trabajo_de_paso_y_condicion_juvenil_en_una_cadena_multinacional_de_supermercados_en_la_ciudad_de_Rosario_Argentina. Acesso em: 30 jun. 2021.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Apresentação: os jovens brasileiros e o trabalho. **Novos Estudos**: CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 465-473, 2020. Semestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/YVbFG4md4tC83NcKNvTBzMh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. (2005), "Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?". In: ABRAMO, H. & BRANCO, Pedro Paulo (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Instituto da Cidadania/Fundação Perseu Abramo.

GOIDANICH, Maria Elisabeth. **Mamãe vai ao supermercado**: uma abordagem etnográfica das compras para o cotidiano. 2012. 251 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96415>. Acesso em: 30 jun. 2021.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: IFCS/UERJ e PPCIS/UERJ, v.3, n.2, p.464-479, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: indicadores mensais produzidos com informações do 4º trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 103 p. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/03/desemprego-pnad-trimestral-2020-1-mar2021.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html>. Acesso em: 28 ago. 2021.

INGOLD, Tim. Antropologia versus etnografia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 1, n. 26, p. 222-228, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/140192/140850>. Acesso em: 10 ago. 2021.

IPEA. **DIAGNÓSTICO DA INSERÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS NO MERCADO DE TRABALHO EM UM CONTEXTO DE CRISE E MAIOR FLEXIBILIZAÇÃO**. Brasília: Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200707_ri_diagnostico_de_insercao_de_jovens.pdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

JEOLÁS, Leila Sollberger. LIMA, Maria Elena Melchiades Salvadego. Juventude e trabalho: entre "fazer o que gosta" e "gostar do que faz". **Revista Mediações**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 35-62, 2002.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

KERGOAT, Danièle. **A propos des rapports sociaux de sexe**. M, N.53, p.16-19, 1992.

KORALEWSKI, Rocheli. ARGENTON, Gabriel Tamanchieviz. De sujeito a colaborador: a privação dos direitos das juventudes na era da liberdade neoliberal. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 1-18, 2021. Semestral. Publicação Ahead of Print. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/111213/61470>. Acesso em: 10 set. 2021.

KRAUSKOPF, Dina. Comprensión de la juventud: el ocaso del concepto de moratoriapsicosocial. **JOVENES**: revista de estudios sobre la juventud, México, v 8, n. 21, p.26-39, jul.-dez. 2004.

KRAUSKOPF, Dina. La construcción de políticas de juventud en Centroamérica. In: LEÓN, Oscar (Ed.). **Políticas públicas de juventud en América Latina**: políticas nacionales. Viña del Mar, Chile: Cidpa, 2003.

KNOKE, William. O supermercado no Brasil e nos Estados Unidos: confrontos e contrastes. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 91-103, 1963. Traduzido do original inglês por Pólia Lerner Hamburger. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/MrsYPJkKqh4CGftsZsXrNYh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. Tradução de Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LAZZARESCHI, Noêmia. **Trabalho ou emprego?** São Paulo: Paulus, 2007.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MALINOWSKI, Bronisław. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La construcción social de la condición de la juventud. In: CUBIDES, H. J., TOSCANO, M. C.L, VALDERRAMA, C. E. H. **Viviendo a toda – jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades**. Bogotá, Paidós, 1998.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. "La juventud es más que una palabra". In: Margulis, M. (org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, Biblos, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATIOLI, Victor; PERES, João. **Donos do mercado**: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**; biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 3. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MONTEIRO, Bruno. **Frágil como o mundo**: etnografia do cotidiano operário. Porto: Afrontamento, 2014.

NERI, Marcelo (org.). **Jovens**: projeções populacionais. Rio de Janeiro: Fgv Social, 2021. 37 p. Parte integrante do Projeto Atlas das Juventudes. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/TEXTO-Populacao Atlas FGV-Social Marcelo-Neri.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

NEWS, Giro. **Análise do Ranking Abras**: os supermercadistas que mais cresceram em 2020. Os Supermercadistas que Mais Cresceram em 2020. 2021. Disponível em: <https://www.gironews.com/supermercado/analise-do-ranking-abras-63788/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

NOVAES, Regina. Nada será como antes: notícias das juventudes sul-americanas. **Observatório da Cidadania**, [s. l], p. 99-107, 2007. Disponível em: <https://ibase.br/userimages/nada.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 105-120.

OCDE. **Lançamento 'Investimentos na Juventude: Brasil'**. 2013. Comentários de Angel Gurría, Secretário-Geral OCDE, Seminário: A Juventude e a Transição para o Trabalho, 22 de outubro de 2013, Brasília, Brasil. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/lanamento-investimentos-na-juventude-brasil.htm>. Acesso em: 21 set. 2021.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/MINI%20CURSO%20RAFAEL%20ESTRADA/TrabalhodoAntropologo.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

OSTRONOFF, Leonardo José. A pandemia e o setor supermercadista: uma reflexão. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, p. 64-69, 2020. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18907>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, p. 197-223, 1992. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6535/757>. Acesso em: 07 jul. 2021.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/artigos/2014_antropologia_nao_e_metodo.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

PEIRANO, Mariza. “Etnografia, ou a teoria vivida”. **PontoUrbe**, ano 2, versão 2.0, fevereiro de 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1890>. Acesso em: 05 jun. 2021.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas ciências sociais. **Ponto Urbe**, [S.L.], n. 1, p. 1-18, 1 jul. 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1203>. Acesso em: 12 jul. 2021.

PERES, João. MATIOLI, Victor. **Os donos do mercado: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

PERONDI, Vieira; SCHERER, Giovane Antonio; VIEIRA, Patricia Machado; GROSSI, Patricia Krieger Grossi (Orgs). **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? Para onde vamos?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

POPPER, Karl. **The logic of scientific discovery**. Nova York: Harper & Row, 1968.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Trad. Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1999.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2.ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

REGO, Noêmia R. P. A juventude como um caleidoscópio e a política nacional de juventude: um constante desafio. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 150-156, jul./dez. 2017.

SÁ, Teresa. “Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral. **Configurações**, [S.L.], n. 7, p. 91-105, 30 jun. 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/203>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SEQUELA. In: **WIKIPEDIA: the free encyclopedia**. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sequela#:~:text=Sequela%20\(IPA%3A%20%5Bs%CE%B5',ou%20seja%2C%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20cong%C3%A9nita](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sequela#:~:text=Sequela%20(IPA%3A%20%5Bs%CE%B5',ou%20seja%2C%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20cong%C3%A9nita). Acesso em: 20 set. 2021.

SOARES, Angelo. Tão longe, tão perto: o trabalho no setor de serviços. **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 26, p. 89-117, 2011. Semestral. Disponível em: http://angelosoares.ca/articles/aac/Tao_longe_tao_perto.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 19-45, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/HTF7DtBVhZfgVZXqhkPX4Mx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TONET, Ivo. **Marxismo para o século XXI**. Maceió – AL, 2003. Disponível em: [Marxismo para o Seculo XXI.doc \(xp3.biz\)](http://Marxismo para o Seculo XXI.doc (xp3.biz)). Acesso em: 10 de agosto de 2020.

TRICONTINENTAL. **Boletim Mensal: E a juventude com isso?** Agosto 2021. 2021. Pesquisa das Juventudes em Periferias Urbanas. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/boletim-mensal-e-a-juventude-com-isso-agosto-2021/>. Acesso em: 11 set. 2021.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 11, p. 1-13, 1 dez. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/300>. Acesso em: 10 ago. 2021.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15908/000693991.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 25 jul. 2021.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 205-224, ago. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/pYGppjZyvTjJH9P89rMKHMv/?lang=pt>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

ZILIOOTTO, Denise Macedo. **Trabalhador-consumidor**: subjetividade na sociedade de consumo e seus efeitos no mundo do trabalho. 2005. 173 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11072018-123529/publico/ziliotto.pdf>.

Acesso em: 20 ago. 2021.